



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

GLAUCIA MALENA SAUTHIER MATOS

OS DISCURSOS DE MEMÓRIA DA ASVB:

Narrativa de autorrepresentação na obra “A imigração suíço-valesana no Rio Grande do Sul”

Mariana-MG

2022

GLAUCIA MALENA SAUTHIER MATOS

OS DISCURSOS DE MEMÓRIA DA ASVB:

Narrativa de autorrepresentação na obra “A imigração suíço-valesana no Rio Grande do Sul”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para obtenção do título de mestra em História.

Área de concentração: Poder, Linguagem e Instituições

Orientador: Prof. Dr. Luciano Magela Roza

Mariana-MG

2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

M433d Matos, Glaucia Malena Sauthier.

Os discursos de memória da ASVB [manuscrito]: narrativa de autorrepresentação na obra "A imigração suíço-valesana no Rio Grande do Sul. / Glaucia Malena Sauthier Matos. - 2022.

110 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Magela Roza.

Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

Área de Concentração: Poder, Linguagem e Instituições.

1. Imigração suíça. 2. Narrativa de autorrepresentação. 3. Memória. I. Roza, Luciano Magela. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 94(816.5)

Bibliotecário(a) Responsável: Iury de Souza Batista - CRB6 3841



FOLHA DE APROVAÇÃO

Gláucia Malena Sauthier Matos

Os Discursos de Memória da Asvb: Narrativa de autorrepresentação na Obra "A Imigração suíço-valesana no Rio Grande do Sul"

Dissertação apresentada ao Programa de História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Mestre

Aprovada em 30 de setembro de 2022

Membros da banca

Prof. Dr. Luciano Magela Roza - Orientador - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. João Paulo Lopes - (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais)
Prof. Dr. Andre de Lemos Freixo - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Luciano Magela Roza, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 13/12/2022



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Magela Roza, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/12/2022, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0446335** e o código CRC **206DF03E**.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos ao meu orientador Prof. Dr. Luciano Magela Roza, pela orientação sempre paciente e assertiva, mas, acima de tudo, pela confiança depositada em meu trabalho e em mim.

À Prof^a. Dr^a. Miriam Hermeto de Sá Motta e ao Prof. Dr. André de Lemos Freixo, pela leitura atenta e pelos apontamentos enriquecedores no exame de qualificação.

Aos professores convidados para a banca de defesa, Prof. Dr. André de Lemos Freixo e Prof. Dr. João Paulo Lopes.

A todos os professores que fizeram parte da minha vida acadêmica, especialmente os docentes do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto.

À Associação Suíço-Valesana do Brasil pela oportunidade de participar da pesquisa genealógica e de reconstrução histórica suíço-valesana, entre os anos de 1998 e 1999.

À minha filha, Joana, nossa ´pequena` futura historiadora que nos enche de orgulho.

Ao meu marido, Daniel, pelo incentivo, pela paciência em me ouvir e por todas as formas de ajuda.

Agradeço, também, ao meu pai, Roberto, por ter me encorajado a ingressar no curso de História, e à minha mãe, Dilva – que nos deixou no meio deste projeto –, pelo exemplo, amor e cuidado. Aos meus irmãos, Sandra, Jaques e Jordano, pelo carinho e pela compreensão. E à tia Noemi, uma segunda mãe e grande guardiã de memórias.

À toda minha família e aos meus amigos, principalmente aqueles que eu, talvez, tenha negligenciado durante estes anos de estudo.

Aos meus alunos e colegas de trabalho que, na reta final, compreenderam minha agonia e nervosismo.

À Elodia Honse Lebourg, por revisar e formatar meu texto de forma tão cuidadosa.

Muito obrigada a todos, por tudo!

Parece que os acontecimentos são mais vastos do que o momento em que ocorrem e não podem caber neles por inteiro. Decerto transbordam para o futuro pela memória que deles guardamos, mas pedem também um lugar ao tempo que os precede. Pode-se dizer que não os vemos então como serão, precisamente, mas na lembrança não são eles também modificados?

Marcel Proust, *Em busca do tempo perdido*

RESUMO

No século XIX, muitos imigrantes aportaram no Rio Grande do Sul, em sua maioria alemães e italianos, sobre os quais podemos encontrar uma bibliografia diversificada. Entretanto, pequenos grupos também povoaram a região, como os suíços e os poloneses, que permaneceram por muito tempo sem registro de sua história. O objetivo desta pesquisa foi analisar o processo de escrita de autorrepresentação dos descendentes de imigrantes suíços. Trata-se de um trabalho com duas frentes de análise pouco exploradas: a primeira é a história da própria imigração suíça, que, até então, não figurava em estudos acadêmicos; a segunda é a escrita de autorrepresentação da história produzida por indivíduos sem formação específica. Analisamos materiais publicados pela Associação Suíço-Valesana do Brasil, com foco no livro *A imigração suíço-valesana no Rio Grande do Sul*. A metodologia usada foi a análise de conteúdo, por meio das seguintes categorias: exaltação do esforço dos antepassados; importância de contar a história e preservar a memória; caráter emotivo da narrativa; referência à Suíça com tom de nostalgia; contextualização da história e percepção sobre os documentos. Dentre os principais resultados, destacamos: caráter nostálgico da narrativa, em que são recorrentes as citações que misturam o anseio por algo diferente e por um passado que nem chegou a acontecer; as imagens reproduzidas não passam por interpretações e assumem quase um caráter ilustrativo; a importância dada às comemorações, com o intuito de reafirmar as memórias e celebrar seus ascendentes; um predomínio na narrativa de uma perspectiva de superação.

Palavras-chave: Imigração suíça; Narrativas de autorrepresentação; Escrita realizada por não historiadores

ABSTRACT

In the 19th century, several immigrants, mostly Germans and Italians, landed in Rio Grande do Sul. Upon those immigrants, a diverse bibliography can be found. However, small groups did also populate the region, such as the Swiss and the Polish, who remained for a long time without registering their history. The objective of this research was to analyze the self-representation writing process of the descendants of Swiss immigrants. This is a work with two scarcely explored forefronts of analysis: the former is the history of Swiss immigration itself, which, until then, had not been featured in academic studies; the latter is the self-representation writing of the history produced by individuals without specific education. Materials published by the *Associação Suíço-Valesana do Brasil* were analyzed, by focusing on the book *A imigração suíço-valesana no Rio Grande do Sul*. The methodology used was content analysis, through the following categories: elation of the ancestors' efforts; importance of telling the story and preserving memory; emotional character of the narrative; reference to Switzerland with a nostalgic tone; contextualization of the history and perception of the documents. Among the main results, some are hereby evinced: the nostalgic character of the narrative, in which quotes that blend the yearning for something different and for a past that never happened are recurrent; the images reproduced do not undergo interpretations and assume almost an illustrative character; the importance given to commemorations, aiming at reaffirming memories and celebrating their ancestors; a predominance in the narrative of an overcoming perspective.

Keywords: Swiss immigration; Self-representation narratives; Writing carried out by non-historians

LISTA DE SIGLAS

ASVB	Associação Suíço-Valesana do Brasil
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
EST	Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brinde
IHGRGS	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNISSINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Pierre Roduit (de Saillon) e Marie Joris (de Saxon)	63
Figura 2: Meninos da escola do professor Bohn (1911)	64
Figura 3: Meninas da escola do professor Bohn (1911)	65
Figura 4: Propriedade de Clemente Sauthier em Santa Luiza, Carlos Barbosa	69
Figura 5: Paisagem do Alto Uruguai, interior de Vicente Dutra	72
Figura 6: Comemoração dos 50 anos da imigração suíça em Santa Clara, em 1925	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Livros sobre grupos étnicos publicados pela EST Editora	23
Quadro 2: Estudos sobre grupos étnicos no Sul do Brasil	30

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A ESCRITA DA HISTÓRIA COMO UM ATO DE PODER E PRODUÇÃO DE SILÊNCIOS	14
1.1 Como a história oficial e a memória social do Rio Grande do Sul apagou os suíços e outros pequenos grupos de imigrantes	17
1.2 A historiografia gaúcha e a imigração	26
1.3 A associação de imigrantes e o contexto da produção do livro <i>A imigração suíço-valesana no Rio Grande do Sul</i>	32
2 POPULARIZAÇÃO DO PASSADO E A HISTÓRIA FEITA POR NÃO-HISTORIADORES	36
2.1 Popularização do passado	37
2.2 História feita por não historiadores	42
3 A ESCRITA DA HISTÓRIA DOS IMIGRANTES SUÍÇOS SOB O OLHAR DA ASSOCIAÇÃO SUÍÇO-VALESANA DO BRASIL	51
3.1 A percepção acerca dos documentos na escrita realizada pela Associação Suíço-Valesana do Brasil	53
3.2 Imagens construindo a história	59
4 IDENTIFICANDO OS SENTIDOS	76
4.1 Nostalgia	78
4.2 Comemorações	81
4.3 Preservação da memória	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	97
ANEXOS	103
Anexo A: Capa do livro <i>A imigração suíço-valesana no Rio Grande do Sul</i> , publicado no ano de 2000	103
Anexo B: Roteiro de entrevistas fornecido pelos organizadores da pesquisa aos coordenadores das famílias	104
Anexo C: Indicações de fontes de pesquisa fornecidas pelos organizadores aos coordenadores das famílias	107

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa realizou um estudo para buscar entender a necessidade que alguns grupos têm de se sentirem representados e apresentar suas histórias. Para isso, analisamos a “escrita de autorrepresentação” organizada pelos descendentes dos suíços que chegaram ao Rio Grande do Sul entre os anos de 1874 e 1876, uma comunidade que não sentia que figurava nos escritos historiográficos e que se mobilizou para não ser esquecida.

Vale ressaltar que este foi o primeiro trabalho acadêmico produzido sobre a imigração suíço-valesana para o Rio Grande do Sul. Nesse sentido, nossa pesquisa supre uma lacuna no campo de pesquisa sobre a imigração para o sul do Brasil. Esse movimento acaba por contribuir para a ampliação da presença desse sujeito coletivo, outrora, excluído da produção acadêmica e também busca entender o que motiva essa escrita de autorrepresentação de sujeitos que não são historiadores.

Foi objeto de análise a produção gestada fora da academia pela Associação Suíço-Valesana do Brasil (ASVB), que reúne seis livros publicados entre 2000 e 2017. Destaco que atuei como pesquisadora, até o ano de 2000, no projeto de pesquisa “Pesquisa genealógica e histórica das famílias suíço-valesanas”, organizado pela ASVB, que resultou na publicação dos dois primeiros livros da série: *A imigração suíço-valesana no Rio Grande do Sul* (FAUTH, 2000) e *A imigração suíço-valesana no Rio Grande do Sul, v. II* (FAUTH, 2005). A partir dessa experiência, vi a possibilidade de trabalhar esse material de forma mais problematizada. Com o ingresso no curso de Especialização em História da Cultura e da Arte da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no ano de 2006, produzi um trabalho de conclusão de curso¹ que retomo, sob outro olhar, na presente pesquisa.

Mesmo reconhecendo que, de forma geral, os seis livros podem influenciar este trabalho, o principal objeto de análise foi *A imigração suíço-valesana no Rio Grande do Sul*, editado e publicado pela ASVB em 2000, que contém 313 páginas e está dividido em três capítulos que descreveremos a seguir.

O capítulo 1, “As origens”, é reservado para a história da Suíça, com 41 páginas que contam desde a fundação da Confederação Helvética até particularidades das comunidades

¹ *Imigração suíço-valesana: cartas e fotografias*, orientado pela Prof^ª. Dr^ª. Maria Eliza Linhares Borges.

de origem dos imigrantes que embarcaram para o Brasil entre 1874 e 1876. Já o segundo capítulo, “A imigração”, é referente à imigração para o Brasil e se inicia com a experiência dos suíços que chegaram a Nova Friburgo em 1819; na sequência, discorre-se sobre a imigração para o Brasil de forma ampla e, então, são relatadas as especificidades referentes ao Rio Grande do Sul. Nesse capítulo também são transcritos vários documentos, como passagens, lista de saída do Valais, lista de chegada ao Rio de Janeiro. Encontramos, ainda, diversos relatos, histórias que os descendentes ouviram dos mais velhos, com descrições tanto do percurso quanto da chegada. No capítulo três, “A vida valesana”, entram em cena a organização social e religiosa, o desenvolvimento da colônia e a integração dos imigrantes com a sociedade local. Para a escrita dessas 43 páginas foram mobilizadas cartas, relatos, estatutos de sociedades e bibliografias referentes à colonização alemã e italiana.

A partir dos documentos e das comemorações do grupo, de conceitos de memória e nostalgia, assim como de reflexões sobre a produção historiográfica sobre o tema, avançamos na análise dos significados históricos da construção dessa produção escrita. Buscamos também pensar de uma maneira mais ampla sobre a abordagem emergente que possibilita a abertura para uma história que abarque um maior número de sujeitos produtores de escritas e narrativas. Isso está em consonância com a preocupação de que a atividade científica possa romper os muros da academia e acolher diferentes conhecimentos que estão sendo produzidos fora de sua tutela.

A presente pesquisa estruturou-se, inicialmente, a partir da leitura e da classificação das fontes, visto a intenção de orientar o olhar perante o material. Foi, então, montado um banco de dados que contém uma descrição detalhada do livro analisado, em que foram incluídas citações extraídas do texto em questão, algumas reflexões e a identificação por categorias para análise posterior.

Com o intuito de facilitar o acesso, os dados foram organizados em arquivos de acordo com as classificações. Isso facilitou a segunda etapa, que contemplou a análise desses dados, pois, ao inquirir as fontes, pretendeu-se identificar a partir de qual história, de que passado a associação de imigrantes está falando. Para que fosse realizada, o material foi estruturado e classificado a partir da técnica de análise de conteúdo, visto que “pode se aplicar a uma grande diversidade de materiais, como também permite abordar uma diversidade de objetos de investigação: atitudes, valores, representações, mentalidades, ideologias etc.” (LAVILLE; DIONE, 1999, p. 215).

O método consiste em agrupar categorias estabelecidas *a priori* – que, no caso da pesquisa, foram: a exaltação do esforço dos antepassados, a importância de contar a história e de preservar a memória – ou *a posteriori*, conforme o andamento da pesquisa – das quais surgiram: o caráter emotivo da narrativa, a referência à Suíça com tom de nostalgia, com contextualização da história e percepção sobre os documentos. Após essa categorização, foi empreendido, na segunda etapa, um estudo minucioso das palavras, frases e expressões que compõem o banco de dados.

Conforme Laurence Bardin (2009), de forma geral, a utilização da análise de conteúdo corresponde a dois objetivos. O primeiro é o de superar as incertezas, em que o pesquisador analisa se o que está vendo na informação realmente está contido lá e pode, assim, ser generalizado e compartilhado. O segundo é o enriquecimento da leitura. A primeira leitura nos fornece informações preciosas, que são potencializadas a partir de uma leitura mais atenta e investigativa. A partir do uso da análise de conteúdo, a intenção é procurar sentidos, captar as intenções, comparar, avaliar, reconhecer o essencial (LAVILLE; DIONE, 1999), para, assim, de forma crítica, acolher essa produção e buscar entender mais a respeito da construção da história dos suíços que imigraram para o Rio Grande do Sul no final do XIX e sobre a escrita da história fora do ambiente acadêmico.

Ao tensionar o livro produzido pela ASVB, que foi apropriado nesta investigação como fonte, procuramos identificar de qual passado ela trata, quais aspectos foram evidenciados e com quais finalidades. A seguir, faremos uma breve apresentação de como o trabalho foi estruturado a fim de alcançarmos o objetivo proposto.

Esta dissertação foi dividida em quatro capítulos. No capítulo 1, refletimos sobre escrita da história como um ato de poder e produção de silêncios e sobre como a história oficial e a memória social do Rio Grande do Sul apagaram os suíços e outros pequenos grupos de imigrantes. Para isso, foi necessário transitar por produções da historiografia gaúcha sobre o tema das imigrações. Para encerrar, realizamos uma breve apresentação da associação de imigrantes e discorremos sobre o contexto da produção do livro *A imigração suíço-valesana no Rio Grande do Sul* (FAUTH, 2000).

No segundo capítulo buscamos discutir a inclusão de distintas formas de produção, comunicação e circulação do passado que vêm para dar respostas à necessidade que diversos grupos têm de se sentirem representados, o que se convencionou chamar de popularização do passado. Na sequência, discutimos a história feita por não historiadores e identificamos os

espaços que representam uma mobilização da história e da historiografia para além dos círculos especializados.

Foi nos capítulos 3 e 4 que contemplamos a análise dos resultados baseada nas categorias identificadas. No terceiro capítulo, “A escrita da história dos imigrantes suíços sob o olhar da Associação Suíço-Valesana do Brasil”, investiga-se a percepção acerca dos documentos na escrita realizada pela ASVB, com ênfase às imagens – fotografias e pinturas. Já no quarto capítulo, “Identificando os sentidos”, por meio de conceitos como nostalgia, o papel das comemorações e a preservação da memória, buscamos identificar e problematizar aspectos que orientaram a narrativa. Por fim, nas considerações finais, destacamos as principais conclusões do estudo baseadas nos resultados obtidos.

1 A ESCRITA DA HISTÓRIA COMO UM ATO DE PODER E PRODUÇÃO DE SILÊNCIOS

“O passado sempre é novo. Ele se altera constantemente, assim como a vida segue em frente. Partes da vida que parecem ter afundado no esquecimento reaparecem, enquanto, por outro lado, outras afundam por serem menos importantes. O presente conduz o passado como se esse fosse membro de uma orquestra. Ele precisa desses tons somente e de nenhum outro. Assim, o passado parece às vezes curto, às vezes longo: às vezes soa, às vezes se cala. Só influenciam no presente aquelas partes do passado que tenham a capacidade de esclarecê-lo ou obscurecê-lo.”
(ASSMAN, 2011, p. 21)

Ao pensar a história e suas narrativas, precisarmos levar em consideração que o acesso a elas não é algo natural, nem democrático. Michel-Rolph Trouillot (2016), em seu livro *Silenciando o passado: poder e a produção da história*, percorre um caminho que, aos poucos, vai nos apresentando formas de silenciar questões que, por muito tempo, passaram despercebidas. São memórias e histórias silenciadas, que podem se tornar inaudíveis, desde a mais tenra ligação com o fato até a produção e conservação das fontes. Inúmeros são os usos políticos que alimentam a produção de memórias e diversas as formas de poder que agem com a finalidade de articular e perpetuar padrões.

O poder, citado pelo autor, deve ser entendido de forma ampla, não somente como poder político institucional, mas como uma força “que envolve a desigual contribuição de grupos e pessoas concorrentes, que têm um acesso desigual aos meios dessa produção” (TROUILLOT, 2016, p. 18), seja por condições econômicas, pela relevância que lhes é dada pelos agentes de produção e da escrita da história, ou pelo eco que suas reivindicações conseguem reverter em relação à atenção dispensada a seus passados.

Nesse sentido, em um cenário ideal, a História deveria dar mais abertura para outros sujeitos e seus discursos, ao ampliar o círculo dos grupos dominantes em direção às áreas periféricas. Maria da Glória Oliveira (2018, p. 104) pactua com essa ideia quando discute a invisibilidade das produções de autoria feminina na história intelectual, ao afirmar que são relegadas ao segundo plano, “mantendo-se, em larga medida, como o ‘outro’ silenciado,

marginal e periférico nos cânones historiográficos e na memória disciplinar”. A autora apresenta dados diversos em que aponta para o menor número de publicações de autoria feminina, ou que tenham mulheres como objeto de pesquisa, e afirma que essa distribuição desproporcional não vem de encontro com a distribuição equilibrada entre homens e mulheres com titulação na “grande área da história”, seja em mestrado ou doutorado. Para Oliveira (2018, p. 129), “a tradição do silêncio dos sujeitos subalternos se estendeu para o campo de pesquisas da história intelectual, promovendo a marginalização e o ocultamento da produção letrada”. Isso ocorre não apenas com a produção de autoria feminina, mas também dos negros, dos homossexuais, dos intelectuais terceiro-mundistas, dentre outros grupos, que, em grande parte, segue silenciada. Acreditamos que esse seja o caso do objeto de estudo da nossa pesquisa, um grupo minoritário de imigrantes suíço-valesanos que veio para o Rio Grande do Sul.

No entanto, evidenciar tais grupos e sujeitos que, antes, estavam silenciados abre possibilidades muito diversas para a reescrita da história. Segundo Joan W. Scoot (1988, p. 299), ao documentar “as vidas de pessoas omitidas ou negligenciadas em relatos do passado”, se produz uma riqueza de novas evidências anteriormente ignoradas. Assim, não são somente histórias, mas também temas são multiplicados para abarcar perspectivas e pontos de vista diversos (por vezes, inconciliáveis), que nos mostram que nenhum deles é completo e nem totalmente verdadeiro. Isso desmente as “construções hegemônicas de mundos sociais” e dá espaço para novas narrativas e narradores (SCOOT, 1988, p. 300).

Um exemplo desse espaço para novas narrativas de grupos negligenciados é o texto *Meditação autobiográfica*, de Samuel Delany (1988), escritor de ficção científica, homossexual e negro. Ele escreve sobre a primeira vez, em 1963, em que esteve na sauna de St. Mark e, dessa forma, quebra um conjunto de locais e comportamentos emudecidos, que normalmente não poderiam ser expressos em palavras. Nesse sentido, Joan W. Scoot (1988, p. 299) nos coloca uma reflexão bastante pertinente a respeito da ampliação desses relatos: “documentar a existência dessas instituições em toda a sua variedade e multiplicidade, escrever sobre elas, e assim, tornar Histórico o que fora escondido da história”. Ela ainda reforça que Delany não procurou romantizar, e sim quebrar um “silêncio público sancionado” (SCOOT, 1988, p. 299).

Sobre a questão da memória e da narrativa, é preciso deixar claro que seria impossível lembrar-se de tudo, assim como também é impossível narrar tudo. Lembrar-se é não se esquecer e o esquecimento nos remete a um dano na confiabilidade da memória. De acordo com Paul Ricoeur (2007, p. 452), “muitos esquecimentos se devem ao impedimento de ter acesso aos tesouros enterrados da memória”. Ele trabalha com três planos da memória natural:

a memória impedida, a memória manipulada e a memória obrigada, ao afirmar que “os abusos da memória tornam-se abusos de esquecimento” (RICOEUR 2007, p. 455).

As estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração: pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela. Para quem atravessou todas as camadas de configuração e de refiguração narrativa desde a constituição da identidade pessoal até as das identidades comunitárias que estruturam nossos vínculos e pertencimentos, o perigo maior, no fim do percurso, está no manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada – da história oficial. O recurso à narrativa torna-se assim a armadilha, quando potências superiores passam a direcionar a composição da intriga e impõem uma narrativa canônica por meio de intimidação ou de sedução, de medo ou de lisonja. Está em ação aqui uma forma ardilosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos (RICOEUR, 2007, p. 453).

Quando tratamos da memória social, esses esquecimentos, lembranças encobridoras e atos falhos assumem proporções ainda maiores. Ricoeur (2007) alerta para o perigo da história oficial, quase sempre a detentora das narrativas ideológicas. Ele destaca que mesmo certas comemorações são formas de camuflar a verdadeira memória e, assim, de levar as pessoas ao esquecimento.

Portanto, grupos e indivíduos esquecem e são esquecidos, são silenciados, tornam-se invisíveis por motivos diversos, seja por serem numericamente inferiores, por suas histórias não terem encontrado interlocutores que se interessassem por elas ou por não terem tido força de romper com os silêncios. Dar condições a pessoas negligenciadas para que possam lutar contra a marginalização nas produções letradas é desafio posto a nós, historiadores e historiadoras (SCOOT, 1988; OLIVEIRA, 2018). Ações como essas são cruciais para que o nosso trabalho, aliado ao lugar de fala, realmente promova espaços plurais e não reforcem silenciamentos travestidos de voz.

Com relação aos discursos dominantes, cabe assinalar que podem se referir tanto ao produtor de conhecimento histórico quanto aos seus objetos de estudo. Não podemos simplesmente trocar um discurso excludente por outro. É importante ficar atento para que a produção de conhecimento não se transforme em um instrumento que objetive privilegiar, enaltecer e valorizar determinados grupos, comunidades e culturas e, por outro lado, depreciar, menosprezar e até silenciar outros. Dessa forma, o desafio está na necessidade de iluminarmos

as experiências e reduzirmos os apagamentos. Apenas usar velhas fórmulas da história normativa e “colocar velhas narrativas em nova documentação” (SCOOT, 1988, p. 300) não irá produzir resultados diferentes. Desse jeito, as experiências irão continuar invisíveis. Tornar-se visível pode não ser uma tarefa fácil quando muitas instâncias se sobrepõem.

Esse cenário de discursos dominantes, entretanto, vem se modificando recentemente. Aos poucos, alguns grupos estão encontrando formas de se posicionar, de registrar a sua marca no vasto universo das “histórias” produzidas. Esse é exatamente o caminho escolhido nesta pesquisa: compreender o movimento de protagonismo na construção de uma narrativa de autorrepresentação dos descendentes de uma pequena corrente imigratória de origem suíça, que aportou em terras gaúchas entre 1874 e 1876. Esses imigrantes não se sentiram representados e foram em busca de suas histórias. Apresentamos resultados de uma investigação realizada em materiais diversos em que percebemos como os integrantes das pequenas imigrações, com enfoque, principalmente, nos suíços que são nosso objeto principal, não figuram como atores históricos elencados para serem representados. Pretendemos expor como, em diversas instâncias, os silêncios podem se constituir e se solidificar.

Para dar início a essa tarefa, percorremos o caminho do silêncio que se constituiu na história oficial e na memória social do Rio Grande do Sul, tanto a respeito desse grupo quanto de outras pequenas correntes imigratórias. Na sequência, fizemos uma breve apresentação de como a historiografia gaúcha tratou do tema da imigração. No último tópico da seção, falamos sobre a associação de imigrantes ASVB e o contexto da produção do livro *A imigração suíço-valesana no Rio Grande do Sul* (FAUTH, 2000), a fim de contextualizar a narrativa de autorrepresentação produzida por eles.

1.1 Como a história oficial e a memória social do Rio Grande do Sul apagou os suíços e outros pequenos grupos de imigrantes

Beatriz Sarlo (2007, p. 115) sublinha que “o passado é inevitável e acontece independentemente da vontade e da razão. Sua força não pode ser suprimida senão pela violência, pela ignorância ou pela destruição simbólica e material”, portanto, por mais que

tenhamos consciência da existência de “vários passados”, o registro e o acesso a eles continuam condicionados a múltiplas pressões.

Os imigrantes suíços, de fala francesa, ao chegarem em terras gaúchas, foram habitar a confluência das duas maiores etnias responsáveis pela ocupação na região. Como cita Bóris Fausto (2000, p. 241), em seu livro *História do Brasil*, a imigração alemã no sul inicia-se em 1824 e somente entre os anos de “1846 a 1875 chegam 39.000 pessoas, [...] entre 1882 e 1889 em um total de 41.616 imigrantes que ingressaram no Rio Grande do Sul 34.418 eram italianos”. Foi exatamente no ponto de encontro geográfico desses dois grupos que os suíços se estabeleceram. Perante os números citados, um total de 36 famílias vindas de Saxon, Charrat e Vouvry, na Suíça, que somava 216 pessoas, facilmente se tornaria invisível perante a história.

Os pequenos grupos de imigrantes que chegaram ao Rio Grande do Sul, não só no caso dos suíço-vaiesanos da Serra Gaúcha, foram confundidos entre si. Equivocadamente, os imigrantes suíços que chegaram à região eram identificados como “os franceses”, já que esse era o seu idioma. Um exemplo claro é o da *Enciclopédia Rio-Grandense*², em que, no volume sobre a imigração, aparecem citados os sobrenomes Bondan, Burnier e Bruchez como franceses (BECKER, 1958, p. 197). Os fatores que mais contribuem para essas incertezas quanto à nacionalidade vêm da falta de informação da origem em alguns dos documentos, dos quadros geopolíticos instáveis de algumas comunidades de origem, assim como o da própria língua, como citamos acima. Essa dificuldade de precisar a origem de alguns grupos contribuiu para que se tornassem invisíveis.

Casos como esses também ocorrem com outras correntes imigratórias. As historiadoras Regina Weber e Thaís J. Wenczenovicz (2012, p. 161) destacam a difícil tarefa posta aos estudiosos da imigração polonesa dos séculos XIX e XX em “distinguir entre poloneses, lituanos, pomeranos, ucranianos, rutenos e eslavos, além de sondar, entre os números dos imigrantes alemães, russos e de outros grupos, porcentagens que corresponderiam a imigrantes etnicamente poloneses”. A então inexistência de estados territoriais, com limites definidos e língua nacional padronizada, tende a dificultar os estudos sobre imigração.

Dessa forma, por muitos anos, houve uma verdadeira naturalização do esquecimento e sucessivos apagamentos, o que fez parecer que somente italianos e alemães fossem os responsáveis pelo povoamento da região. Esse foco nas duas maiores correntes

² Livro publicado na metade do século XX e que ainda é uma referência importante nos estudos sobre a história gaúcha.

imigratórias não se deu somente na escrita acadêmica, mas também nos manuais de história, nas publicações voltadas ao público leigo, nas comemorações, nos meios de comunicação e nas ações do poder público. Para entender esse movimento, Trouillot (2016, p. 57) nos fornece um caminho, ao assinalar que os

silêncios ingressam no processo de produção histórica em quatro momentos cruciais: no momento da criação do fato (na elaboração das fontes); no momento da composição do fato (na elaboração dos arquivos); no momento da recuperação do fato (na elaboração das narrativas); e no momento da significância retroativa (na elaboração da história em última instância).

Vamos pensar, primeiramente, “no momento criador do fato” e “no momento da composição do fato”, que se trata da elaboração das fontes e da elaboração dos arquivos, respectivamente. Ao pensarmos na chegada dos imigrantes, em fins do XIX, em relação à escrita da história, o período coincide com o momento em que a historiografia gaúcha estava ainda construindo suas tradições, que eram baseadas mais em uma figura romantizada do gaúcho e de personagens da Revolução Farroupilha, como escreve Núncia Santoro de Constantino (2011, p. 3): “na historiografia não sobrava espaço para a imigração. Encharcados pelo pensamento positivista, os historiadores tratavam de valorizar os vultos heroicos”. Nesse contexto, o imigrante não se encaixava como figura a ser representada.

Em consequência, o que é reservado a essa parcela da população são os registros civis e os religiosos, além dos documentos que as próprias famílias, em distintos níveis, acharam importante preservar. Não há espaço para criar narrativas de populares e, conseqüentemente, pensar uma forma de elaborar fontes ou de preservar suas histórias de forma institucionalizada.

Não é possível fazer história sem fontes, por mais que o entendimento a respeito do que podemos considerar como fontes seja alargado. Elas, em primeiro lugar, precisam existir. Isso faz parte de uma condição fundamental. Nesse sentido, é reforçada a constatação de que “o poder não entra na estória de uma vez por todas, mas em momentos diferentes e de diferentes ângulos. Ele precede a narrativa propriamente dita, contribui para sua criação e para sua interpretação” (TROUILLOT, 2016, p. 61). Grupos e pessoas que não tenham acesso aos meios de produção ou ao arquivamento dessas fontes (mesmo que informal) acabam passando por dificuldades para escrever a sua história. A própria condição de sujeitos à margem é refletida

no momento de construção de narrativas, principalmente quando o tempo dos acontecimentos e o da escrita se distanciam.

Mesmo com a fundação, em 1920, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), que amplia notavelmente a produção historiográfica no estado, o imigrante, e aqui falando de forma ampla, fica à margem dos interesses dos envolvidos no processo. Somente na década de 1970, “apresentava-se uma reação à velha historiografia, [...]. Então não se louvava mais as lideranças, mas as miseráveis massas sem rosto, pasteurizadas na opressão, impotentes contra os poderosos” (CONSTANTINO, 2011, p. 6). Muda-se o foco, o objeto, mas, no que tange aos imigrantes de pequenos grupos, os silêncios permanecem.

Voltando a pensar nas diversas instâncias dos silêncios descritas por Michel-Rolph Trouillot (2016), podemos afirmar que “no momento da recuperação do fato” e “no momento da significância retroativa”, que tratam da elaboração das narrativas e da elaboração da história, os imigrantes suíços permaneceram excluídos na historiografia. E não só da escrita acadêmica, mas também dos livros de história produzidos para um público leigo, nas comemorações e nos meios de comunicação. Na sequência, vamos percorrer o caminho desses silenciamentos.

Iniciamos com o que é mais recorrente nas produções, ou seja, o apagamento total das pequenas correntes imigratórias, que, por inúmeras vezes, não figuram nem sob a alcunha de “outros”. Aqui podemos citar um livro voltado ao público leigo, que é o *História do Rio Grande do Sul*, publicado originalmente em 1980 e que, em 2014, chegou à sua 9ª edição. Nele, Sandra Jatahy Pesavento (2014, p. 45), professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e produtora de uma vasta bibliografia³ sobre a história do estado, ao escrever sobre “a economia colonial imigrante”, limita-se a citar as duas grandes correntes imigratórias, ao expor que “há dois momentos fundamentais: o primeiro diz respeito à imigração alemã, iniciada em 1824, e o segundo à imigração italiana, que se desenvolve a partir de 1875”.

Na sequência, a autora trata de temas como as condições em que esses colonos adquiriam lotes, seus tamanhos, o suporte do governo, a produção agrícola, o comércio e o papel dessas correntes imigratórias tanto no âmbito nacional como em relação à oligarquia local. É importante deixar claro que entendemos que nenhuma produção tem de dar conta de um universo de histórias, que cada projeto de escrita tem seus objetos e objetivos, mas esse

³ Sua obra encontra-se disponível no site do IHGRGS. Disponível em: <<https://www.ihgrgs.org.br/biblioteca.html>>. (Acesso em 25 jan. 2022.)

caminho de identificação do que recorrentemente não é representado precisa ser percorrido para alcançarmos algum entendimento de como se constituiu esse silêncio.

Outra forma de apagamento dos imigrantes suíços vem em publicações que ultrapassam a simplificação de somente duas correntes imigratórias e citam outras etnias como constituintes da formação populacional do estado. Um desses textos, escrito por Antônio Augusto Fagundes (2010)⁴ – autor de grande circulação – é o livro também nomeado como *História do Rio Grande do Sul*, que, em 2010, estava na 6ª edição:

antes do gaúcho, viviam aqui os índios. Com o luso brasileiro, chegou o negro. Mais tarde, vieram os alemães. Depois os italianos e ainda outras parcelas de imigrantes entre os quais judeus de várias origens, árabes, japoneses, poloneses, ucranianos, holandeses e sabe Deus quantos outros mais! (FAGUNDES, 2010, p. 11).

Nesse texto, a diversidade de etnias é ampliada. Contudo, o silêncio acerca da presença dos imigrantes oriundos do Valais continua. Eles ficam subtendidos dentro do grupo do “sabe Deus quantos outros mais”.

Com esse mesmo teor, podemos citar também um terceiro livro nomeado de *História do Rio Grande do Sul*, publicado pela editora da Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brinde (EST), a EST Edições⁵, em 1995, cujo autor é Fidélis Dalcin Barbosa. Ao falar da imigração, ele discorre sobre a influência de espanhóis e ingleses no princípio da ocupação territorial e completa escrevendo que:

o índice de crescimento demográfico e econômico do Rio Grande do Sul principiou a aumentar de modo expressivo com a imigração alemã e a italiana, aquela a partir de 1824, e esta, 1875 [...]. Atualmente, mais da metade da população do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina é descendente de imigrantes alemães, italianos, poloneses, franceses, austríacos, holandeses, japoneses e de outras nacionalidades (BARBOSA, 1995, p. 62).

⁴ Antônio Augusto Fagundes é um folclorista veterano, professor de folclore, poeta, compositor e ficcionista. Possui pós-graduação em História do Rio Grande do Sul, pela UFRGS e é mestre em Antropologia Social pela mesma instituição. Seu livro *História do Rio Grande do Sul* tem grande circulação nos Centros de Tradição Gaúcha (CTGs) e, por esse motivo, trata-se de uma versão de “história” bastante consumida no estado.

⁵ Disponível em: <<https://www.esteditora.com.br/index.php?route=common/home>>. (Acesso em 22 jun. 2021.)

Aqui, temos uma pequena variação nos grupos de imigrantes citados, mas, mais uma vez, os suíços só ficam subentendidos, são inclusos novamente a um grupo que não é nomeado, o grupo das “outras nacionalidades”. O livro de Fidélis Barbosa (1995), mesmo com várias décadas passadas da última edição, é encontrado para consulta em bibliotecas e está à venda no site da editora, ou seja, é história circulante e consumida.

No entanto, o destaque que pretendemos dar à essa produção não é exatamente ligado ao autor ou ao livro, mas à editora. Conforme Regina Weber e Thaís J. Wenczenovicz (2012) em um artigo intitulado “Historiografia da imigração polonesa: avaliação em perspectiva dos estudos sobre o Rio Grande do Sul”, deve-se observar alguns fatores que promoveram a extensa produção bibliográfica sobre a imigração alemã e italiana, em contraponto à produção de outros grupos. Elas destacam que “estudos recentes associam aquelas obras a uma historiografia escrita por intelectuais de origem religiosa interessados em manter influência sobre tais comunidades imigrantes das quais eram oriundos” (WEBER; WENCZENOVICZ, 2012, p. 166). Nesse ponto, destacam a importância da EST na promoção e divulgação de estudos, principalmente referentes aos italianos, e que, como poderemos ver a seguir, com o passar do tempo, foi ampliando seu leque.

A EST Edições, ao apresentar sua linha editorial no catálogo de vendas online, escreve que sua missão “é priorizar estudos referentes à história, à política e às etnias que constituem a realidade do estado do Rio Grande do Sul”. E se torna mais específica na descrição quando afirma que o “foco se dá no resgate das origens, genealogias, culturas e dialetos, relacionados às imigrações judaica, polonesa, italiana, alemã, açoriana, portuguesa, africana etc. e as populações indígenas do solo gaúcho”. Mais uma vez, os suíços, que desembarcaram no estado entre 1874 e 1876, não são lembrados, seja no livro de Fidélis Barbosa (1995) ou na editora.

Em relação aos grupos étnicos representados nas publicações da EST, encontramos: açorianos, alemães, franceses, gregos, italianos, judeus e poloneses na subdivisão “imigrações”; e africanos e indígenas na subdivisão “história”. Assim como os dados extraídos do Guia Etnográfico elaborado pela UFRGS, que apresentaremos no Quadro 2, no próximo capítulo, podemos perceber que há grande diferença quantitativa referente às produções dos grupos. Elaboramos o Quadro 1 para melhor exemplificar essa afirmação:

Quadro 1: Livros sobre grupos étnicos publicados pela EST Editora

Grupos étnicos	Quantidade de livros publicados
Açoriana	4
Africana	14
Alemã	30
Francesa	3
Grega	1
Índios	7
Italiana	65
Judaica	8
Polonesa	7

Fonte: Elaborado pela autora, a partir da página de livros à venda na EST Editora, disponível em: <<https://www.esteditora.com.br/index.php?route=product/category&path=70>>. (Acesso em 22 jun. 2021.)

Não é objeto deste trabalho realizar uma pesquisa mais aprofundada nas editoras gaúchas, mas o exemplo dado vem para enriquecer as camadas de silêncios que pretendemos explorar. O que o Quadro 1 revela são números que irão replicar-se em produções de outras instâncias e que iremos discutir ao longo do trabalho. Esses números vêm reforçar a ideia de uma distribuição desigual de registros.

Já no que se diz respeito à produção acadêmica, foi realizada uma consulta nas duas universidades que recebem estudantes da região onde os suíços se estabeleceram. São elas: a Universidade de Caxias do Sul (UCS)⁶, que fica na região de imigração italiana; e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)⁷, na cidade de São Leopoldo-RS, que se situa em região de imigração alemã. Ambas registram produções maciçamente sobre italianos e alemães. Em pesquisa realizada em julho de 2021, no repositório das duas universidades, nenhum resultado foi apresentado quando pesquisamos sobre imigração suíça no Rio Grande do Sul.

Um dado adicional foi verificado no repositório da Unisinos, quando levantamos algumas informações sobre outras pequenas imigrações citadas por Barbosa (1995) e Fagundes (2010) como constituintes dos grupos étnicos que povoaram o estado. Nesse repositório, encontramos, uma dissertação referente à imigração judaica, duas dissertações sobre a ucraniana, e mais duas dissertações e uma tese que enfocaram imigrantes poloneses. Já quanto aos japoneses, árabes, holandeses e franceses, não obtivemos resultados, ou seja, são grupos que eventualmente são citados em textos, mas não são objetos de pesquisas mais aprofundadas

⁶ Disponível em: <<https://repositorio.ucs.br/>>. (Acesso em 30 jun. 2021.)

⁷ Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/>>. (Acesso em 30 jun. 2021.)

na academia ou fora dela, como nos revela o Quadro 1 sobre a Editora EST, apresentado anteriormente.

O mesmo ocorre na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)⁸, em que encontramos 120 arquivos da imigração italiana, 140 referentes à imigração alemã, oito sobre a imigração polonesa – referente a essa, vale destacar que todos os estudos tem menos de 10 anos – e nenhuma relacionada à imigração suíça para o Rio Grande do Sul.

Agora, nosso olhar segue para outra direção, que também reforça o esquecimento/apagamento da imigração suíça. Vamos falar das comemorações e celebrações que mistificam e “ajudam a criar, modificar ou sancionar os significados públicos associados aos eventos históricos considerados merecedores de uma celebração em massa” (TROUILLOT, 2016, p. 186). Para isso, a dissertação de mestrado de Ana Lia Dal Pont Branchi, defendida em agosto de 2015, na Universidade de Caxias do Sul nos dá suporte. Para falar da etnização em Caxias do Sul a partir da construção da narrativa da diversidade no desfile da Festa Nacional da Uva de 2014, a autora refaz um caminho que retoma 20 anos de publicações e discursos proferidos no evento, em que busca mostrar como os processos identitários e as tensões para manter uma identidade única como representante do maior evento cultural da cidade se constituíram:

a Festa da Uva e seu desfile são considerados como símbolos da imigração italiana. Porém Caxias do Sul, que tinha na sua fundação como colônia estrangeira no Brasil, uma maioria de habitantes que eram italianos ou descendentes de italianos, durante a sua trajetória, recebeu (e ainda recebe), levas de migrantes e imigrantes de diferentes origens. Mesmo assim, as representações da italianidade – manifestadas com bastante ênfase nesse evento – passaram a ser valorizadas e continuadas, tornando-se hegemônicas (BRANCHI, 2015, p. 22).

Foram necessários muitos debates e embates para que, no ano de 2014, essa predominância fosse quebrada e a diversidade de grupos que constituem o povo “caxiense” fosse representada no evento, rompendo com o ciclo hegemônico de fazer de uma cidade de 500 mil habitantes reduzir-se a um único “grupo” como objeto de identificação. Todavia, essa

⁸ Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. (Acesso em 12 jun. 2022.)

inclusão se deu em partes, visto que, no evento citado, as outras etnias representadas⁹ foram separadas em um bloco nomeado “Nação de Nações” e foi reservado, para os italianos, o bloco “Os Pioneiros”. Ou seja: foi dada a visibilidade, mas não foi dividido o protagonismo, mesmo assim, o silêncio despiu-se de uma leve camada.

Assim como em Caxias do Sul-RS, outras cidades na região passaram a dar mais atenção à heterogeneidade de sujeitos que foram responsáveis pelo povoamento da Serra Gaúcha. A ideia de identidade única foi perdendo força, mas esse movimento não é resultado de simples desejo dos grupos que não se sentiam representados: são muito mais resultados de disputas por espaços do que concessões gratuitas. Na verdade, o esquecimento e o silenciamento fizeram com que alguns grupos se articulassem em busca de espaço e em defesa de suas histórias. Mesmo com o crescimento do interesse e da divulgação de uma maior diversidade de histórias, isso não significa que há uma igualdade de oportunidades de se representar e ser representado.

O que podemos constatar no material consultado é que, apesar de serem citados em alguns estudos, os pequenos grupos de imigrantes ficaram obscurecidos enquanto os italianos e os alemães sempre são lembrados quando o assunto é imigração para o Rio Grande do Sul, seja nos livros voltados para o público leigo, como em Pesavento (2014); em publicações de caráter memorialístico, como no livro de Fagundes (2010); nas produções acadêmicas da UCS e da Unisinos; ou nas comemorações, como ocorria na Festa da Uva. Sem dúvida, a superioridade numérica referente à chegada de “italianos e alemães” no estado é um fator importante a ser considerado, mas as articulações por trás das escolhas de quem representar vão além.

Ao se buscar recriar um passado homogêneo para o estado do Rio Grande do Sul, solidificar seus mitos de fundação e ordenar os fatos históricos para que servissem às gerações futuras como referência, um pequeno grupo de atores foi escolhido. “Enquanto os processos de recordação ocorrem espontaneamente no indivíduo e seguem as regras gerais dos mecanismos psíquicos, no nível coletivo e institucional esses processos são guiados por uma política específica de recordação e esquecimento” (ASSMAN, 2011, p. 21), que ultrapassa o controle

⁹ “Segundo o roteiro do desfile, o bloco ‘Nação de Nações’ deveria ‘dar visibilidade para a diversidade cultural, valorizando as manifestações culturais existentes no município. A chegada dos vários grupos étnicos no território. Para isso, foi dividido nos seguintes quadros [...]: (1) os indígenas; (2) os tropeiros; (3) os afrodescendentes; (4) os alemães; (5) os poloneses; (6) os suíços valesanos; (7) os italianos” (BRANCHI, 2015, p. 134).

dos atores “comuns”. Nesse sentido, a produção cultural de negros, indígenas e membros de pequenas correntes imigratórias foi desconsiderada como elementos formadores.

Não podemos perder de vista que “qualquer narrativa histórica é um conjunto específico de silêncios, o resultado de um processo singular, e a operação necessária para desconstruir estes silêncios variará de acordo com eles” (TROUILLOT, 2016, p. 58). Não nos é possível recompor a realidade, não temos como apreendê-la em sua totalidade. Silêncios são inerentes à história e ao fazer histórico, mas isso não quer dizer que temos de nos “silenciar” perante esses “silêncios”, ao contrário, podemos buscar a reconstrução dos caminhos desses silêncios e, então, o papel deles pode ser convertido em um guia que nos leve ao entendimento da construção dessas narrativas.

1.2 A historiografia gaúcha e a imigração

“No final do século XIX, aparecem as primeiras publicações,
fundamentais para a construção de uma tradição gaúcha. O
regionalismo é fabricado, cultivando-se um romantismo fora de
tempo.”
(CONSTANTINO, 2011, p. 3)

A produção historiográfica do século XIX, no Rio Grande do Sul, é marcada, em grande medida, por publicações limitadas a fatos heroicos. Além disso, focam prevalentemente nos gaúchos da fronteira sul e oeste, e ignoram a participação histórica dos imigrantes italianos e alemães da Encosta da Serra. Trata-se de uma história alheia “aos fatos econômicos, culturais, aos choques de classe e aos conflitos étnicos, como se a vida de um país ou de uma província pudesse ser resumida num rol de batalhas e em disputas de partidos”, como pontua Sérgio da Costa Franco (2015, p. 3).

Em 1920, funda-se o IHGRGS, o que amplia a produção historiográfica, mas o imigrante continuou à margem já que não se enquadrava no quadro de personagens eleitas para serem lembradas. Francisco das Neves Alves (2007, p. 115) afirma que

até os quatro decênios seguintes, tentou criar um discurso unívoco que passaria a eleger os elementos históricos de destaque e os de possível descarte [...]. Neste quadro foram criados uma série de ícones que deveriam ser representativos do passado gaúcho, num contexto de datas cívicas e personagens alçados à categoria de exemplos históricos, cujas lições deveriam permanecer bem vivas junto à memória coletiva.

Conforme Regina Weber (2011), a primeira publicação sobre a imigração no estado é a Enciclopédia Rio-Grandense, do autor Klaus Becker, editada em 1950. No volume 1, há capítulos específicos sobre a imigração açoriana, alemã e italiana. Já no volume 5, “estão estudos sobre poloneses, portugueses, franceses, espanhóis, uruguaios, judeus, libaneses, sírios e outros árabes e um pequeno artigo sobre os letos” (WEBER, 2011, p. 273). Somando os artigos dos dois volumes, encontramos 12 grupos de imigrantes abordados. Os suíços não figuram entre eles, porém, no capítulo “Os franceses”, são feitas algumas referências a sobrenomes de imigrantes valesanos, que são relacionados a uma localidade chamada de “Linha Francesa” e afirma-se que, ainda em 1920 haviam propriedades em nome das famílias “Bondan, Burnier e Bruchez” (BECKER, 1958, p. 197).

O prefácio do volume 5 dessa enciclopédia é muito interessante, uma visão de história no mínimo singular para a época. O autor critica a historiografia do Rio Grande do Sul, que afirma ser baseada em uma cultura lusitana que buscava se ver como pura, e chama atenção para o caldeamento étnico, não só do estado, mas do Brasil. Também reforça que é necessário romper com uma visão “eurocêntrica” da história, uma vez que várias culturas contribuíram para o acervo cultural do país e que a língua mais falada nos primeiros três séculos de colonização foi a nativa, e não o português. Na sequência, o conteúdo da imigração propriamente dita é destacado:

se de um lado, apresentamos este volume sobre a imigração com certo orgulho, por ser a primeira iniciativa neste setor em nosso estado, confessamos, outrossim, que a matéria aqui reunida é somente um esboço do que ele devia representar. Deploramos sobretudo a ausência do capítulo referente ao negro, que por força maior figurará num dos próximos volumes. Acontece que, em assuntos de pesquisas imigratórias, estamos dando os primeiros passos, embora o Rio Grande do Sul, e do Brasil em geral (BECKER, 1958, n.p.).

Mas, depois dos artigos da Enciclopédia Rio-Grandense, fica um grande vazio no que se refere às pesquisas e escritos sobre as correntes imigratórias de uma forma geral. A autora Núncia Santoro Constantino (2011, p. 6) escreve que, somente a partir de 1975, ano do primeiro centenário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul e com a organização de um “concurso de monografias, a imigração italiana passa a ser também tema muito valorizado em trabalhos acadêmicos”. Essa data também coincide com a fundação dos primeiros programas de pós-graduação no estado. Conforme Weber (2011), será nessa mesma década que vários congressos, encontros e simpósios vão colocar em pauta o “tema das imigrações”, que ganhou impulso após o “2º Encontro Regional de História, promovido pela seção rio-grandense da Anpuh em 1986, em Porto Alegre” (WEBER, 2011, p. 270). A autora sugere que a produção historiográfica sobre o tema acaba por ser fomentada por esse movimento.

Outro fator a considerar é que, nesse mesmo período, “apresentava-se uma reação à velha historiografia. [...] Então não se louvava mais as lideranças, mas as miseráveis massas sem rosto, pasteurizadas na opressão, impotentes contra os poderosos (CONSTANTINO, 2011, p. 6), o que abriu espaços para que novos sujeitos entrassem nos debates. Nascia, então, a figura do imigrante que, independentemente da etnia,

era o herói, vencera sozinho todas as adversidades, graças às qualidades naturais da sua etnia, apesar das autoridades opressoras. Tal historiografia foi responsabilidade de pesquisadores inseridos na sociedade colonial, especialmente padres católicos. Reelaborados e divulgados, seus escritos reforçam o mito do trabalho, da religiosidade, da solidariedade e harmonia entre os colonos, da visão alegre de mundo, da solidez da ordem familiar, entre outros atributos (CONSTANTINO, 2011, p. 6).

Outro elemento que contribuiu para garantir maior visibilidade ao tema da imigração para o Rio Grande do Sul foi fomentado pelas autoridades governamentais, que instituíram o Biênio da Colonização e Imigração por meio do Decreto n.º 22.410, de 22 de abril de 1973. A partir desse decreto, inicia-se o processo de elaboração das comemorações, “motivadas pela aproximação dos festejos do Centenário da Imigração Italiana e Sesquicentenário da Imigração Alemã. Estendidas aos demais grupos imigrantes¹⁰, e também aos índios e negros” (LIMA, 2015, p. 172). Mas, para além dos festejos, realizados nos anos de

¹⁰ Os grupos imigrantes homenageados foram: alemães, italianos, luso-brasileiros, argentinos, espanhóis, norte-americanos, franceses, ingleses, israelenses, japoneses, libaneses, poloneses e uruguaios.

1974 e 1975, a comissão organizadora também acumulava, como atribuição, “proceder ao levantamento histórico do fato imigratório, planejar e estabelecer suas condições evocativas” (LIMA, 2015, p. 176), o que acaba incentivando a criação de narrativas históricas de cunho local.

Um conjunto de fatores, tais como mudança nos paradigmas da história, criação de cursos de pós-graduação e fomento do estado para pesquisas, fez com que o tema da imigração entrasse em pauta. No entanto, isso não significou uma produção democrática e representativa para todos os grupos. No Quadro 2, elaborado a partir do guia bibliográfico de estudos étnicos¹¹, projeto vinculado à UFRGS, podemos perceber mudanças, mas também permanências em relação às etnias que Becker, no ano de 1958, incluiu na publicação da Enciclopédia Rio-Grandense ao escrever sobre a imigração. O levantamento que deu origem ao guia prioriza o registro de títulos de pesquisas acadêmicas, especialmente as desenvolvidas em programas de pós-graduação, que resultaram em dissertações, teses e artigos acadêmicos, mas, em alguns casos, também registraram obras memorialísticas.

¹¹ Uma primeira versão de listagens bibliográficas sobre grupos étnicos, restrita ao Rio Grande do Sul, foi elaborada como atividade do GT Estudos Étnicos – ANPUH-RS, quando estava sob a coordenação de Regina Weber e foi divulgada em 2005. No período de setembro de 2013 a junho de 2014, ocorreu uma coleta mais intensiva de dados e sua organização. Nesse processo, houve atualização de referências do banco de dados sobre o Rio Grande do Sul, além da ampliação do número de títulos sobre o Paraná e Santa Catarina. Para saber mais consultar: <https://www.ufrgs.br/biblioestudosetnicos/>.

Quadro 2: Estudos sobre grupos étnicos no Sul do Brasil

Biblioteca de estudos sobre grupos étnicos no Rio Grande do Sul	Número de registros
Açorianos	45
Alemães e austríacos	126
Espanhóis	11
Franceses	5
Indígenas	60
Italianos	147
Japoneses	13
Judeus	43
Latino-americanos	10
Negros	115
Palestinos	7
Poloneses	43
Pomeranos	11
Portugueses	8
Russos e ucranianos	4
Sírios, libaneses e árabes	7
Outros – Boêmios	2
Outros – Holandeses	1
Outros – Suíços ¹²	1
Outros – Letonianos	1
Outros – Ingleses	1

Fonte: Elaborado pela autora, a partir da página de *Estudos sobre grupos étnicos no Sul do Brasil: guia bibliográfico*, organizado por Regina Weber (2014) do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/biblioestudoseticos/>>. (Acesso em 8 jun. 2021.)

A partir da análise do Quadro 2, podemos perceber o quão discrepantes são os números em relação às publicações entre os grupos étnicos. Dentre os grupos de origem europeia, italianos e alemães continuam sendo os mais pesquisados, mas, olhando além dessa permanência, podemos perceber um crescimento significativo nas produções que envolvem outras etnias, tanto no que se refere a novos grupos representados quanto ao número dos estudos levantados na elaboração do guia. Mesmo grupos com poucas pesquisas são contemplados em uma subdivisão intitulada “outros”. Nesse campo, é citado um estudo sobre os suíços, que é o objeto de análise da presente pesquisa.

Algo que não podemos deixar de citar é que grupos de origem europeia são subdivididos pelas suas especificidades socioculturais, seja por local de origem, língua falada, religião ou costumes, o que não ocorre com os indígenas e os negros, que não têm nenhuma divisão dentro do guia e estão circunscritos a ideia de raça. Em relação as publicações referentes

¹² A publicação contabilizada nesse item é um dos livros da ASVB: FAUTH, Adonis Valdir. **A imigração suíço-valessana no Rio Grande do Sul**. Carlos Barbosa: Associação Valesana do Brasil, 2000. 313p.

aos negros, elas ocupam o terceiro lugar, totalizando 115 publicações, e referente aos indígenas a quarta posição com 60, podemos então observar que indiferente a esses números eles continuam na tabela como grupos sem especificidades relativas à localidade ou etnicidade, o que dá a entender que esses sujeitos são incorporados à pesquisa acadêmica limitadamente ao pertencimento racial. Podemos afirmar, portanto, que o registros dos estudos sobre negros e indígenas dentro do guia praticam uma abordagem racializada, desconsiderando singularidades, passado assim uma ideia de homogeneidade dentro desses grupos.

Com relação à trajetória de como o tema da imigração fora tratado pela historiografia gaúcha, percebemos uma grande evolução. O que fazia parte do “descarte”, como foram nomeados, por Alves (2007), os temas que não serviam aos propósitos historiográficos do início do XX, passou a fazer parte do “destaque” (ALVES, 2007, p. 115), mesmo que atendendo só a uma parcela de sujeitos que chegaram às terras gaúchas no século XIX.

Nessa nova fase, que se inicia no último quartel do século XX, o imigrante e seus descendentes são vistos de forma homogênea e idealizada como um tipo de herói que vencera sozinho todas as adversidades (CONSTANTINO, 2011), e, como assinala Márcio Biavaschi (2011 *apud* CONSTANTINO, 2011, p. 5), ao discorrer sobre os imigrantes italianos, por meio dessas ideias, são transformados “em verdadeiros mitos, como o mito do trabalho, do espírito de solidariedade colonial, da harmonia social e ausência de conflitos, a da solidez dos valores familiares”, exemplos a serem seguidos e, com isso, garantindo o registro de suas histórias.

Para quem atravessou todas as camadas de configuração e de refiguração narrativa desde a constituição da identidade pessoal até a das identidades comunitárias que estruturam nossos vínculos de pertencimento, o perigo maior, no fim do percurso, está no manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada – da história oficial. O recurso à narrativa torna-se assim a armadilha, quando potências superiores passam a direcionar a composição da intriga e impõem uma narrativa canônica por meio de intimidação ou de sedução, de medo ou lisonja. Está aqui uma forma ardilosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos. Mas esse desapossamento não existe sem uma cumplicidade secreta, que faz do esquecimento um comportamento semipassivo e semi-ativo, como se vê no esquecimento de fuga, expressão da má-fé, e sua estratégia de evitação motivada por uma obscura vontade de não se informar, de não investigar o mal cometido pelo meio que cerca o cidadão, em suma por um querer-não-saber (RICOEUR, 2007, p. 455).

Ao colocar, então, os imigrantes em posição de destaque, celebrá-los e comemorá-los, essa história oficial, autorizada, como escreve Ricoeur (2007), limita o que deve ser lembrado e conduz ao esquecimento do que não foi elencado para a construção desses relatos. O autor nos alerta para o perigo da história oficial, quase sempre a detentora de narrativas ideológicas e aponta para a necessidade de uma tomada de posição já que a “responsabilidade pela cegueira” recai sobre cada um. Uma das formas de atuar contra essas várias camadas de esquecimento é tomar o controle sobre a escrita em si por meio da autorrepresentação. Como isso foi feito pela ASVB é o que veremos a seguir.

1.3 A associação de imigrantes e o contexto da produção do livro *A imigração suíço-valesana no Rio Grande do Sul*

“Qualquer livro, em qualquer época, seja ele impresso ou manuscrito, traz em si, para além das marcas de um trabalho intelectual, marcas de uma relação com o poder ou com outros indivíduos, marcas de um produto destinado a ser vendido ou trocado, marcas de um estatuto social dos seus autores, marcas da relação do texto com o leitor, marcas do uso da língua, enfim, marcas de um proprietário ou mesmo de um ato de leitura. Tudo o que está no livro, em qualquer livro, nos reenvia para fora dele.”
(BELO, 2008, p. 104)

Para pensarmos os espaços que representam uma mobilização da história e da historiografia para além dos círculos especializados, como pretendemos abordar neste trabalho, fazemos aqui uma breve apresentação da ASVB, assim como discutimos o contexto de produção da obra que é o nosso objeto de análise.

A AVSB foi fundada 7 de junho de 1992 e, conforme está descrito na apresentação de seu primeiro livro publicado, “vem desenvolvendo um trabalho com intuito de realizar uma ‘recuperação da história’ das famílias pioneiras da sua imigração no Rio Grande do Sul”. Inicialmente, essa atividade estava integrada ao projeto de comemoração dos 125 anos da

imigração suíço-valesana no Rio Grande do Sul, no ano 2000. O processo da escrita do livro que a esta pesquisa enfoca foi o ponto de partida para a preservação das memórias e da reconstrução de lembranças de seus antepassados, a materialização de espaços físicos para o repouso memorialístico do grupo.

Podemos situar o momento da criação da associação de imigrantes e as ações de registro de suas histórias a um período de uma crescente busca pelas tradições, assim como a uma nova relevância dada à recordação e à identidade, que se inicia a partir dos anos 1980, conforme Aleida Assman (2011) chama atenção. Seria um “retorno” ou um “despertar” da história, mas não a história disciplinada, acadêmica, e “sim uma consciência coletiva que se manteve viva ou foi revivificada, um passado recordado. Desse modo, do dia para a noite a história tornou-se uma força mobilizadora considerável” (ASSMAN, 2011, p. 69). Essa recordação de caráter produtivo movimentou não só coletividades em busca de sua identidade e pertencimento, mas também outros setores como mercados editoriais, de entretenimento e empresas que viram, no passado, um nicho de mercado, como veremos no capítulo 2.

Além da mercadorização da memória, Andreas Huyssen (2000, p. 26) sugere que existia

uma lenta mas palpável transformação da temporalidade em nossas vidas, provocada pela complexa interseção de mudanças tecnológicas, mídia de massa e novos padrões de consumo, trabalho e mobilidade global. No entanto, muito disso é o deslocamento de medo de um futuro nas nossas preocupações com a memória e, por mais dúbia que hoje nos pareça a afirmação de que somos capazes de aprender com a história, a cultura da memória preenche uma função importante nas transformações atuais da experiência temporal, no rastro do impacto da nova mídia na percepção e na sensibilidade humanas.

Passados mais de 120 anos da chegada dos imigrantes suíços, contar com a oralidade dos mais velhos não era mais garantia de preservação de suas histórias. Era necessário traçar algum tipo de estratégia que pudesse ampliar o horizonte do que se desejava preservar e, até mesmo, do desconhecido, de passados que ainda estavam ocultos. Beatriz Sarlo (2000, p. 56) apresenta uma reflexão pertinente quando afirma que

reconstruir o passado de um sujeito ou reconstruir o próprio passado, através de testemunhos de forte inflexão autobiográfica, implica que o sujeito que narra (porque narra) se aproxime de uma verdade que, até o próprio momento da narração, ele não conhecia totalmente ou só conhecia em fragmentos escamoteados.

O medo do esquecimento e da perda da transmissão de suas memórias fizeram com que o grupo se organizasse e usasse a produção escrita como ponte entre o antigo e o novo, entre o passado e o presente, e quiçá o futuro. Foi, então, juntando os fragmentos de testemunhos de vários indivíduos que se buscou fundar uma narrativa de autorrepresentação que fizesse sentido para esse sujeito coletivo.

André Belo (2008) escreve que, em um livro, temos muito mais autores do que o nome que aparece na capa. Como veremos, essa afirmação é especialmente pertinente no que tange ao trabalho que analisamos. As pesquisas que reuniram os materiais para a escrita do livro publicado no ano de 2000 foram coordenadas por Adonis Valdir Fauth¹³, que também foi redator do livro. Ademar Agostinho Sauthier¹⁴ e Ângela Ribeiro¹⁵ compuseram o grupo de apoio e acumularam o papel de revisores do produto final. Vale assinalar que o trabalho não passou pelo crivo de uma editora, pois é uma produção independente, portanto, a decisão de como e do que registrar sobre esse passado representa um posicionamento restrito ao grupo. A tiragem foi de mil exemplares que se encontram esgotados, de acordo com o site da ASVB. O livro não teve fins comerciais e sua distribuição se deu por meio de associados responsáveis e pela venda em quatro regiões diferentes do estado, conforme registrado nas páginas finais da edição.

Quanto à participação mais ampla dos associados, cada família que desejou participar dessa empreitada elegeu um coordenador¹⁶, que recebeu um guia que continha instruções de como organizar a pesquisa e que explicitava “onde e o que pesquisar”. Nele, havia materiais referentes à imigração que eram provenientes de pesquisas feitas anteriormente pelo grupo de organizadores, além de indicações de fontes de pesquisa, como uma lista de livros publicados. Ao mesmo tempo que esse material servia como guia, ele também tinha um papel de demarcar o que é importante. Por exemplo, podemos perceber o interesse na vida cotidiana

¹³ Natural de Estrela-RS, juiz de Direito aposentado, ex-professor universitário e jornalista. Criou o projeto de “resgate” da história suíço-vaiesana em 1988, como presidente da ASVB. Coordenou as equipes de trabalho e pesquisou pessoalmente mais de dez mil registros públicos e de igrejas, organizou as publicações e foi responsável pela redação final (FAUTH, 2000).

¹⁴ Natural de Carlos Barbosa-RS, doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade de Roma, padre, ex-secretário geral da Regional Sul-3 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Manteve os primeiros contatos com as origens no Canton do Valais no início da década de 1960. Foi ordenado padre em Charrat, na Suíça, em 1964 (FAUTH, 2005).

¹⁵ Residente em Porto Alegre-RS, médica. A partir de 1988, com o Padre Agostinho, começou a busca, o estudo genealógico e a localização das famílias descendentes vaiesanas no Rio Grande do Sul (FAUTH, 2005).

¹⁶ Como descendente de Joseph Antoine Sauthier, participei como coordenadora de uma das três famílias Sauthier que fizeram parte dessa pesquisa. Inclusive foi dessa forma que obtive acesso ao material adicional que guiou a construção da narrativa final que culminou na publicação do livro que analisamos neste trabalho.

quando observamos o roteiro de perguntas sugerido para as entrevistas (Anexo B) e, ao mesmo tempo, a importância dada aos “documentos oficiais” pela indicação no item das fontes de pesquisa (Anexo C).

Os registros produzidos em consequência desse movimento associativo são diversos. São seis livros impressos, sendo o primeiro deles o nosso objeto de estudos. Os suíço-valesanos estão representados no Ponto de Cultura Casa das Etnias, em Caxias do Sul-RS, local criado com o intuito de “preservar e cultivar traços culturais das várias etnias que compuseram a formação da cidade”¹⁷. No município de Carlos Barbosa-RS, há uma praça nomeada em homenagem a um descendente suíço onde se encontra um monumento batizado de “As velas da esperança”, inaugurado no ano 2000, e um museu onde a associação e as famílias locais mantêm objetos e, principalmente, fotografias antigas. A associação possui website no qual dispõe de um espaço aberto para publicação de genealogias e biografias, assim como agenda e notícias. O grupo participa de desfiles cívicos e se faz presente em datas comemorativas, algo que não ocorria há algumas décadas.

Cria-se, portanto, uma narração da experiência que une

o corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado. Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mundo da experiência, redime-a de seu imediato ou seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no comum. A narração inscreve a experiência numa temporalidade que não é a de seu acontecer (ameaçado desde seu próprio começo pela passagem do tempo e pelo irrepitível), mas a de sua lembrança. A narração também funda uma temporalidade, que a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar (SARLO, 2007, p. 25).

A escrita da ASVB se insere dentro de um contexto em que o passado e a experiência dos mais velhos estavam perdendo importância no seu papel de referência ao orientar e iluminar o futuro das jovens gerações no mundo moderno, com uma quebra da continuidade das experiências (SARLO, 2007). Junta-se a isso a sensação de aceleração do tempo, que foi potencializada e fez com que o presente que se encolhesse cada vez mais (HUYSEM, 2000). Ao transmutar cenas do passado em narrativa, ao comunicar suas lembranças, eles acabaram fundando uma nova temporalidade, que deu corpo e voz a um passado que lhes era caro e que estava próximo a esvaecer.

¹⁷ Disponível em: <<https://www.casadasetnias.com.br/sobre/>>. (Acesso em 10 jul. 2021.)

2 POPULARIZAÇÃO DO PASSADO E A HISTÓRIA FEITA POR NÃO-HISTORIADORES

“As consequências da perda da identidade valesana foram desastrosas. O uso da língua francesa materna foi abandonado. Espalhados pelos três estados sulinos, os valesanos perderam os contatos e os referenciais. São milhares, mas não se conhecem. Solidificou-se o desconhecimento generalizado das raízes pela perda dos nomes dos avós valesanos. O tempo apagou os vestígios da imigração para os historiadores e a mídia moderna.”
(FAUTH, 2000, p. 154)

Ao iniciar o texto com essa fala de Adonis Valdir Fauth (2000), pretendemos abrir a discussão de como a história produzida por não historiadores pode trazer consigo elementos que marcam uma busca por pertencimento. Dadas suas palavras, é possível perceber como o silenciamento pode ir fundo e causar um sentimento de desenraizamento e angústia. Dar-se a conhecer o próprio passado é reconhecer-se ao valorizar a própria cultura e, assim, reduzir o sentimento de exclusão.

Nesse sentido, consideramos legítimo discutir os limites e as possibilidades dos/das historiadores/historiadoras profissionais e públicos diante das demandas e expectativas de diferentes sujeitos, assim como praticar a escuta e o acolhimento de uma maior diversidade de “histórias”.

Segundo Constantine Fasolt (2005), produzir relatos do passado é, por si só, uma tomada de posição já que implica escolher dentre diversas possibilidades, porém é preciso ressaltar que esse “posicionamento não precisa ser eterno para que possa justificar uma defesa legítima. Não levar isso em conta seria desconsiderar a historicidade da condição humana” (TROUILLOT, 2016, p. 244). É possível elencar uma discussão engajada sem, contudo, abrir mão do rigor acadêmico. Fazer história também é falar de algum lugar, para alguém. Seja dentro ou fora da academia.

Todas essas colocações nos remetem aos dois pontos que serão discutidos nesta seção. O primeiro busca explicar sobre a inclusão de distintas formas de produção, comunicação e circulação do passado que vêm para dar respostas à necessidade que diversos

grupos têm de se sentirem representados, o que se convencionou chamar de popularização do passado. Na sequência, iremos discutir a história feita por não historiadores e identificar os espaços que representam uma mobilização da história e da historiografia para além dos círculos especializados.

2.1 Popularização do passado

A inclusão de distintas formas de produção, comunicação e circulação do passado são respostas às necessidades de diversos grupos que anseiam por algum tipo de representação. Tim Ingold (2015, p. 192) escreve que “a vida não está confinada dentro de formas limitadas, mas sim costura o seu caminho pelo mundo ao longo da miríade de linhas de suas relações, sondando cada rachadura ou fenda que possa potencialmente permitir crescimento e o movimento”. A vida tem a força de brotar debaixo de camadas de asfalto, por uma fresta ou por qualquer outro caminho que lhe seja apresentado. O mesmo acontece com a História: se houver uma pequena brecha e ela for regada e cultivada, pode brotar nos locais mais diversos.

Assim como Marcelo Abreu, Guilherme Bianchi e Mateus Pereira (2018, p. 281),

acreditamos haver, em nosso presente, uma dinâmica muito específica de abertura do discurso histórico para alteridades epistemológicas que possibilita a reimaginação dos fluxos entre os saberes produzidos ao redor do que se convencionou chamar de “espaço público”. Queremos dizer que, nesse momento, o reconhecimento da história como conhecimento e campo de ação se torna comum, levando a uma alteração da relação entre sujeito e objeto, em direção a formas mais ativas que ultrapassam a exclusividade de um grupo social ou profissional produtor da história.

No entanto, mudanças de paradigmas não ocorrem de fato sem disputas e intensas negociações. O pluralismo de histórias, temas, narrativas e formatos de divulgação são uma realidade hoje. No entanto, para que esse novo fluxo de saberes possa resultar em uma representação mais abrangente dos diversos atores sociais, não podemos assumir posições dogmatizantes que buscam mais encerrar perguntas do que se abrir a novas imaginações. Artur

Lima de Avila (2018) afirma que se constitui, como base fundamental, que historiadores e historiadoras trabalhem para permitir mais e mais indagações. Alerta, contudo, que esse tipo de abertura a diversos passados encontra críticos receosos de que “qualquer coisa possa ser dita sobre qualquer evento passado” (AVILA, 2018, p. 47). Entretanto, isso não pode ser visto como impedimento à democratização, mas como uma etapa imposta à historiografia profissional diante de possíveis falseamentos e simplificações que possam surgir com a popularização do passado. Seria, na verdade, um passo importante para uma reimaginação dos fluxos.

É imperativo não ignorar o fato de que há histórias sendo produzidas em diversos formatos e com diversas intenções. Nesse sentido, nós, historiadores, precisamos entrar nesse debate, pois não se trata da defesa irracional de um domínio, mas de reconhecer que “a escrita da história não é e nem pode ser prerrogativa, propriedade de quem quer que seja”. Por isso, uma ação a ser fomentada é a “crítica permanente do que se veicula como historiografia”, o que não significa dar aval ou desqualificar quaisquer narrativas *a priori*, pelo simples fato de terem sido construídas dentro ou fora da academia. Precisamos tomar conhecimento dessas múltiplas histórias que circulam e estar cientes de que não podemos ter controle total perante as diversas versões do passado que nos são apresentadas. Tudo isso está associado à “formação da consciência histórica” (MALERBA, 2014, p. 42).

Para que a circulação histórica possa traçar novos caminhos, como destacou Valdeci Araujo (2017, p. 191), precisamos repensar a função social do historiador “de modo a entendê-la também como resposta ao direito de todo humano, em sendo histórico, poder ter essa condição reconhecida ao realizar apresentar suas histórias”, e, a partir desse ponto, criar condições para que essas histórias possam ser acolhidas e divulgadas. Isso faz com que a pluralização dê forma a um processo dinâmico, cheio de idas e vindas, em que os sujeitos da história, do conhecimento histórico e da ação simultaneamente possam interagir (ABREU; BIANCHI; PEREIRA, 2018). Tudo isso tem o potencial de abrir espaços para que os próprios atores possam participar ativamente, pessoas que não são consideradas especialistas em história, mas apenas coadjuvantes para os quais essa história faz parte de uma “prática” que produz sentidos.

Ainda sobre a necessidade de uma história mais plural e diversa, é importante refletirmos a respeito de como as produções da historiografia oficial e os locais de memória não são constituídos para nos dar respostas muito específicas. Eles, em geral, escondem rostos. Um bom exemplo é o caso do personagem Austerlitz, citado por Hayden White (2010), que, ao procurar contar a sua própria história, sente-se impotente. Ao buscar informações sobre seus

pais, sente como se não só os nazistas, mas também a própria história tivesse o intuito de esconder “pessoas”:

a busca de Jacques Austerlitz pela identidade e as imagens de seus pais levam o a uma espécie de viagem no espaço, de um “*lieu de memoir*” para outro, em que cada um deles manifesta outro aspecto dos modos pelos quais o que antes havia sido apresentado como uma “herança” agora é mostrado como sendo uma espécie de impedimento para o conhecimento útil do passado (WHITE, 2010, p. 10).

Esse passado útil seria o passado que faz sentido, que carregamos no nosso presente. Seria o passado prático de White (2010, p. 16), que “é composto por todas aquelas memórias, ilusões, porções de informações errantes, atitudes e valores que o indivíduo ou grupo convocam das melhores maneiras possíveis para justificar, dignificar”. É essa dignificação dos antepassados, que parecia estar prestes a ser esquecida, mas que motivou a criação da ASVB em 1992¹⁸ e, posteriormente, o “Projeto de Pesquisa Genealógica e de Reconstrução Histórica Suíço-valesana”, que culminou em um conjunto de narrativas que acabaram por popularizar um passado construído coletivamente e que analisaremos no decorrer deste estudo.

Dentre as motivações do grupo, podemos pensar na “presença” ecoando na história dos mais velhos, na percepção de que a fala francesa estava sendo perdida por seus descendentes e que esse esvair não teria mais retorno caso não fosse tomada alguma atitude. Uma “porção de informações errantes” precisavam ser convocadas e tomar forma para não se perderem no tempo. A forma escolhida para reter esse passado foi buscar, na narrativa de autorrepresentação e na publicação de um conjunto de seis livros, tanto a divulgação como um refúgio para suas memórias.

Além da academia, a história e as ações culturais advindas do poder público construídas na região tinham o intuito de ressaltar as grandes etnias, o que tem mudado aos poucos, a se pensar pelo engajamento de quem buscou salvaguardar sua própria história. No caso da escrita da história dos suíços, o movimento coincide com o “boom da memória” do final do século XX, que, para Andreas Huyssen (2000), vem ao encontro do discurso da modernidade que ressoa como a perda de um passado melhor, que ele considera que tenha sido

¹⁸ Disponível em: <<https://www.asvb.com.br/sobre/>>. (Acesso em 25 ago. 2021.)

mais um sonho do que realidade. Essa busca de um tempo perdido, uma parte da encarnação presente do sonho, foi nomeada, por ele, de cultura da memória.

Para o autor, “trata-se mais da tentativa, na medida em que encaramos o próprio processo real da compressão do tempo, para propiciar alguma extensão do espaço vivido dentro do qual possamos respirar e nos mover” (HUYSSSEN, 2000, p. 30), para não sermos engolidos pela pressa e pelas mudanças frenéticas da modernidade. Então, o ato de se associar, pesquisar, escrever, divulgar, arquivar, criar museus e entrar para a cena pública foram uma forma de reduzir um pouco a velocidade da roda do tempo para não ser esmagado por ela.

A valorização das histórias contadas pelos mais velhos e a busca de documentos que pudessem contar essas histórias corroboram a ideia de que as memórias podem se tornar fragmentadas e distorcidas ao longo do tempo. Se não as registrarmos, elas podem se esvaír, deixar de existir. “A memória é sempre transitória, notoriamente não confiável e passível de esquecimento, em suma, ela é humana e social” (HUYSSSEN, 2000, p. 37), portanto, registrar e escrever essas memórias gera uma sensação de conforto.

Podemos perceber essa preocupação nas palavras de Fauth (2005, n.p.) na página de rosto do livro *Os suíço-valesanos no Rio Grande do Sul – 125 anos*, quando escreve: “as palavras voam, os escritos permanecem”. Por mais que se trate de um ditado recorrente, é muito significativo no contexto em que foi registrado – resgate da história da imigração suíça, como nomeia Fauth (2005) –, já que essas palavras, quando “escritas”, conseguiram romper as barreiras da exclusividade de grupos sociais e/ou profissionais detentores da produção e da divulgação histórica, o que permitiu que essa força mobilizada se transformasse ativamente em uma narrativa do passado. O movimento desse pequeno grupo de descendentes de imigrantes suíços, mesmo que de forma inconsciente, faz parte de uma crescente proliferação dos sujeitos e lugares da produção de conhecimento que buscam fixar seus passados ao deixá-los registrados.

Sujeitos para quem Jacques Rancière (1994 *apud* ABREU; BIANCHI; PEREIRA, 2018, p. 282) aponta quando escreve sobre historicidades democráticas, como parte de um “movimento simultâneo de pluralização dos sujeitos históricos e falas sobre a história, e de esgotamento da forma científica da historiografia que almejava, por assim dizer, o monopólio da compreensão histórica”, e não só de abertura de espaços e da multiplicidade de sujeitos se alimenta essa ampliação das historiografias populares. Outra dimensão que o autor nos apresenta são “as mutações da escrita, desdobrando-se em outras formas de inscrição, a intensificação da presença do passado e pluralização das memórias” (RANCIÈRE, 1994 *apud*

ABREU; BIANCHI; PEREIRA, 2018, p. 282), ou seja, dentro dessa perspectiva, a história passa a ter também mais veículos, maior alcance e representatividade.

Mas pensar em uma história democrática e aberta, em que é imperativo perceber e acolher o outro, é um grande desafio. Um dos caminhos possíveis é mudarmos o fluxo e abrigar os saberes produzidos no espaço público, reconhecer a história de forma mais abrangente, “levando a uma alteração da relação entre sujeito e objeto, em direção a formas mais ativas que ultrapassam a exclusividade de um grupo social ou profissional produtor da história” (ABREU; BIANCHI; PEREIRA, 2018, p. 281). Além disso, conforme Araujo (2017), é preciso entender que a história permeia esses diversos atores e que todos têm o seu papel, mas um papel passível de alterações e não estanque e pré-determinado.

O cenário atual se destaca não tanto pela centralidade da noção do público como audiência, mas pela reivindicação de uma cidadania que quer ser pensada como polo ativo na produção de uma historiografia socialmente distribuída, ou seja, da democratização das condições de escrita e apresentação de histórias (ARAUJO, 2017, p. 206).

Essa produção passa por uma descoberta do “que é necessário para encararmos um futuro que gostaríamos de herdar ao invés daquele que fomos forçados a aguentar” (AVILA, 2018, p. 42), de uma agência e mudança de fluxos que teve seu ponto de partida com um despertar para a história, que se iniciou nos anos 1980 e fez com que uma consciência coletiva fosse “revivificada” ao lembrar o passado, o que impulsionou uma força mobilizadora considerável. Como escreve Aleida Assmann (2011, p. 70), “definimo-nos a partir do que lembramos e esquecemos juntos. Reformulação da identidade sempre significa também reorganização da memória, o que também vale, como bem sabemos para a comunidade e não menos para os indivíduos”. Como somos muitos, tanto indivíduos como comunidades, somos também muitos passados.

Relacionando todos esses aspectos com o nosso objeto de investigação, o trabalho desenvolvido pela associação de imigrantes suíços vem ilustrar uma pesquisa e escrita colaborativas, por meio de uma organização, em que o grupo teve acesso à sua própria história, ou seja, saíram do lugar de objeto para o de sujeitos ativos. A tendência é que, cada vez mais, sujeitos saíam em busca de discursos reconfortantes, pois, “quanto mais rápido somos empurrados para o futuro global que não nos inspira confiança, mais forte é o nosso desejo de

ir mais devagar e mais nos voltamos para a memória em busca de conforto” (HUSSEN, 2000, p. 32), de nos fazer sentir parte integrante da sociedade. Dentro dessa lógica, teremos mais pessoas interessadas em participar da produção e do consumo de saberes que possam lhes dar algum tipo de estabilidade e sentimento de pertencimento.

É preciso também considerar que determinados grupos e indivíduos contam com um “impulso de publicizar conhecimento histórico” e que, para além das instituições de produção de conhecimento institucionalizados, adotam “modelos participativos de construção de saber”, por isso, é necessário “reconhecer a legitimidade discursiva de agentes que questionam de forma cada vez mais sonora e inventiva qualquer tipo de monopólio sobre o passado” (SANTHIAGO, 2018, p. 288). É justamente desses grupos e das histórias produzidas por eles que falamos na próxima seção.

2.2 História feita por não historiadores

“O passado – do qual nos afastamos temporalmente cada vez mais – não fica completamente sob a custódia de historiadores profissionais. [...] Hoje se contrapõe à síntese abstrata de uma história em particular as muitas memórias diferentes e parcialmente conflitantes que tornam efetivo seu direito de reconhecimento na sociedade. Ninguém pode negar que essas memórias se tornam uma parte vital da cultura atual, com suas experiências e reivindicações tão próprias.”
(ASSMAN, 2011, p. 20)

Muito se escreve sobre a história produzida por não historiadores, seja em termos de lhes lançar críticas ou demonstrar simpatia à democratização nas representações pretéritas. Entretanto, no que se refere à análise dessa prática propriamente dita, pairam alguns questionamentos: quais diálogos teóricos e metodológicos ocorrem nessas produções? Pesquisas acadêmicas são tomadas de empréstimo para a construção das narrativas? Há consultas em bases documentais e, se houver, como esses documentos são tratados? Quais são os interesses que as motivam? Dentre muitas outras tantas perguntas que poderiam ser feitas,

pouco é encontrado na literatura acadêmica. Nesse sentido, listamos alguns autores que nos ajudarão a pensar nessa multiplicidade de usos e funções da história produzida fora dos moldes acadêmicos.

O resultado mais recorrente quando pesquisamos sobre a história produzida por não historiadores é o que envolve o mercado editorial e a história de grande circulação, produzida pelos chamados “*historymakers*” ou “historiadores públicos”. Como assinala Valdeci Araujo (2017, p. 198), “fica evidente o aspecto central da produção de história como entretenimento, controlado por grandes grupos empresariais de mídia”, que é vista como um negócio que visa lucros e, dentro dessa “configuração, a atuação do historiador não é distinta daquela de outros profissionais da indústria”, ou seja, ao conceber as histórias, estão atentos às demandas do presente e de seus públicos.

Em um artigo intitulado “Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História? Uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History”, Jurandir Malerba (2014) discute a crescente demanda por história e como essa demanda está sendo suprida por profissionais não treinados na academia. Para isso, remonta à década de 1980, quando houve um grande movimento de difusão editorial que abriu espaço para “jornalistas como Ruy Castro, Fernando Morais, Zuenir Ventura, Jorge Caldeira e, depois, Elio Gaspari”, que “escreveram uma espécie de ‘jornalismo de época’ de qualidade, na melhor acepção do termo ‘história popular’ baseada em pesquisas bibliográfica e documental” (MALERBA, 2014, p. 33). Como esses autores já circulavam na mídia, os meios de comunicação foram usados a seu favor, em um movimento decisivo para a expansão do público leitor de história no Brasil. Esse crescente consumo de história por um público não especializado acabou abrindo demandas em revistas de divulgação, programas de televisão, novelas, minisséries e websites.

Entretanto, como indica o autor, o “problema” não é esse desejo e o consumo de uma variedade de produtos advindos da história e muito menos a “boa história crítica” chegar de forma que alcance o grande público, e sim sobre os projetos históricos pensados somente para agradar ao mercado sem se pautarem em responsabilidade pelo impacto que produzem. Ao falar da coleção *Terra Brasilis*, lançada no final da década de 1990, que transformou o jornalista esportivo Eduardo Bueno em uma “espécie de celebridade”, ele aponta para a fórmula do sucesso: “o autor apresenta a história do país numa prazerosa narrativa na forma de saga, na qual o destaque recai em personagens excêntricos envolvidos em grandes aventuras” (MALERBA, 2014, p. 35), baseada em personagens classificados como heróis ou vilões. Dentre

as resenhas críticas citadas por Malerba (2014), Bueno é “acusado” de escrever ancorado em uma visão eurocêntrica e deixa de problematizar temas importantes, como a exploração dos africanos escravizados e dos indígenas, além de utilizar da historiografia acadêmica – desdenhada por ele – sem os devidos créditos.

O segundo autor citado por Jurandir Malerba (2014, p. 36) como “outro jornalista com suporte midiático e visão estratégica” é Laurentino Gomes. Ao analisar seus livros *1808*, publicado no ano de 2007, e *1822*, publicado no ano de 2010, Malerba (2014, p. 37) afirma que Gomes tem “em comum com Bueno, a abordagem episódica, a linguagem coloquial, romanesca, e o sucesso de vendas”, além de apresentar a mesma fórmula de história em formato de saga, nas veladas explicações históricas e, é claro, em heróis e vilões. Para Malerba (2014, p. 37), “a perspectiva da história crítica, suas fragilidades são gritantes”. Por fim, cita um outro grande sucesso de vendas, o *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*, de Leandro Narloch (2009), livro apoiado na historiografia, seja para corroborar ou para depreciar – a depender de seu interesse. Malerba (2014, p. 37-38) afirma que, “sob a bandeira do ‘politicamente correto’, mal se disfarça uma visão altamente conservadora, quando não reacionária, retrógrada, eurocêntrica e preconceituosa da/sobre a história do Brasil”. É fato que as “mensagens” propagadas pelos três autores citados por Malerba (2014) influenciam a visão de história de suas audiências. Dito isso, é importante pensarmos nas consequências da difusão massiva da história popular e, por outro lado, em como essa circulação de grande alcance pode nos trazer ensinamentos.

Beatriz Sarlo (2007, p. 13) nos aponta um caminho para entendermos o sucesso dessas produções ao afirmar que “as histórias não acadêmicas, dirigidas a um público formado por não-especialistas, pressupõem sempre uma síntese”, o que, no meio acadêmico, é considerado indesejável e até mesmo impossível. “A modalidade não acadêmica (ainda que praticada por um historiador de formação acadêmica) escuta os sentidos comuns do presente, atende às crenças de seu público e orienta-se em função delas” (SARLO, 2007, p. 13). Completa seu raciocínio ao assinalar que “isso não a torna pura e simplesmente falsa, mas ligada ao imaginário social contemporâneo, cujas pressões ela recebe e aceita mais como vantagens do que como limite” (SARLO, 2007, p. 13). É uma história pensada para ser inteligível ao grande público. Para isso,

essa história de massas de impacto público recorre a uma mesma fórmula explicativa, a um princípio teleológico que garante origem e causalidade. [...]

Um princípio organizador simples exerce sua soberania sobre acontecimentos que a história acadêmica considera influenciados por princípios múltiplos. Essa redução do campo de hipóteses sustenta o interesse público e produz uma nitidez argumentativa e narrativa que falta à história acadêmica [...] impõe unidade sobre as discontinuidades, oferecendo uma “linha do tempo” consolidada em seus nós e desenlaces (SARLO, 2007, p. 13-14).

Dialogando com a nossa pesquisa, é dessa forma que é construída a narrativa do livro *A imigração suíço-valesana no Rio Grande do Sul*, escrito pela associação de imigrantes. Trata-se de uma história orientada pelos mesmos pressupostos das grandes “histórias nacionais” de difusão escolar, com os imigrantes representando tanto a figura de heróis como a de excluídos. Heróis por terem vencido inúmeras adversidades que se iniciam já no momento da decisão de partir de sua terra natal, seguidas pela longa viagem e reforçadas em vários episódios narrados desde que aportaram em solo brasileiro, uma verdadeira narrativa de superação. Excluídos no sentido de não terem a sua história registrada.

O livro também é guiado por uma linha, tanto de raciocínio quanto temporal, que nos conduz até ao presente. A impressão que temos, com a escrita, é que entramos na bagagem de um imigrante e seguimos com ele, passo a passo, em sua trajetória. Na sequência, acompanhamos, já em terras brasileiras, a sucessão das gerações. O ciclo se finda no momento do registro escrito, um desenrolar desses passados movido por um marcante caráter identitário. Conforme Sarlo (2007), as versões apresentadas nesse formato sustentam-se tanto no mercado, como também atendem à demanda do público leigo, pois dá a seus leitores as respostas que eles buscam no passado, de forma simples e sem contradições, diferentemente da história acadêmica que oferece um sistema de hipóteses e não de certezas.

A indústria do entretenimento também percebeu um novo nicho de mercado e investiu em projetos visando ao “turismo histórico”. Michel-Rolph Trouillot (2016) nos apresenta uma discussão que ocorreu em torno do projeto lançado em 1994, que envolveu a construção de um novo parque temático, o Disney América, que seria construído no norte do estado da Virgínia e no qual a escravidão afro-americana seria um dos temas enfatizados. Logo que o projeto foi lançado, os protestos começaram a surgir: “ativistas negros acusavam a Disney de converter a escravidão numa atração turística. Outros afirmavam que executivos brancos não eram as pessoas qualificadas para abordar o tema. Outros se perguntavam se o tema deveria mesmo ser abordado” (TROUILLOT, 2016, p. 228). A Disney alegava estar preocupada com a exatidão empírica e, para isso, contava com uma série de historiadores como consultores.

Mas a questão aqui vai além da exatidão empírica: ela está mais relacionada à presença do passado, em reverberações do passado da escravização moderna que ainda estão presentes em nossos dias. Trouillot (2016) transcreve vários trechos publicados no *New York Times*, em que o romancista William Styron traz diversas objeções ao projeto, que apresento aqui de forma bem sucinta. Styron afirma que a Disney poderia até reproduzir o espírito da época, mas “fossem quais fossem as imagens exibidas e os meios técnicos empregados, os artefatos da crueldade e da opressão ‘tinham de ser fraudulentos’, porque lhes seria inerente a incapacidade de ‘expressar uma experiência tão desconcertante’” (STYRON, 1994 *apud* TROUILLOT, 2016, p. 229) e conclui que essa representação distorceria as experiências tanto para brancos quanto para negros.

O fato de que a escravidão estadunidense tenha acabado oficialmente, mas continue sob muitas formas mais sofisticadas – em especial, sob a forma de racismo institucionalizado e de degradação cultural da negritude –, torna a sua representação particularmente incômoda nos Estados Unidos (TROUILLOT, 2016, p. 234).

A escravidão ainda pode ser percebida como uma figura viva do passado e a representar implica não só olhar para trás, mas, principalmente, um compromisso com a honestidade face ao presente que lhe “re(a)presenta”, portanto, “trivializar a escravidão – e o sofrimento que ela causou – é algo inerente ao presente, que envolve tanto o racismo como as representações da escravidão” (TROUILLOT, 2016, p. 23). Percebemos aqui que o alcance de um produto histórico deve ser pesado mesclando os tempos, os significados e suas funções.

Por fim, devido a pressões advindas de diversos setores, incluindo ambientais, a Disney abandonou o projeto do parque temático, porém esse fato nos mostra que, a depender do alcance do que se pretenda debater com uma narrativa histórica, independentemente do formato, não podemos deixar de levar em conta o contexto tanto de sua produção como de seu consumo.

Outro espaço que podemos enquadrar dentro dessa mobilização de narrativas históricas produzidas fora do meio acadêmico é apresentada por meio da arte. Marcelo Santos de Abreu, Guilherme Bianchi e Mateus Henrique de Faria Pereira (2018) analisam a proliferação dos sujeitos e lugares de produção do conhecimento histórico e, nesse caso, como as artes cênicas podem representar uma possibilidade ativa de relação com passados

traumáticos. Para isso, vão buscar as apresentações do grupo teatral Yuyachkani, que produziu algumas montagens em frente aos locais das audiências que ocorreram em função dos trabalhos da Comissão da Verdade e Reconciliação (2001 a 2003), no Peru.

Uma das peças do grupo foi baseada no livro *Rosa Cuchillo*, de Oscar Colchado Lucio, publicado em 1997 e

trata da história de uma mãe que falece ao tomar conhecimento da morte de seu filho, guerrilheiro do grupo maoísta Sendero Luminoso, cujo corpo explodiu em uma batalha de granadas. Depois de morrer, a mãe recorre aos mundos da cosmologia andina para buscar o corpo de seu filho desaparecido (ABREU; BIANCHI; PEREIRA, 2018, p. 291).

Foi uma obra cuja apresentação não só se aproxima da população fisicamente, devido aos locais onde era encenada, mas também a partir das reflexões que suscitava. A articulação dos sentidos “entre os mundos do Ukhu Pacha (o mundo ‘de baixo’, dos mortos), Janaq Pacha (o mundo ‘de cima’, celestial) e Kay Pacha (o mundo do ‘agora’)” (ABREU; BIANCHI; PEREIRA, 2018, p. 291), vinculada aos diversos sentidos de uma cosmologia popular, aproximam o expectador de suas vivências traumáticas, o que pode, assim, potencializar os processos de cura. Ao ser pensada como uma representação de curta duração e apresentada em ruas e praças, para se aproximar dos expectadores, acaba por ter resultados diversos aos que seriam alcançados em teatros, por exemplo.

Conforme relata o diretor da companhia teatral, a identificação com a representação de uma das peças do grupo fez com que, em meio a uma performance executada, cidadãos humildes, de origem camponesa, se oferecessem para dar seu testemunho junto aos atores. Essa interação, essa possibilidade de se ver representado no outro, que te convida a refletir, pode resultar em uma percepção de que o passado traumático não está situado só no eu, no indivíduo, e sim em um coletivo, já que, nesse caso, a violência atingiu a vida de milhares de pessoas. Esse tipo de abordagem “parece oferecer, de fato, uma forma mais aberta e livre do trabalho de lidar com o passado e imaginar as possibilidades, para conviver com as feridas do presente e do futuro” (ABREU; BIANCHI; PEREIRA, 2018, p. 292). Trata-se aqui de pensar, representar e construir história em um só movimento. Acima de tudo, uma produção histórica compartilhada, carregada de sentidos e com abordagens distintas a cada encenação.

Cada uma das produções abordadas anteriormente – a produção de “histórias” por jornalistas, por uma associação de descendentes de imigrantes, a da indústria de entretenimento e a história ligada às artes – ilustra como são diversos os meios de produção de interpretações do passado fora do ambiente acadêmico. A partir dessas leituras, podemos perceber uma multiplicidade de sujeitos que buscam seus referenciais de forma autônoma.

Nesse universo crescente de interpretações, os historiadores não podem se omitir. Ao mesmo tempo, não devem ocupar o lugar de juízes do passado. Faz-se necessário refletir constantemente e criar formas para compreender a organização e a autonomia dos diversos discursos circulantes. Como afirmam Caroline Bauer e Fernando Nicolazzi (2016, p. 818),

o saber histórico não é um objeto estanque, estável, a-histórico, evidente por ele mesmo. Tampouco é uma espécie de monopólio dos historiadores como se eles possuíssem alguma forma de cláusula pétrea que lhes concedesse o direito exclusivo de se falar a partir da história, todos os outros sendo meros amadores ou, pior, “apenas jornalistas”.

Dar abertura a essas produções de “amadores”, como assinala Rodrigo de Almeida Ferreira (2018), não seria a inversão da hierarquia, uma valorização maior da história não acadêmica em detrimento da acadêmica, mas uma busca de diálogo entre as partes. Não há dúvidas de que existem diferenças estruturais entre as formas de apresentação leigas e as formas de apresentação acadêmicas, e isso se dá não só pela diferença de formação e de técnicas empregadas, mas também pelo próprio objetivo de cada um dos setores. Como escreve Malerba (2014, p. 42), “não há definição de qualidade *a priori* em qualquer forma de apresentação, existem trabalhos bons e ruins em ambas as esferas (acadêmica ou pública)”. Dentro dessa mesma linha de pensamento, Araujo (2017, p. 211) reflete que, em casos como esses, o foco da academia deveria ser “menos a autoria e a produção, como na pesquisa, mas o acolhimento crítico e à amplificação de oportunidades e ferramentas”, além da mediação e do diálogo para que parcerias de sucesso possam ser cunhadas. Corroborando essa ideia, Schitino (2016) aponta para um caminho possível quando sugere o papel de medidor ao historiador, com o intuito de ampliar a consciência histórica e popularizar o conhecimento.

Não é, de forma alguma, esquecer do método ou dizer que todas as histórias produzidas têm o mesmo valor e função social, mas se abrir para o diálogo, tanto interdisciplinar como com o setor leigo responsável pela elaboração de várias formas de representações

históricas. Assim, cada vez mais “passados” poderão, por meio da autoridade compartilhada e do acolhimento democrático ganhar visibilidade e, com isso, seus atores podem se sentir representados sob a luz de uma academia com perfil de curadoria, e não de detentora exclusiva do saber. É claro que a aprovação dos pares na qualidade e no controle da produção de histórias não pode ser esquecida e muito menos menosprezada, porém é necessário refletir sobre as consequências de se operar somente ao sabor de uma guilda altamente disciplinada, como apresentado por Ethan Kleinberg, Joan Wallach Scott e Gary Wilder (2018). Agindo dessa forma, corre-se o risco de estagnar-se em interpretações e reinterpretações, de um mesmo conjunto de “histórias”, sempre de acordo com o que veio antes e pouco reflexivas, tanto no sentido dos objetos de estudo quanto com relação aos procedimentos teóricos.

De acordo com reflexão proposta por Albiéri (2011), a academia tem sido omissa em considerar esse tipo de historiografia escrita para o público e que surge à margem das escolas de formação superior. Enquanto “jornalistas, documentaristas, cineastas, romancistas, divulgam versões historiográficas com grande penetração na cultura, a Academia passa ao largo desse tipo de atividade” (ALBIERI, 2011, p. 23). Ela também discute a importância de uma aproximação do saber acadêmico com o trabalho dos divulgadores, e ressalta a necessidade de mudar o fluxo e ver o trabalho dos “divulgadores” não mais como algo pejorativo e sem qualidade. Defende que muitos desses escritos são de bom nível, baseados na produção científica e divulgados de forma acessível ao público não especializado. Ações como essa podem reduzir o abismo que foi criado entre a escrita acadêmica e a sociedade.

Não podemos deixar de destacar que o alcance da história produzida pelo “historiador público” é muito mais amplo do que a que circula nos periódicos acadêmicos e só esse dado demonstra a relevância de colocar a discussão em pauta. Segundo Jurandir Malerba (2014, p. 31), a “historiografia acadêmica brasileira ainda tem jogado um papel muito tímido, ao abrir mão da ocupação dos espaços públicos de debate para manter-se confinada nos circuitos fechados da academia”. Essa distância do que é produzido academicamente e o que é necessário para que as pessoas se sintam “fazendo parte” da história produziu um vazio. Esse espaço pode ser preenchido por versões que atendam mais a interesses de alguns grupos do que outras que tenham o real compromisso de se tornarem reconstituições explícitas e com bases sólidas, o que pode comprometer as “visões do passado” que surgiriam a partir delas.

É importante sublinhar aqui que o compromisso relativo a essas versões propagadas independe se quem escreve teve ou não formação acadêmica em cursos de história. Ser historiador não traz consigo atestado de compromisso com a disciplina e com uma escrita

responsável. Entretanto, não existe uma receita a ser seguida. Em última instância, seria fazer um trabalho que permitisse uma universalização do direito à história, algo que não se configura como uma tarefa fácil.

Outro ponto a ser considerado, e que diz respeito à nossa pesquisa, são os grupos que se associam para escrever história, como o caso da ASVB. Esse exemplo serve para nos mostrar que existe um engajamento em produções de narrativas de autorrepresentação que não deve ser ignorado. Por vezes, esses relatos são repletos de carga sentimental, preocupados com o que lhes é caro, mas fazem um movimento de trazer à cena quem se sentiu excluído. Não podemos negar que essa “referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo” (POLLAK, 1989, p. 9). Portanto, esses movimentos não estão apenas usando o passado para se autoafirmar, mas estão produzindo saberes históricos que fazem parte da multiplicidade de usos e funções da história mesmo sendo gestados fora dos moldes acadêmicos.

3 A ESCRITA DA HISTÓRIA DOS IMIGRANTES SUÍÇOS SOB O OLHAR DA ASSOCIAÇÃO SUÍÇO-VALESANA DO BRASIL

“Si tu ne racontes,
le sillon se refermera sur l’oubli
et tout sera perdu...
(Maurice Zermatten)

Se não contares,
o sulco se fechará sobre o esquecimento
e tudo estará perdido.”
(FAUTH, 2000, p. 7)

A epígrafe do primeiro livro da série de publicações da ASVB, citada acima, pode ser considerada uma síntese das motivações que fomentaram a pesquisa e a escrita desse grupo. O fato dela se encontrar primeiramente em francês e depois em português também não é algo que deva passar despercebido. Podemos pensar a versão em português como um ato facilitador aos seus leitores, considerando que, mesmo dentro do grupo de associados, a maioria não fala o idioma da terra natal de seus antepassados. Outra leitura possível é o encantamento com relação a esse passado não vivido, de uma terra que conserva o melhor do melhor dos sonhos e, por isso, sua língua deve ser valorizada. É então com ela que se começa a contar esse novo passado, um recriar de suas origens, um verdadeiro nascer de novo.

Outra forma de olharmos essas palavras está relacionada à sua fonte. Essa citação de Maurice Zermatten foi retirada do livro *Randonnas, village disparu*, de Christophe Bolli, publicado no Valais, Suíça, no ano de 1995. Trata-se da história de uma pequena vila de montanha de nome Randonaz¹⁹ que “desapareceu” na década de 1930, quando se transformou em pasto de montanha, visto que os poucos habitantes que ainda moravam lá nesse período deixaram as suas casas rumo à planície. Essa história foi contada depois de mais de meio século e quando poucos sobreviventes dessa saga ainda podiam relatá-la. Ela especificamente não faz parte do objeto da presente pesquisa, mas aponta para a direção do medo do esquecimento que moveu a escrita da história por parte da associação dos imigrantes, já que trata de um passado

¹⁹ Para saber mais sobre Randonaz, ver: <<http://doc.rero.ch/record/136082/files/1995-07-14.pdf>>.

que, até então, não havia sido “contado” e que poderia ser perdido caso o “sulco se fechasse”, ou seja, se o tempo por demais se afastasse dos fatos, das memórias e do tempo de vida de quem as pudesse narrar.

Dada essa passagem de tempo, a organização e o protagonismo da ASVB na construção da narrativa deram-se, em sua grande maioria, por meio de discursos produzidos em segundo grau, em que os personagens principais não puderam se manifestar já que a maioria dos relatos apresentados ultrapassara a duração de uma vida. Eles foram baseados na escuta da voz e das imagens produzidas pela memória de uma segunda geração, uma memória herdada de pais e avós. É importante termos essa percepção de prolongamento das experiências ao analisar a escrita do grupo, mas, como escreve Sarlo (2007, p. 92), “apresenta-se como novidade algo que pertence à ordem do evidente: se o passado não foi vivido, seu relato só pode vir do conhecido através de mediações: e, mesmo se foi vivido, as mediações fazem parte desse relato”. Quem “relata” essas manifestações pretéritas e as transforma em discurso, em geral, não o faz de forma isenta, pois o que é posto traz em si um conjunto de anseios, desejos e imaginários de quem profere, principalmente em casos, como o nosso objeto, que tratam de uma escrita fora dos moldes acadêmicos. O fato de não passar por uma revisão de avaliadores externos, que, na academia, seriam os pares, ou de uma editora faz com que o passado trazido à tona tenha uma grande carga afetiva, mas vale ressaltar que esse processo não trata a história como algo ficcional e sim está munido de alguma cientificidade, respaldada em outras narrativas e em documentos, como veremos a seguir.

Buscar se organizar e produzir o próprio relato funcionou como um antídoto à perda total de um passado vivido por tabela. A sua evocação remete a uma relação discursiva e vivencial, afetiva e familiar entre gerações, guardada e alimentada, até então, na esfera doméstica. Assim, o que se guardava no espaço íntimo e privado, imagens efetivas ou simbólicas de vivências pessoais, de experiências agradáveis ou dolorosas saem desse universo, ganha uma narrativa coletiva.

Este capítulo tem por objetivo discorrer sobre as escolhas e percepções no que diz respeito aos documentos utilizados na escrita do livro *A imigração suíço-valesana no Rio Grande do Sul* (FAUTH, 2000). O livro possui um espaço específico em que são reproduzidos documentos originais, como se fosse um apêndice, mas isso não é referenciado em momento algum do texto, ação que poderia seguir de guia para o leitor buscar informações complementares. Traduções e transcrições dos documentos que se encontram no final do livro, ou não, percorrem a narrativa, ora para ilustrar, ora para discutir.

A respeito dos documentos, algo que não pode deixar de ser observado diz respeito ao tratamento dado às imagens. Podemos perceber que tanto fotografias quanto pinturas são valorizadas, inclusive por ser maior o número de páginas destinadas a elas se compararmos aos outros documentos. Fato é que ambas possuem seções individuais e não são colocadas com os outros documentos, mas nas páginas que os antecedem. Além das especificidades necessárias para a análise de imagens, esse fator contribuiu para que fizéssemos o mesmo neste trabalho, com fotografias e pinturas exploradas separadamente.

3.1 A percepção acerca dos documentos na escrita realizada pela Associação Suíço-Valesana do Brasil

“Uma passagem.
 Um passaporte semidestruído.
 Uma listagem de passageiros de navio.
 Uma amada carta de família...
 Os documentos vão surgindo pouco a pouco.
 Amarfanhados, carcomidos pelo tempo.
 Às vezes amassados, colados, apagados...
 Preciosos.
 Reconstituindo a história dos avós que cruzaram o oceano
 mas não queriam esquecer as suas origens.”
 (FAUTH, 2000, p. 231)

A partir da citação acima podemos inferir qual a visão a respeito de documentos, da função e do sentido da história apresentados pela ASVB, como discutiremos a seguir. Um primeiro ponto a destacar é que a percepção do grupo acerca dos documentos é que “são preciosos”, vão surgindo pouco a pouco – à medida que as famílias se envolvem com a escrita e vão revendo, revisitando seus arquivos pessoais e selecionando o que consideram importante. São registros do passado que, mesmo amassados, colados e apagados, vão contribuir com a narrativa, ainda que de forma tímida, como veremos.

No livro há uma seção de 20 páginas reservada para exibir cópias dos originais do que foi considerado “documento”, que são postos de forma aleatória, sem seguir uma lógica

cronológica ou de conteúdo. Além deles, há reproduções e transcrições entre os capítulos e, em alguns casos, os mesmos documentos são exibidos em locais diferentes: reproduzindo o original ou transcrito, mas nem sempre ligando textualmente um ao outro.

O primeiro documento reproduzido nesta seção se trata da capa do *Géographie élémentaire* (FAUTH, 2000, p. 232), publicado na cidade Sion, na Suíça, no ano de 1854. Esse livro era para uso em escolas primárias e foi trazido pelo imigrante Joseph Antoine Sauthier, em 1875. Na descrição não temos maiores informações a respeito da obra e das razões dela ter sido utilizada para abrir a seção, o que sugere que tenha sido algo alegórico e que foi reproduzido devido ao seu caráter de “antiguidade”. No entanto, anteriormente, ao escrever sobre as “comunidades de origem” (FAUTH, 2000, p. 57), esse material é acionado para contextualizar o Valais XIX, ao discorrer sobre o número de habitantes, a situação política, informações sobre o relevo, lagos e clima. Trata-se, então, da reprodução de uma das fontes secundárias utilizadas para construir a narrativa e que pode aproximar a escrita ao cenário da partida – mesmo tendo sido publicado 21 anos antes dela.

Na sequência, alguns documentos percorrem as páginas quase criando um roteiro para viagem. O passaporte do imigrante Maurice Burnier (FAUTH, 2000, p. 233) é o primeiro deles. No texto ele não é referenciado diretamente, porém, em páginas anteriores, é feita a transcrição do passaporte de outro imigrante (FAUTH, 2000, p. 89), François Gedoz. Podemos perceber que era um documento único para todos os familiares e que, no lugar em que, hoje, colocaríamos uma fotografia, há uma descrição física do chefe de família. Em seguida, consta a passagem para o vapor Rivadavia, da família Rard (FAUTH, 2000, p. 234-235), reproduzida em frente e verso, conforme Fauth (2000, p. 91):

a passagem do vapor da família Rard, que partiu de Saxon na leva de 10 de abril e chegou a Santa Clara em 9 de junho de 1875, é uma preciosidade histórica pelo seu conteúdo geral. Por ela é possível traçar inclusive o itinerário do grupo desde o Valais, além de conter as condições da viagem no Vapor Rivadavia.

No texto esse é um dos documentos mais explorados e se percebe a razão de sua classificação como uma “preciosidade”. Ele é usado de forma minuciosa para traçar desde as distâncias do local de compra da passagem para o local de embarque, o itinerário das famílias, as condições previstas para a viagem marítima, como o tipo de alojamento, a alimentação, o

tamanho da bagagem permitida até o regulamento do navio. Além disso, esse documento é posto para “conversar” com a listagem de partida do Valais – documento reproduzido na sequência – e se conclui que essa mesma viagem foi feita por 14 das 36 famílias que imigraram para o Rio Grande do Sul no final do XIX.

Um título provisório do lote de número 3 da linha Santa Clara, concedido ao imigrante François Gedoz (FAUTH, 2000, p. 241), no ano de 1884, e um recibo de pagamento de impostos de 1889 (FAUTH, 2000, p. 251) também fazem parte do que foi elencado para reprodução. Ambos são comentados e transcritos em outra parte do texto, em que se escreve sobre “as terras” destinadas aos imigrantes. Nesse caso, o livro *História de Carlos Barbosa*, escrito por Aldo Migoot (1988), é acionado para abordar a questão do tamanho dos lotes que, no início da ocupação da região serrana, era de 77 hectares e havia diminuído, sob o argumento que essa ação facilitava a comunicação entre os colonos (FAUTH, 2000, p. 97).

Para completar a narrativa, a história oral também é utilizada. Por meio de relatos de memória de Clemente Sauthier, filho de imigrante, nos é fornecida a informação de que as colônias recebidas pelos imigrantes “tinham em torno 48 hectares, custavam cerca de 300\$000, correspondentes a 750 francos suíços, e podiam ser pagas em cinco anos” (FAUTH, 2000, p. 97). Essas informações, mesmo que advindas de recordações, são condizentes com a bibliografia sobre o tema. Luiza Horn Iotti (2010, p. 201), ao discorrer sobre o Decreto n.º 3.784, de 1867, que versa sobre o “regulamento para as colônias do Estado”, afirma que ele

concedia uma série de favores aos colonos, mas também previa punições àqueles que não cumprissem suas obrigações ou não correspondessem as expectativas das autoridades brasileiras. Entre os favores, destacava-se o pagamento das terras em cinco prestações, a contar do segundo ano do estabelecimento; assistência médica: após o pagamento da dívida, o colono poderia ser escolhido como membro da Junta Administrativa; edifício especial para acolher os colonos recém chegados até receberem seus respectivos lotes; auxílio gratuito de 20\$000 para o estabelecimento dos colonos e sua família. Dentre as punições estavam o término das concessões previstas nesse mesmo regulamento e a exclusão do regime colonial.

Portanto, é possível afirmar que, nesse caso, há uma ligação na narrativa que envolve os documentos apresentados e as fontes acionadas por Fauth (2000), assim como as informações contidas nesse trecho, e que foram baseadas na história oral, estão respaldadas na bibliografia sobre a imigração para o Estado.

Dando continuidade, uma série de “documentos oficiais” é reproduzida e parece ter a função de montar um itinerário de reconhecimento das várias fases de uma vida em suas múltiplas instâncias. Não é seguido nenhum tipo de roteiro para sua reprodução no livro, os documentos são postos de forma aleatória, porém cuidadosa, nada ficou esquecido, mas também nada foi discutido. O passo inicial dá-se ao com a reprodução da “certidão de nascimento e batismo” de Marie Rosalie Gueux, em Martigny, na Suíça, no ano de 1875 (FAUTH, 2000, p. 246). Na página seguinte, para representar um outro importante rito de passagem, consta a “certidão de casamento” de Jean François Gedoz e Marguerite Joris, em 1859 (FAUTH, 2000, p. 247), em Saxõn, na Suíça.

O reconhecimento da inserção em uma nova cidadania é representado por meio da reprodução do “título de eleitor” de Luiz Theodomiro Sauthier (FAUTH, 2000, p. 243), que chegou ao Brasil com cinco anos de idade. O documento foi expedido na Comarca de Montenegro, no Rio Grande do Sul, no ano de 1914. Anteriormente a esse documento, a “certidão de óbito” de Pedro Bondan (FAUTH, 2000, p. 242), com 75 anos de idade e expedida pelo Registro Civil de São Vendelino, vem para fechar esse ciclo. Nesse caso, os documentos parecem falar por si próprios a serem considerados a própria história e, por isso, julga-se não ser necessária nenhuma intervenção ou comentário. Na seleção desse conjunto de documentos não há apego a nenhum personagem, mas percurso reunindo certificados de existência de forma aparentemente aleatória.

Outro documento interessante é o “Estatuto e regulamento da sociedade da Capela de Santa Clara” (FAUTH, 2000, p. 248-250), de 1881, do qual uma cópia do original foi reproduzida e ocupou três páginas. Como foi redigido em francês, assim com outros documentos citados, sua versão em português foi inserida em outra parte do livro. Esse é um documento importante, pois transparecem os anseios do grupo, além de abordar a situação dos imigrantes no período e como conduziam suas vidas perante a ausência de ações do poder público e do amparo religioso, que parecem tão caros para seus integrantes. O estatuto inicia-se da seguinte forma:

nós colonos suíço-franceses, abaixo assinados, desejando erigir e construir uma capela para salvaguardar a honra nacional e continuar observando a religião de nossos pais, decidimos, em assembleia, que a capela será construída em cantaria. Ela poderá, provisoriamente, ser utilizada como sala de aula (FAUTH, 2000, p. 143).

Portanto, religião e educação eram preocupações que, passados seis anos de sua chegada, ainda estavam distantes de serem atendidas. Na sequência, o terreno para construção, valores e formas de pagamento são descritos. A cooperação entre os imigrantes aparece até na preparação do terreno, ao especificar que seu desmatamento seria feito sob forma de mutirão. A ajuda mútua também é lembrada “no caso de morte de um membro da assembleia ou de seu cônjuge ou de um membro adulto de sua família”, em que “os membros da assembleia deverão avisar-se mutuamente, até o último, e reunir-se para transportar a pessoa falecida ao campo de repouso” (FAUTH, 2000, p. 144). Havia previsão, inclusive, de multa a favor da capela para quem não cumprisse essa determinação.

Em caso de doença grave de um dos membros ou de sua esposa, dado o reconhecimento pela administração, havendo atraso nos trabalhos de sua propriedade, e necessidade de recuperá-los, a ação será desenvolvida em mutirão, dentro do necessário e sob o comando da administração. Nessas ocasiões, cada um haverá de alimentar-se por conta própria. Ao recalcitrante será infringida multa de 2.000 réis, em favor da capela (FAUTH, 2000, p. 145).

Essas e outras ações ficaram acordadas entre os membros para que, em comunidade, pudessem alcançar melhores condições não só de vida, mas também de sobrevivência. No entanto, sem esquecer que haviam leis maiores a seguir, concluem o texto escrevendo o seguinte: “assim todos nós, membros da assembleia geral, reconhecemos tudo o que acima ficou estabelecido, de forma legal e liberal; e prometemos observar, lealmente, o referido estatuto e regulamento e observar os rigores da lei” (FAUTH, 2000, p. 145). Esse documento vai além do que exploramos aqui em poucos parágrafos e, no texto, ele somente foi transcrito, assim como a sequência de certidões que trabalhamos anteriormente. Considera-se que ele aborda tudo o que é preciso saber do assunto, que não necessita de reflexões ou intervenções. Sua presença na publicação, porém, deve ser comemorada por lhe dar visibilidade e abrir portas para que possa ser devidamente explorado com um arcabouço ampliado de questionamentos, em conjunto com uma adequada bibliografia.

Por fim, temos um conjunto de três cartas de família, localizadas na Suíça, na prefeitura de Charat, e cedidas a um dos descendentes do imigrante Joseph Antoine Sauthier. As cartas escritas por Joseph Antoine ao seu irmão, Frédéric, que permaneceu na Suíça, datam

dos anos de 1883²⁰, 1884²¹ e 1886²². Elas não estão reproduzidas em sua forma original, consta somente a versão em português. Além disso, não estão isoladas na seção de documentos, suas versões compõem a narrativa da vida cotidiana e servem como fio condutor para a escrita do capítulo 3 do livro, intitulado “A vida valesana” (FAUTH, 2000).

Andréia Tela Corte (2008, p. 157), ao citar Eric Hobsbawn (1998), afirma que

a correspondência privada, notadamente as cartas íntimas trocadas entre parentes, são repositórios da intimidade, normalmente inalcançáveis para o historiador. [...] a análise de cartas íntimas proporciona ao pesquisador verdadeiras pesquisas de opinião retrospectivas por tornar possível a percepção de como certas opiniões, comportamentos políticos e mitos foram gerados, além de conferir maior inteligibilidade às tensões e escolhas que os indivíduos fazem no confronto com circunstâncias particulares da vida social e política das sociedades nas quais se encontram inscritos.

É dentro dessa proximidade com o cotidiano dos imigrantes, proporcionada pelas três cartas que Fauth (2000) vai buscar explorar a vida dos valesanos nos primeiros anos no Rio Grande do Sul. Ele afirma que, para alcançar esse entendimento,

uma boa resposta pode ser encontrada nas cartas de família, algumas localizadas na Suíça para onde foram endereçadas, aos parentes e amigos. Nelas constam boas e más notícias, o dia-a-dia do agricultor, as doenças, as vicissitudes, a luta pela sobrevivência, o sucesso, as alegrias, como viviam e o que faziam para melhorar as suas condições de vida (FAUTH, 2000, p. 117).

Podemos, assim, perceber o lugar de destaque das cartas reproduzidas na narrativa. Além disso, elas contêm um material relevante ao abordarem visões cotidianas de assuntos,

²⁰ “Na primeira, enviada no início de 1883, o imigrante conta as dificuldades com a doença da esposa, a solidariedade dos valesanos e dos vizinhos, a criação da sociedade da capela, o cotidiano da colônia, a produção agrícola, a busca de informações, a saudade dos parentes, amigos e da terra de origem” (FAUTH, 2000, p. 117).

²¹ “N’outra carta, de junho de 1884, o imigrante refere o desenlace da doença de sua esposa e a dificuldade da viuvez com os filhos pequenos. Contrapõe com alegria da evolução econômica e da vida familiar” (FAUTH, 2000, p. 117).

²² “Na terceira carta, de 1886, contém um apreciável apanhado de boas notícias. Escrita na primavera, parece reproduzir a conclusão de longos anos de inverno na vida dos imigrantes pioneiros no novo país: ‘agora eu estou vendendo tudo o que precisava comprar no Valais’, diz Joseph Antoine. Complementa a sua alegria com outras boas novas: a constituição de nova família, entrosada com a anterior. [...] Mas, alegrias também são mescladas com a saudade do Valais e dos parentes, encarecendo o envio de fotografias para que os daqui pudessem pelo menos conhecer as famílias dos que ficaram” (FAUTH, 2000, p. 118).

como a situação da saúde, da fé, da produção agrícola, pecuária, relações familiares, mortes, nascimentos, saudades e outros. No rodapé das páginas, as informações e reflexões se multiplicam, seja para situar algum personagem citado ou para respaldar algumas das informações com bibliografia sobre os temas. De forma alguma podemos afirmar que as possibilidades que elas nos fornecem são esgotadas, mas, ao todo, são 15 páginas do livro reservadas para a reprodução e o desdobramento dos temas abordados por elas, o que permite que nos aproximemos um pouco do tempo da chegada e da adaptação dos imigrantes em solo brasileiro.

Após explorarmos a seção de documentos e trilharmos caminhos diversos entre as páginas da publicação, em certa medida, podemos afirmar que a noção de documentos é ampla já que comporta um diversificado leque de elementos e que suas origens vão além dos baús individuais. Em geral, são explorados e discutidos, outras vezes são considerados autossuficientes visto que nem sempre estão ligados a textos, assim como nem sempre os documentos têm uma função clara, uma razão de ser. Mas o que não pode deixar de ser registrado é o ganho dessa coleta documental para possíveis pesquisas futuras referentes à imigração suíço-valesana para o Rio Grande do Sul e ao tema da imigração. A união de esforços resultou na reprodução de um banco de documentos variado e que ainda pode ser explorado de formas diversas.

3.2 Imagens construindo a história

“Por natureza, todos os homens desejam conhecer. Prova disso é o prazer causado pelas sensações, pois mesmo fora de toda a utilidade, nos agradam por si mesmas e, acima de todas, as sensações visuais. Com efeito, não só para agir, mas ainda quando não nos propomos a nenhuma ação, preferimos a vista a todo o resto. A causa disto é que a vista é, de todos os nossos sentidos, aquele que nos faz adquirir mais conhecimento e o que nos faz descobrir mais diferenças.”
(Aristóteles, *Metafísica*)²³

²³ CHAUI, Marilena. Janela da alma, espelho do mundo. In: NOVAES, Aduino (Org.). **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 38.

A fotografia, assim como as imagens de forma geral, traz em si a presença e a ausência, vestígios e ruínas do que não se encontra mais ali. A fotografia nos permite a aproximação de momentos ao lhes conferir eternidade e, ao mesmo tempo, ao demonstrar sua fugacidade. Ao escrever sobre a fotografia, Susan Sontag (2004, p. 26) afirma que, ao “cortar uma fatia desse momento e congelá-lo, toda a foto testemunha a dissolução implacável do tempo”. São recortes, acontecimentos que se foram e que buscamos preservar e acessar a partir de várias formas de materialidade.

Esse recorte do eterno e que se dissolve no tempo, como nos fala Sontag (2004), e a valorização conferida às “sensações visuais” descritas por Aristóteles, que citamos acima, estão presentes no trabalho da associação de imigrantes, tanto na importância dada à coleta dos materiais como ao lugar que lhe é conferido na publicação do primeiro livro. São fotografias, pinturas, gravuras, postais e até uma folha de calendário do ano 1932 – em que podemos ver uma foto do Lago Champex, no Valais – que figuram entre as páginas, por vezes silenciosas, com um caráter ilustrativo, mas marcantes e diversificadas. O tratamento dado a esses elementos e as interpretações possíveis dos significados a eles atribuídos são o que nos propomos analisar a seguir.

Os registros fotográficos serão nosso primeiro objeto. No texto de poucas linhas que antecede essas imagens, o autor classifica a fotografia como um “momento mágico de registro para a posteridade” e também faz referência a uma carta do ano de 1886²⁴, redigida por um imigrante 11 anos após a chegada ao Brasil, em que escreve a seu irmão que ficou no Valais para solicitar fotografias: “aqui é muito difícil, temos que andar um dia a cavalo e um dia a vapor para ter um fotógrafo. Nas colônias não se encontra”, mas ressalta que, mesmo assim, ficaram registros, “nem sempre de boa qualidade, mas sem perder a sua importância histórica” (FAUTH, 2000, p. 183)²⁵.

²⁴ Ao iniciar o Capítulo 3, “Vida valesana nos anos 1880”, Fauth (2020) ressalta a importância de três cartas para retratar a vida cotidiana dos imigrantes. Essas cartas foram localizadas na Suíça, na prefeitura de Charrat, e posteriormente foram cedidas a um descendente brasileiro. Elas foram escritas por Joseph Antoine Sauthier ao seu irmão Frédéric Sauthier.

²⁵ Para serem fotografados teriam de ir à região de Porto Alegre e para uma família inteira se deslocar um dia a cavalo e um dia a vapor, a busca de um fotógrafo era pouco viável. Como escreve Boris Kossoy (2002), em seu livro *Dicionário histórico-fotográfico brasileiro*, somente em 1893, Caxias do Sul, colônia italiana, tinha seus primeiros fotógrafos, que foram Francesco Moscani e Giovanni Batista Serafini.

Não podemos saber se o imigrante Joseph Antoine Sauthier, que escreveu a carta, já havia posado para um retrato antes de embarcar para o Brasil, mas, na região da Suíça, de onde partiu a novidade da fotografia, já havia sido anunciada há, pelo menos, 35 anos. De acordo com a *Gazette du Valais*²⁶, no ano de 1840, chegaram a Sion os primeiros fotógrafos itinerantes e, na década 1860, foi aberto, na cidade, um primeiro estúdio. Sion, cidade do Valais onde o primeiro fotógrafo se instalou fica a menos de 30 km de Charrat, com isso podemos supor que pelo menos alguns dos imigrantes pode ter tido algum contato com a fotografia até a data de seu embarque, no início do último quartel do XIX. Se as fotografias de Frédéric chegaram ao Brasil, não sabemos, mas Joseph Antoine²⁷ posou com sua família para a câmera fotográfica poucos anos depois de escrever essa carta. O desejo de perpetuar a imagem, de criar memórias nas novas terras foi concretizado por ele e por várias outras famílias.

É importante pensarmos que a fotografia surgiu como um porta-voz da verdade e se tornou, por muito tempo, o espelho do real, como escreve Annateresa Fabris (2004), no livro *Identidades virtuais*, o que deu um impulso decisivo ao “desejo de representação”. Nesse sentido, é preciso problematizar o que se pretende real e atentar para o fato de que a fotografia envolve uma atitude teatral, carregada de sistemas simbólicos que, de fato, criam uma representação, que, em geral, nada tem de natural. O processo da composição fotográfica abarca elementos, como o cenário elencado, a gestualidade corporal e a vestimenta escolhida. Podemos, assim, dizer que, de forma geral, “o indivíduo deseja oferecer à objetiva a melhor imagem de si, isto é, uma imagem definida de antemão, a partir de um conjunto de normas, das quais faz parte a percepção do próprio eu social” (FABRIS, 2004, p. 36), então o que, muitas vezes, aparenta ser natural é a concretização de um desejo, de perpetuar não só uma imagem como também uma percepção de si (no caso dos fotografados) e do outro (no caso do fotógrafo).

No livro são 50 fotografias distribuídas de forma contínua por 45 páginas, praticamente uma por página. São imagens que não passam por interpretações, mas todas contêm descrições, algumas com poucas palavras e outras que contam “pequenas histórias”. Parecem ter saído diretamente de um baú passado de geração em geração ou, então, fazer parte

²⁶ No site <http://www.mediatheque.ch>, que comporta as bibliotecas do Valais, é possível acessar os números de março de 1855 até julho de 1922 da *Gazette du Valais*. Trata-se de um jornal com tiragem inicial semanal e que, com o passar do tempo, passou a aumentar sua periodicidade. Nele, é possível consultar na íntegra tanto as reportagens como os anúncios, uma ferramenta interessante e que poderá ser melhor explorada em momento posterior.

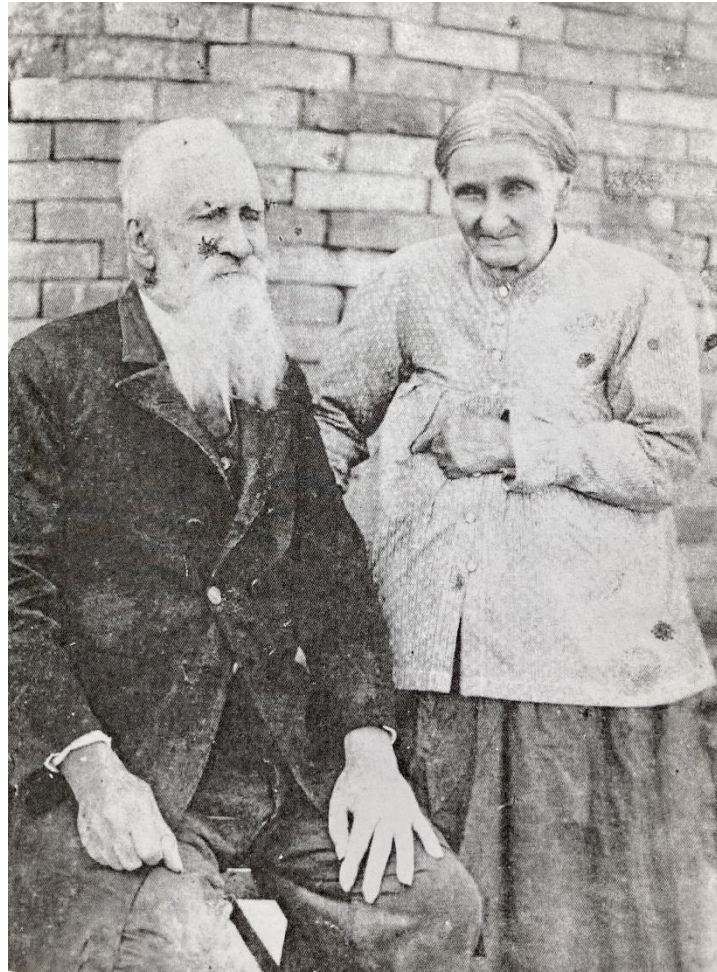
²⁷ Na página 192 encontra-se uma fotografia de corpo inteiro com a seguinte descrição: “Joseph Antoine Sauthier, imigrante de Charrat, com sua segunda esposa Marie Marguerite Denicole, de Saxon”.

de um álbum de família. Essas imagens parecem estar aqui com o intuito tanto de preservar como de (re)unir as famílias em torno de um ideal de lembrança.

É importante também pontuar que “a produção de imagens jamais é gratuita, e, que desde sempre, as imagens foram fabricadas para determinados usos, individuais ou coletivos” (AUMONT, 1993, p. 78), assim como também a sua reprodução não é inocente, não é obra do acaso. As fotografias escolhidas para fazer parte da seção de imagens do livro que estudamos representam o que foi considerado significativo para ser “guardado” pelas famílias ao longo dos anos e também o que foi julgado importante ser reproduzido. A qualidade e a conservação das imagens é algo a ser destacado e que, aparentemente, pesou na hora da escolha, pois se tratava, em grande parte, de fotografias de, aproximadamente, cem anos. Não vemos, entre as páginas, imagens apagadas, que contenham rasgos, remendos ou marcas que pudessem macular a integridade desses documentos. Quanto ao conteúdo representado, não podemos deixar de perceber que uma grande maioria dos registros são de grupos familiares, mas também estão presentes fotografias de casais, seja de corpo inteiro ou no formato de retrato e poucos indivíduos aparecem sozinhos. A naturalidade, por sua vez, não faz parte do universo dessas fotografias, são imagens em que os indivíduos e os elementos são dispostos a fim de montar uma cena, de “fabricar” um sentido do qual não possuímos elementos suficientes para acessar e sim somente conjecturar.

Em relação à forma como estão distribuídas entre as páginas que lhes foram reservadas, observa-se que não seguem um padrão. Poderíamos pensar em várias formas de apresentações – por datas, locais, fotos individuais, de casais, de grupos familiares, retratos, comemorações –, mas nenhum desses modelos se encaixa, as fotografias são postas em um emaranhado do qual não conseguimos identificar uma linha que possa ter guiado sua disposição.

Figura 1: Pierre Roduit (de Saillon) e Marie Joris (de Saxon)



Fonte: Fauth (2000, p. 185)

A fotografia que representamos acima e que abre a sequência vale a pena ser citada, porque ela sim parece ter sua posição de privilégio pensada, e não ser fruto do acaso. A imagem foi capturada ao ar livre e em frente a uma grande parede de tijolos, seus personagens são um casal de idosos. Um senhor sentado, de cabelos e uma longa barba branca, um terno bem cortado e com as mãos repousando sobre as pernas. Sua postura e seu olhar – mesmo que voltado ao horizonte – são altivos. A senhora, em pé, não é muito maior do que seu companheiro assentado, seus cabelos estão presos, ela usa camisa e uma longa saia, seus ombros estão curvos e, mesmo olhando diretamente para a câmera, transparece não estar à vontade. Tratam-se de Pierre Roduit (de Saillon) e Marie Joris (de Saxon), que fizeram parte do primeiro grupo de imigrantes, os “valesanos pioneiros” que “chegaram em julho de 1874 para fazer a avaliação da proposta de imigração corrente no Valais” (FAUTH, 2000, p. 185). Essa é uma das fotografias com maior texto, não só para descrever seus personagens, como também para contar e valorizar sua

trajetória e dar ênfase ao “sacrifício” de serem os que vieram para avaliar a viabilidade de um grupo maior imigrar para o Brasil.

Também localizamos essa preocupação de representar o que foi “pioneiro” em outras imagens que foram elencadas para serem reproduzidas no livro. Algumas páginas à frente temos, na descrição de uma fotografia do casal Rosália Roduit e José Reuse (de Saxon) (FAUTH, 2000, p. 187), já idosos, a informação de que ela, Rosália, foi a primeira criança nascida e batizada no Rio Grande do Sul. Foi dado destaque à informação de que seus pais foram um dos três casais pioneiros e, aqui, o texto também é longo, pois especifica a paróquia do seu batizado, o nome da capela, a data e até o nome da madrinha. Vale destacar que nessa fotografia, mesmo sendo de um casal de idosos, o que foi escolhido para a acompanhar é um fato da infância de um de seus personagens.

Figura 2: Meninos da escola do professor Bohn (1911)



Fonte: Fauth (2020, p. 229)

Figura 3: Meninas da escola do professor Bohn (1911)



Fonte: Fauth (2020, p. 228)

Mais para o final da seção, destacamos um conjunto de duas fotografias que reproduzimos acima, uma de meninos e a outra de meninas, que registram os alunos da “primeira escola” da comunidade de Santa Luiza no ano de 1911, a “Escola do professor Bohn” (FAUTH, 2000, p. 228-229). Nessas duas imagens, diferentemente das apresentadas anteriormente, a descrição é praticamente inexistente, nada é contado, muito menos problematizado. Em ambas podemos ver as camadas dos indivíduos aparentemente acomodados em uma escada, os primeiros assentados, os demais em pé, dispostos de forma a não esconder o rosto de ninguém. Tanto meninos quanto meninas estão com livros nas mãos, o que cria um cenário harmônico e organizado (FAUTH, 2000, p. 200).

Muito se poderia falar sobre essas duas imagens, mas isso não é feito. Algo simples e que se percebe no primeiro olhar é a diferença significativa na quantidade de alunos no que se refere ao sexo dos estudantes, são 50 meninos e somente 30 meninas, mesmo não tendo como saber se as 80 crianças capturadas pelas lentes do fotógrafo representavam a totalidade de alunos da escola – mas, por se tratar de uma comunidade rural, é bem provável que sim. Seria possível, por exemplo, abrir uma discussão sobre papéis sociais e acesso à educação no período retratado. Com esse exemplo, reforça-se a ideia de que problematizar os documentos

reproduzidos não é objetivo da narrativa construída pela ASVB. De forma geral, eles são somente apresentados e não discutidos.

Para finalizar, a “primeira” grande comemoração também teve lugar nesse conjunto de imagens. A fotografia da festa dos 50 anos de imigração suíça (FAUTH, 2000, p. 200) em Santa Clara, no ano de 1925 – que discutiremos em capítulo posterior – também foi adicionada neste espaço. Mesmo sendo reservado outros dois pequenos capítulos na publicação com narrativas e documentos a respeito do evento, a imagem foi deslocada para junto de suas semelhantes. A escolha de colocá-la no capítulo de fotografias nos deixa a impressão de que, na publicação, os documentos têm mais afinidade por “tipo” do que pelo tema de que tratam.

Assim como não há padrão na disposição das imagens, os pequenos textos que as acompanham parecem simplesmente reproduzir o que cada família tinha de informações, não existe uma norma. Nome completo dos imigrantes e a localidade suíça de origem são as descrições mais recorrentes e, em alguns casos, inclui-se onde moravam no momento da fotografia ou onde moram seus descendentes atualmente. Por vezes, são citados os nomes de todos os membros familiares que compõem a imagem e há a descrição se a foto se refere a alguma comemoração e, em poucos casos, a data. Poucas fotografias vêm acompanhadas de pequenas histórias, mas que não passam de cinco linhas. A ideia que essa configuração transmite é que as imagens “falam por si só” e dispensam, assim, o uso das palavras.

Mas as fotografias vão muito além do que nos é apresentado de forma “revelada” e estática, o “momento mágico que fica registrado para a posteridade”, descrito por Fauth (2000, p. 183) ao introduzi-las na publicação. Elas são, na verdade, um conjunto de muitos momentos e a própria posteridade é algo relativo já que, a cada tempo e a cada leitura, podem surgir novas percepções. Ao problematizar as diversas formas como esses registros podem ser lidos, Georges Didi Humerman (2017, p. 15), escreve que a imagem tende a nos deixar “como diante de um vão de uma porta aberta”, em que podemos perceber que o tempo se entrelaça em um grande emaranhado de sentidos. Por meio desse vão, é possível, então, buscar o tempo da motivação e das experiências de quem produziu a imagem, o nosso tempo (o do observador) e, além disso, ele pontua que é importante também termos consciência de que essa imagem provavelmente terá um futuro que ultrapassará o tempo de muitos que a observam.

Maurício Lissovsky (2011) complementa esse pensamento quando escreve que a fotografia nos conduz a uma experiência vai além desse entrecruzar de tempos ao nos conduzir a um tempo que nomeia como contínuo, inserido no universo do mutável e da transitoriedade, e conclui que o tempo da fotografia não congela o tempo, o que congela é o espaço.

As posições invertem-se: o instante deixa de ser a interrupção artificial da duração, e passa a ser produzido por ela, gestado em seu interior. E o instantâneo fotográfico deixa de ser uma imagem desprovida de tempo e passa a ser uma forma particular em que o tempo se manifesta, pelo vestígio do seu ausente, pelo modo de refluir (LISSOVSKY, 2011, p. 60).

Então, ao reproduzir as fotografias no livro, um sopro a mais de tempo foi inserido a trajetória dessas capturas de espaços pretéritos e dos que hoje são somente vestígios do ausente. Foi um prolongar da magia por meio do elemento visual.

Devemos pensar na fotografia como uma grande aliada na construção de narrativas, há perguntas que só elas podem nos responder, uma expressão, uma forma de vestir, uma mão enlaçada a outra não serão iguais à descrição do texto escrito, a imagem pode ser muito rica em detalhes. Assim, “a significação de uma imagem permanece em grande parte tributária da experiência e do saber que a pessoa que a contempla adquiriu anteriormente. Nesse tocante, a imagem visual não é uma simples representação da realidade, e sim um sistema simbólico” (SAIMAN, 1998, p. 56), que precisamos aprender a decifrar, com a consciência de que a imagem fotográfica é uma construção do seu tempo. Temos de aprender a ler as fotografias no contexto em que foram produzidas e aprender, a cada dia mais, a fazer a história a partir delas.

Entretanto, no livro *A imigração suíço-valesana no Rio Grande do Sul* (FAUTH, 2000), as fotografias são meramente expostas e descritas e, em nenhum momento, problematizadas. Parte-se do pressuposto de que falam por si só, porém conhecer a partir das fotografias não é instantâneo, como nos alerta Boris Kossoy (2002, p. 22): “assim como os demais documentos elas são plenas de ambiguidades, portadoras de significados não explícitos e de omissões pensadas, calculadas, que aguardam pela competente decifração”, elas também necessitam ser interrogadas e devidamente contextualizadas, assim como os diversos registros históricos sempre são resultado de escolhas, seleções e olhares de quem idealizou sua produção. Ademais, podem também variar na forma como são lidas em diferentes épocas ou por diferentes leitores, cada qual projetando seus valores, ou seja, elas são construídas e reconstruídas a cada público e a cada época.

Mas o fato de as fotografias não passarem por esse processo crítico na publicação não diminui o seu valor, visto que essa ação proporcionou uma sobrevida desses registros. Hoje,

por estarem presentes em um novo suporte físico e de alcance alargado, isso acaba lhes proporcionando novas consultas e abordagens, um exemplo é o que estamos fazendo nessas poucas páginas. O potencial desse conjunto de documentos pode ter um alcance ainda maior caso o objetivo seja exclusivamente se debruçar sobre eles e fazer as devidas ligações, pensando a fotografia para além da utilização como uma ilustração do texto verbal, como sugere Ivo Canabarro (2005), e como uma alternativa a mais de leitura da realidade.

Agora, dando continuidade à análise das imagens, alteramos nosso objeto para as 20 páginas da publicação dedicadas às duas coleções de pinturas: “A vida cotidiana na mão do artista” e “A migração na mão do artista”, do artista Velcy Soutier Rosa. Em um primeiro olhar, a forma como as reproduções em preto e branco das telas estão dispostas no livro e os pequenos textos que as acompanham nos remetem a uma exposição, como se estivéssemos percorrendo as paredes de uma pequena “galeria” onde as imagens representam um entrecruzar de tempos e espaços, destacam a paisagem, mas também mesclam o concreto e o imaginário, valorizam objetos e fazeres que se perpetuam na vida do campo, assim como dão vida a antigos cenários e costumes. Cria-se aqui um poder vinculativo dos locais reproduzidos nas telas com a construções de memórias do grupo. Assman (2011, p. 318), ao citar Cícero, escreve que:

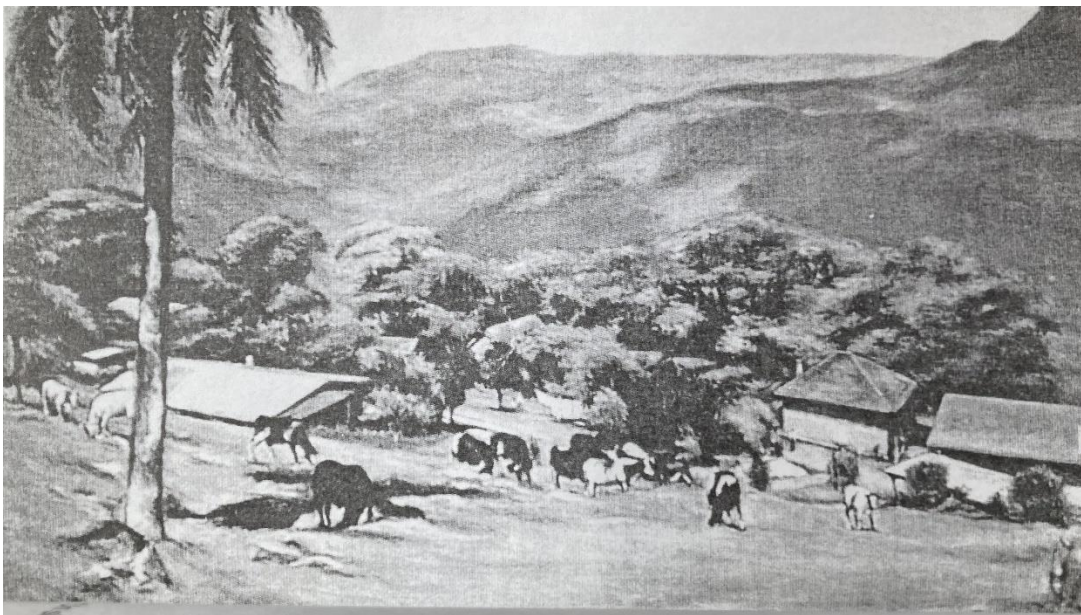
mesmo quando os locais não tem em si uma memória imanente, ainda assim fazem parte da construção de espaços culturais da recordação muito significativos. E não apenas porque solidificam e validam as recordações, na medida em que a ancoram no chão, mas também por corporificarem uma continuidade, uma duração que supera a recordação relativamente breve de indivíduos, épocas e também culturas, que está concretizada em artefatos.

Com isso, o processo de narrar a própria experiência ganha uma nova faceta, o conjunto de telas é mais um suporte para essa narrativa. Ao transformar essas memórias em artefatos que podem ser acessados, lidos, relidos e até tocados, isso fez com que o grupo incorporasse um elemento adicional às suas recordações.

Em “A vida cotidiana na mão do artista”, de natureza concreta, temos três telas que retratam paisagens da região onde os primeiros imigrantes se instalaram, a representação de alguns descendentes – nomeados nas notas – que executam tarefas que se remetem aos seus antepassados, como mulheres preparando a massa e assando o pão, uma sequência de cinco telas que mostram homens na colheita do feijão e um ferreiro executando seu ofício. Já nas teias do imaginário, um armazém de secos e molhados surge repleto de detalhes, assim como uma

tela é dedicada a um velho tipo de fogão, chamado de “borralho”. Esse fogão é formado por algumas correntes presas ao alto e ligadas a um caldeirão sob um “fogo de chão”, a esse objeto é incorporada a representação de uma cena cotidiana, em que um casal se ocupa de afazeres domésticos. Nesse caso, a nota, além de nomear o objeto, completa com a informação de que “esse foi o primeiro fogão do imigrante”, e mostra, assim, que se trata de representação pretérita.

Figura 4: Propriedade de Clemente Sauthier em Santa Luiza, Carlos Barbosa



Fonte: Fauth (2000, p. 172)

Sobre as paisagens, podemos pensar em um tom romantizado ao associar as montanhas da atual localidade de Santa Luiza, em Carlos Barbosa-RS, com as montanhas da terra natal dos primeiros imigrantes, já que a imagem que normalmente projetamos da Suíça é de um local de clima gélido de inverno e com grandes picos nevados. As terras brasileiras teriam, então, um brilho ainda maior, pois mantinham a beleza das curvas, porém possuíam uma vegetação farta. Já ao considerar os fatos, vale ressaltar que os imigrantes que rumaram às serras gaúchas entre 1874 e 1876 provinham de uma região chamada de Valais, ou seja, eram da região dos vales, rodeados por montanhas, mas habitavam terrenos menos inóspitos e próximos a fluxos de rios, sendo o maior deles o Ródano.

No Rio Grande do Sul, as terras destinadas ao grupo de suíços – e a outros grupos que chegaram à província no último quartel do século XIX – estavam longe de ser a “terra prometida pelos agentes de migração” (WEBER, 2012, p. 160). Como escreve Fabiano Quadros Rückert (2013), das correntes imigratórias baseadas na unidade familiar, a alemã, que se deu principalmente entre 1824 e 1850, garantiu as melhores terras destinadas a esse fim e se desenvolveu no Vale do Rio dos Sinos e no Vale do Rio Caí. Com isso, o grupo teve uma série de vantagens, além de uma topografia favorável e terras férteis, podiam utilizar o transporte fluvial para escoar sua produção e, somado a isso, localizavam-se mais próximas ao mercado consumidor que, na parte norte da província, era Porto Alegre.

Esse conjunto favorável, acrescido ao fato de terem sido os primeiros a chegar na região, lhes possibilitou uma maior organização, seja social e econômica, que permitiu que “o controle do transporte fluvial e das companhias de compra e venda dos produtos procedentes das colônias” (RÜCKERT, 2013, p. 12) estivesse nas mãos de famílias alemãs, o que as favoreceu nas intermediações comerciais. Já em relação aos italianos, segundo maior grupo de imigrantes europeus a chegar à região em finais do século XIX, eles acabaram por ficar atrelados à rede de comércio já existente. O autor destaca que, em comparação com seus predecessores, eles ficaram em desvantagem, principalmente pelo fator geográfico, visto que os lotes que lhes couberam eram de difícil acesso aos postos de comércio. O percurso tanto de pessoas, como de mercadorias, dava-se somente por longas jornadas, com descida por serras por sinuosas e “picadas”, o que dificultava o transporte de mercadorias dos locais da produção aos consumidores finais.

Reforçando essa ideia, mas abordando outra corrente imigratória, Regina Weber (2012) enfatiza que a historiografia sobre os imigrantes poloneses para a região trata, de forma recorrente, das dificuldades encontradas pelo grupo baseadas em dois fatores, ambos relacionados à chegada após outros imigrantes. O primeiro está relacionado à “má qualidade das terras que lhes foram destinadas ou que lhes restaram” e o segundo aos “postos-chave da pequena economia local, como intermediários comerciais e pequenos fabricantes, já estavam em mãos de outros grupos” (WEBER, 2012, p. 165). As mesmas circunstâncias vividas pelos italianos e pelos poloneses eram compartilhadas pelos suíços.

Somado a essa dependência das estruturas já existentes nas colônias, em pouco tempo, o fator demográfico também passou a pesar. O tamanho dos lotes do início da

colonização havia sido reduzido e quem chegou no último quartel do século XIX²⁸ passou a sentir mais cedo o peso do parcelamento. Além disso, a falta de lotes nos arredores para acomodar os numerosos filhos que estavam ficando adultos era uma situação que precisava ser resolvida. Com isso, muitas famílias, “numa estratégia que pode ser considerada ‘lógica’ do ponto de vista econômico, buscaram na reemigração um modo de se instalarem como ‘senhores’ de um espaço, além de resolverem o problema da falta de lotes” (WEBER, 2012, p. 165). É disso que trata a segunda coleção de Rosa.

Em “A migração na mão do artista”, os “novos rumos tomados pelos valesanos no Rio Grande do Sul foram captados” (FAUTH, 2000, p. 154). A série também se inicia com paisagens, mas agora do Alto Uruguai, local para onde muitos descendentes de imigrantes da região rumaram logo na segunda geração. Monica Pimenta Velloso (2009, p. 4) escreve que

paisagens são indissociáveis dos indivíduos que as contemplam. Indo muito além do olhar, mobilizam sentidos, propondo leituras, criando significações, emoções e identidades. Só se dão a ler aos que se dispõem a decodificá-las, nos códigos estéticos e sistema de emoções que regem uma época histórica.

²⁸ Para esse assunto, ver: IOTTI, Luiza H. **Imigração e poder:** apalavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914). 2. ed. Caxias do Sul: Educs, 2010.

Figura 5: Paisagem do Alto Uruguai, interior de Vicente Dutra



Fonte: Fauth (2000, p. 175)

Aqui, elas não são somente contempladas, mas também idealizadas. As terras representadas são mais planas do que na coleção anterior, o horizonte se expande, diferentemente do relevo acidentado, das taipas de pedra e das montanhas ao fundo. Os detalhes cuidadosos da vegetação também apontam para a mudança, não mais vemos as araucárias emaranhadas em uma mata fechada, e sim pastos e vegetação mais suave.

Seguindo um roteiro semelhante à primeira coleção, na sequência, temos representações de cenas cotidianas que, aparentemente, são contemporâneas à produção das telas, elas remetem a uma vida simples, uma vida campestre. Crianças são representadas em carros de boi e em meio a um campo florido. O trabalho é contemplado de diversas formas: o sapateiro, a pesagem do queijo, a moenda de cana e a produção do vinho, curiosamente todos registros focados na figura masculina, não temos nenhum afazer em que mulheres são representadas.

Com relação à maneira como as pinturas foram adicionadas ao livro, sem uma real incorporação ao texto, é possível levantarmos um questionamento se o objetivo era dar somente um espaço ao artista ou realmente tentar recriar um passado em um local que se considera parado no tempo, congelado, à espera de que as cerdas de um hábil pincel lhe proporcionassem

a vida eterna e, com isso, criar meios para acessar tempos, locais e imaginários, além de materializar lembranças do grupo vividas por alguns, mas herdadas para a maioria. Para esse questionamento, não temos como obter as respostas, mas prefiro a opção mais complexa e poética, que é a de recriar um passado e lhe proporcionar um sopro a mais de vida, ao reunir o que estava disperso em representações artísticas.

Seria, então, uma tentativa de ancoragem das recordações, como descreve Assman (2011, p. 318), já que unem elementos de tempos diferentes em um conjunto de representações, que busca corporificar uma continuidade nas ações e costumes que se estendem para além da “breve vida dos indivíduos”. Assim, essas reminiscências passam a fazer parte de algo maior, que transcende a vida humana e deixa o seu rastro para as gerações vindouras.

Diante da forma como as imagens são tratadas no livro em análise, para finalizar esta seção, é importante pensarmos as imagens como fonte histórica, em especial os problemas relacionados quando são tomadas como espelho do real. Peter Burke (2004) vai buscar, na história da fotografia, argumentos que nos ajudam a entender essa perspectiva tão recorrentemente associada a ela. Para isso, ele cita Paul Valéry e o conceito da fotografia como “lápiz da natureza”, como era defendido pelos primeiros fotógrafos. A fotografia era, para eles, um vestígio de alto grau de confiança, pois não era feita pela mão humana, era produto gerado por meio de uma máquina. Esse modo de “ver” a fotografia traduz o quanto eles acreditavam na objetividade desse novo fazer, mas esse entendimento de associar a fotografia a um espelho não se esgota no XIX, pelo contrário, ele vai ganhando novas roupagens e se sustenta ao longo dos tempos.

Um grande desafio é saber até que ponto podemos confiar nas imagens. No momento em que vivemos o que Burke (2004) chama de cultura do instantâneo, em que fotografamos, filmamos, criamos nossas imagens para registrar o que é importante em nossas vidas, esperamos também representações realistas por parte dos historiadores e dos artistas. Mas precisamos estar atentos, pois fotografias e imagens televisivas constituem uma poderosa contribuição como evidência de autenticidade, o que ele chama de “efeito de realidade”. Se forem empregadas de forma incorreta, seja por descaso ou intencionalmente, podem, inclusive, distorcer os fatos.

Eduardo França Paiva (2002, p. 17) escreve que “a iconografia é, certamente, uma fonte histórica das mais ricas, que traz embutida as escolhas do produtor e todo o contexto no qual foi concebida, idealizada, forjada ou inventada”. Dito isso, é preciso explorá-la com cuidado, já que, em muitos casos, ela passa a ser tomada como verdade, como algo que retrata

fielmente uma época, um evento, costumes e até paisagens. Corroborando essa ideia, Peter Burke (2004) nos alerta para o fato de que as imagens necessitam ser interrogadas, elas precisam ser lidas através de seu tempo e dentro do contexto em que foram criadas. São fontes históricas complexas e devem ser acessadas não como produtos de uma “câmera inocente mas, antes, como um registro sociológico” (BURKE, 2004, p. 32).

Para o autor, “fotografias nunca são evidência da História: elas são a própria história” (BURKE, 2004, p. 28), já que o fotógrafo usa a seleção de temas e, nela, o melhor ângulo, o melhor efeito e até o melhor papel para passar a mensagem ao seu espectador. Com isso em mente é que devemos ler as imagens. As próprias pinturas que serviram de inspiração para os modelos das primeiras fotografias não eram livres de “intenções”. Não que, em ambos os casos, percam o seu valor documental, pelo contrário, o seu valor transcende o que ficou registrado na superfície visível, ele se constitui de um material invisível ao qual podemos tentar alcançar.

É preciso ficarmos atentos, pois, como escreve Maria Eliza Borges (2001, p. 51), “a natureza polissêmica do real nas imagens sempre manterá suas proporções enigmáticas”, há lacunas, silêncios e códigos que precisam ser identificados e decifrados. “Nessa perspectiva a imagem é uma espécie de ponte entre a realidade retratada e outras realidades, e outros assuntos, seja no passado, seja no presente” (PAIVA, 2002, p. 19), e somente com pesquisa, contextualização e cruzamento com outras evidências o historiador poderá elucidar faces dessas realidades, mas jamais será possível afirmar que as “revelou” por completo.

Boris Kossoy (2002, p. 22), ao escrever sobre a importância da leitura fotográfica, afirma que o

seu potencial informativo poderá ser alcançado na medida em que esses fragmentos forem contextualizados na trama histórica em seus múltiplos desdobramentos (sociais, políticos, econômicos, religiosos, artísticos, culturais enfim) que circunscreveu no tempo e no espaço o ato da tomada do registro. Caso contrário, essas imagens permanecerão estagnadas em seu silêncio: fragmentos desconectados da memória, meras ilustrações “artísticas” do passado.

Por fim, Burke (2004) afirma que as imagens são documentos importantes, desde que a partir delas busquemos as outras faces da realidade a qual pertencem, indo mais fundo do que uma leitura imediata do que aparentemente ficou congelado no tempo e no espaço em que

foi produzida. Para entendermos as imagens, teremos de decifrar a trama de representações, e também buscar nelas o que os próprios artistas “não sabem que sabem” (BURKE, 2004, p. 39), assim, esses documentos podem nos abrir o campo da cultura, das relações e das intenções de quem nelas representa e é representado.

4 IDENTIFICANDO OS SENTIDOS

“Na iconografia do Renascimento, representava-se a memória como uma mulher de duas faces, uma voltada para o passado, outra para o presente; numa das mãos ela traz um livro (do qual pode tirar suas informações) e, na outra, uma pena (provavelmente, para poder escrever novos livros). O trabalho de memória submete-se a duas séries de exigências: em relação ao passado e utilidade para o presente.”
(TODOROV, 2002, p. 234)

Ao analisarmos a escrita produzida pela associação de imigrantes suíço-valesanos, é importante pensarmos que o mundo está para além de nós como seres individuais, está para além de uma vida humana. Os registros históricos ultrapassam um tempo que termina em si mesmo e acabam por assumir o papel de fazer ligações entre tempos e gerações. Dentro dessa perspectiva, podemos entender um pouco a necessidade crescente de alguns grupos que buscam registrar suas visões e versões do passado mesmo que suas demandas e expectativas sejam das mais variadas:

só a existência de uma esfera pública e a subsequente transformação do mundo em uma comunidade de coisas que reúne os homens e estabelece uma relação entre eles depende inteiramente da permanência. Se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas por uma geração e planejado somente para os vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais (ARENDR, 2000, p. 64 *apud* SCHITTINO, 2016, p. 41).

Como já citamos anteriormente, pouco se tinha escrito sobre os suíços e essa ligação entre os tempos, citada por Arendt (2000), era algo que estava se perdendo com o avançar da idade dos detentores de uma cultura oral. Portanto, um grupo se unir e produzir a sua própria história “não pode ser visto apenas como uma ameaça à historiografia profissional, mas como uma reação compensatória que não tem sido suficientemente respondida no interior do campo” (ARAUJO, 2017, p. 206), na cultura local ou na imprensa de uma forma geral. Não podemos perder de vista que é uma versão de passado que não se pretende acadêmica e que, possivelmente, seria carregada de inconsistências se formos olhar por esse prisma. É sim uma

versão repleta de sentimentos e movida pelo desejo de transcender a vida, de se sentir fazendo parte da história.

Para iniciarmos nossa análise dois pontos importantes precisam ser colocados. O primeiro é que os integrantes da associação de imigrantes eram, no momento da produção dos livros, descendentes de segunda e terceira geração. Dado o passar do tempo, durante a escrita, os imigrantes que chegaram ao Brasil no final XIX já haviam falecido. O segundo ponto que vale ressaltar é que os descendentes dessa corrente imigratória não têm uma referência geográfica atual, na verdade, estão espalhados por várias cidades da região Sul, conforme as palavras de Fauth (2000, p. 154): “espalhados pelos três estados sulinos, os valesanos perderam os contatos e os referenciais”. O loco da imigração, hoje as comunidades de Santa Clara Baixa e Santa Luiza, em Carlos Barbosa-RS, é considerado como um polo representativo onde algumas famílias de descendentes ainda vivem, mas não foi fator determinante para o agrupamento dos indivíduos envolvidos na pesquisa e na escrita da história.

Neste capítulo, então, abordaremos três categorias de análise identificadas no livro *A imigração suíço-valesana no Rio Grande do Sul*. Nele buscaremos discorrer sobre o significado de nostalgia, o papel das comemorações na constituição tanto do grupo quanto da narrativa, e quais memórias foram elencadas para serem preservadas.

Vale ressaltar que o caráter nostálgico que identificamos na escrita da história produzida pela ASVB não está ligado à antiga colônia de Santa Maria da Soledade, onde os imigrantes se instalaram em terras brasileiras e construíram suas histórias. A nostalgia identificada é a nostalgia do não vivido, é uma nostalgia que ultrapassa o limite de uma vida e foi buscar sentido no além-mar, na terra dos seus antepassados. Para Michel Pollack (1992, p. 3),

locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo. Aqui estou me referindo ao exemplo de certos europeus com origens nas colônias.

E foi assim com os valesanos: além de buscar preservar a memória de seus pais e avós, foram buscar as bases para se constituírem como grupo na Suíça, ou seja, fora não só do seu espaço como também do seu tempo, já que as referências são tanto do século XIX como

dos dias atuais. Foi então o “ideal suíço” que deu essa coesão ao grupo, foi nessa presença de um passado não vivido que foram buscar seu denominador comum, seu ponto de partida.

4.1 Nostalgia

Como escreve Svetlana Boym (2017), o século XX se iniciou com utopia e terminou em nostalgia: a crença otimista do futuro deixou de existir e a nostalgia seguiu fazendo sentido. A autora escreve que “há uma epidemia global de nostalgia, e um anseio efetivo por uma comunidade com uma memória coletiva, um desejo de continuidade em um mundo fragmentado” (BOYM, 2017, p. 156). Inserido nesse contexto de fim de século, no ano de 1992, o projeto da escrita da história dos valesanos começa a tomar forma e a nostalgia ocupa lugar importante na escrita.

Nas últimas décadas, ligada à crise de futuro que vivemos, a cultura nostálgica encontrou um terreno fértil. “A nostalgia faz parte do repertório básico de experiências humanas. Ela pode ser encontrada nas mais diferentes épocas e lugares” (FREIXO; ABREU; MATA, 2017, p. 139). É um tipo de saudade, pode ser mais que um sentimento individual, ela pode abarcar um coletivo, ser vista como uma emoção histórica. “Diferentemente da melancolia, que se restringe aos planos da consciência individual, a nostalgia trata das relações entre a biografia individual e a biografia de grupos ou nações, entre as memórias pessoal e coletiva” (BOYM, 2017, p. 154) e também pode ser prospectiva, em que as próprias fantasias do passado, alimentadas por anseios do presente, acabam por impactar o futuro.

Nostalgia é uma palavra de origem grega, mas que foi cunhada no século XVII, ligada à Medicina. Era considerada, de início, uma doença tratável e as primeiras vítimas que se acometeram dela eram, principalmente, os desterrados que, por diversos motivos, estavam longe de suas casas.

A palavra nostalgia advém de duas raízes gregas, nostos que significa “voltar à casa” e algia, anseio. Eu a definiria como um desejo por um lar que não existe mais ou nunca existiu. Nostalgia é um sentimento de perda e

deslocamento, mas é também uma fascinação com a própria fantasia (BOYM, 2017, p. 153).

No texto produzido pela associação, que podemos alegoricamente associar aos desterrados do século XVII, essa fascinação pela própria fantasia é patente. São inúmeras citações que misturam o anseio por algo diferente, por um passado que nem chegou a ser passado, um revisitar algo que está fora do alcance do vivido, mas, principalmente, de um presente, do presente da Suíça, de algo da escala do inatingível. Se trata de uma mistura de admiração e supervalorização do estrangeiro. É nesse ponto que situamos nossa leitura de nostalgia, ela está posta mais em um exercício de criação, de um marco fundador, do que na recordação.

A Suíça do passado é tratada como um território hostil que, aos poucos, foi domesticado, em que “as montanhas antes inexploráveis, além de isolarem o país, foram transformadas. As águas que destruíam o trabalho dos homens, domadas, transmudaram-se em energia, os cumes gelados, antes inacessíveis, escalados por homens e máquinas, tornaram-se atração turística” (FAUTH, 2000, p. 19), e isso tudo graças ao “espírito suíço”, pois, como argumenta Fauth (2000, p. 19), “sem dúvida, muito está na pessoa. Sentos coletivo e de organização acentuados, busca da perfeição e da precisão, respeito mútuo, confiabilidade, diligência, fantasia”. Tudo parece funcionar como uma grande engrenagem em que o elemento humano desempenha o papel central.

Esse constante elogio às conquistas e a quebra de barreiras também está associado à engenhosidade tanto relacional como técnica, já que

no século XX o Valais transformou o antigo isolamento das montanhas em efervescente mercado turístico, iniciando com os viajantes ingleses e alemães, descobridores da beleza ainda virgem dos Alpes. [...] A natureza – privilegiada na ótica moderna – foi acrescida uma infraestrutura extraordinária no sentido de transformá-la numa indústria turística, fonte de considerável aporte econômico em qualquer época do ano (FAUTH, 2000, p. 53).

A superação das dificuldades de outrora deu-se pela

argúcia dos suíços que conduziu a Helvécia de um país de necessidades econômicas – pelas condições geográficas – em uma nação que enriqueceu unindo peças aparentemente inconciliáveis, prestando serviços – que hoje lideram o seu PIB –, qualificando as suas ações e criando um sistema de finanças que centralizou os capitais estrangeiros (FAUTH, 2000, p. 22).

Já a Suíça do presente é vista de outra forma e o que se fala a respeito desse recorte temporal soa como sendo um lugar que beira à fantasia, onde tudo funciona, tudo é perfeito, onde “as pequenas aldeias e vilas hoje são atrações internacionais charmosas e acolhedoras. As estações se espalham pelos Alpes, trazendo viajantes do mundo inteiro” (FAUTH, 2000, p. 54). Mas, para além da paisagem e da receptividade, a “Suíça dá ao mundo mais do que o exemplo do crescimento econômico e distribuição de renda. Em verdade, ensinou como é possível crescer harmonizando os contrastes” (FAUTH, 2000, p. 17) e, como referência, salienta que são quatro os idiomas oficiais.

Podemos ler essas falas sob a luz da nostalgia moderna, “que é o luto pela impossibilidade do retorno mítico, pela perda de um ‘mundo encantado’ com limites e valores claros” (BOYM, 2017, p. 158). O desterrado procurando reconstituir o espaço e o tempo que ele mesmo não viveu, e isso vai além: percebemos aqui que não é somente baseado em saudade, mas carrega também uma tristeza de não poder ter agência sobre esses passados. Fauth (2000, p. 33) escreve que “a Constituição [...] foi revista em 1874, véspera da partida dos emigrantes que vieram para o Rio Grande do Sul. O país passou a viver, então, uma grande estabilidade política e iniciou o processo de desenvolvimento econômico que resultou na notável Suíça do século XX”. Ao associar o início da estabilidade suíça a um fato ocorrido tão próximo à partida dos imigrantes, diante do qual eles não tiveram a oportunidade de sentir os efeitos positivos, marca-se um ponto no tempo que reforça a ideia da impossibilidade do retorno mítico.

Mas, na escrita da ASVB, se deixa claro que é compreensível que, naquele momento do passado, “forças vivas de diferentes cantões deixaram a Europa à procura da fortuna e de melhores meios de vida nas Américas” e ressalta-se ainda que “maior razão havia no Valais, terra que exigia luta cotidiana contra a natureza rude onde o progresso parecia uma ilusão” (FAUTH, 2000, p. 23). As motivações, como um todo, da emigração em massa do século XIX é lembrada nesse trecho, para isso, o texto mobiliza o autor Jorge Luiz da Cunha (2000) que, ao escrever sobre os alemães, conclui:

deixar a terra natal, abandonar o conhecido e buscar a sobrevivência em um lugar desconhecido – com todos os riscos e implicações das decisões desse tipo – exige razões suficientemente fortes. Razões que são principalmente econômicas: é a pobreza que produz a emigração, pelo menos a emigração em massa. São os pobres que emigram e fazem isso quando sua vida tradicional se torna difícil ou impossível. Juntam então seus últimos recursos, vendem seus trastes e partem em busca de um lugar onde supõe encontrar melhores condições de vida (CUNHA, 2000 *apud* FAUTH, 2000, p. 27).

Como Boym (2017) nos coloca, imigrantes constituem as melhores narrativas de nostalgia, pois eles a sentem intensamente, seja pela força de suas motivações ou pelas adversidades de se adaptar a novos espaços e culturas. “Para muitos povos desterrados em todo o mundo, repensar criativamente a nostalgia não foi apenas um exercício artístico, mas uma estratégia de sobrevivência, uma forma de tornar razoável a impossibilidade de um retorno ao lar” (BOYM, 2017, p. 155). Não temos como saber se esse retorno foi cogitado pelos integrantes do grupo de 36 famílias de imigrantes suíço-valesanos que aportaram no Rio Grande do Sul no último quartel do século XIX, mas algo patente é o caráter nostálgico das lembranças que imperam na narrativa construída pelos descendentes desse grupo que deixou para trás seus lares para não mais retornar.

Vale ressaltar que a nostalgia que analisamos nos veio a partir dessa escrita que nos é acessível e não diretamente de contato com os imigrantes. Na narrativa, o que nos parece estar presente é um tipo de herança nostálgica, em que a segunda e a terceira geração dão voz a um sentimento ainda pulsante que mescla, no passado, a impossibilidade de um retorno dos imigrantes e o sonhar com um presente que não lhes pertence dadas as escolhas de seus antepassados.

4.2 Comemorações

Existem diversos ritos comemorativos dos quais a associação de imigrantes participa, dentre eles, dois são considerados centrais e se destacam nas publicações da ASVB. O primeiro se refere à “Festa de 50 anos da imigração”, realizada em 1925, que podemos acessar tanto pelo que foi escrito, quanto pelos documentos disponíveis na publicação. O segundo foi

a “Festa dos 125 anos”, que ocorreu no segundo semestre do ano de 2000 e abarcou uma série de eventos por cidades onde hoje existem núcleos de descendentes dos imigrantes suíços. Dentro desse conjunto de festividades do ano 2000 é que foi lançado do livro que analisamos na presente pesquisa, podemos inclusive pensar que tanto o processo de coleta de materiais como a construção da narrativa organizada pelo grupo acabaram por constituir um elemento desse ato comemorativo dos 125 anos da imigração.

Michel-Rolph Trouillot (2016), em seu livro *Silenciando o passado: poder e a produção histórica*, aborda o tema das comemorações dos 500 anos da chegada de Colombo às “Américas”. Dentre um conjunto de reflexões, ele afirma “as celebrações purificam ainda mais a história confusa vivida pelos atores”, mistificam e “ajudam a criar, modificar ou sancionar os significados públicos associados aos eventos históricos considerados merecedores de uma celebração em massa” (TROUILLOT, 2016, p. 186). Mesmo que, nesse caso, quem comemora é um pequeno grupo, não podemos esquecer que ele estava inserido (porém esquecido) dentro de um contexto de grande movimentação de rememorações e comemorações oficiais sobre a colonização e a imigração do Rio Grande do Sul²⁹ que inicia seu ciclo em 1974, ano que marcava os 150 anos da chegada dos imigrantes alemães e 100 anos dos imigrantes italianos. “As celebrações fazem o jogo dos números para criar um passado que pareça ao mesmo tempo mais real e mais elementar” (TROUILLOT, 2016, p. 186) e, nesse caso, buscaram inserir um grupo que estava à margem desse passado.

O isolamento de um momento singular, no caso a comemoração dos 50 anos da chegada dos imigrantes suíço-valesanos, foi o que deu origem ao ciclo comemorativo do grupo, mesmo que sua regularidade vá se estabelecer somente 75 anos após esse festejo. “Ao embalar os eventos em sequências temporais, as celebrações adornam o passado com certezas: a comprovação do acontecimento está na inevitabilidade cíclica de sua celebração” (TROUILLOT, 2016, p. 187), assim, anualmente, os descendentes se reúnem para reafirmar suas memórias e celebrar seus ascendentes, como acontecera há quase um século. Por vezes, em eventos singelos, por outras, buscando uma maior inserção e reconhecimento da comunidade de forma mais ampla.

Iniciaremos nossa reflexão a partir da fotografia que registrou a comemoração dos 50 anos da imigração e do conjunto de documentos que nos é fornecido no material a respeito

²⁹ Para saber mais sobre esse assunto, ver: LIMA, Tatiane de. **Os “usos políticos do passado” nas comemorações oficiais do biênio da colonização e imigração do Rio Grande do Sul (1974-1975)**. 2017. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – UNISINOS, São Leopoldo, 2017.

desse tema. Pretendemos, aqui, ir além do que está posto e pensar em como esse material pode nos revelar nuances não discutidas na escrita feita pela associação, além de tentar identificar o que estava realmente sendo comemorado.

Figura 6: Comemoração dos 50 anos da imigração suíça em Santa Clara, em 1925



Fonte: Fauth (2000, p. 200)

A imagem acima é um importante instrumento para pensarmos como datas comemorativas impulsionam eventos e narrativas, tanto do grupo estudado, como de forma mais ampla. Trata-se de uma fotografia feita em 1925, na festa de comemoração dos 50 anos da chegada dos primeiros imigrantes suíço-valesanos à região que hoje pertence ao município de Carlos Barbosa-RS. Essa fotografia, de formato em cartão duro, mede 20x30cm, aproximadamente. Conforme é citado no livro, ela pode ser encontrada nas casas de diversos descendentes³⁰. Além da imagem publicada na seção de “fotografias”, esse evento é referenciado em outros dois trechos do livro, como veremos na sequência.

Essa fotografia reúne em torno de 170 pessoas em frente à casa de Francisco Gedoz, um dos primeiros imigrantes a chegar à região. Podemos deduzir, pela diferença da tonalidade

³⁰ No entanto, não sabemos o número exato, pois, no livro, não foram citadas quantas cópias foram localizadas.

das telhas, que a casa passou por ampliações. Passados 50 anos da chegada, é plausível pensar que uma certa estabilidade e prosperidade tenham sido adquiridas por alguns dos imigrantes, e isso não poderia deixar de ser registrado e também comemorado, então o local da fotografia é simbólico e, inclusive, será referenciado no verso de uma cópia da fotografia pertencente à família Bondan e citada no livro.

No centro da cena, que não é exatamente o centro da fotografia, abre-se um espaço onde se encontra o padre, assentado em uma cadeira; à sua volta estão quatro crianças e um adulto. Podemos pensar aqui na importância da religião, já discutida anteriormente na seção de documentos, quando apresentamos os *Estatutos e regulamento da sociedade da Capela de Santa Clara*, redigido no ano de 1881, assim como a importância das novas gerações. Essa parte da cena, por estar com menos elementos, conduz nosso olhar à bandeira da Suíça, que não foi deixada ao vento, mas foi aberta pela mão de um jovem para aparecer por inteiro e em destaque.

As outras pessoas estão posicionadas de forma que não se perdesse o registro de nenhum indivíduo, temos até a impressão de estarem colocadas em uma grande escadaria, mas, provavelmente, só seguiram a inclinação do terreno e passaram por um cuidadoso arranjo que permitiu essa composição. Raros são os homens que estão usando seus chapéus, a maioria se encontra nas mãos ou no chão. Nesse caso de uma fotografia coletiva, todo o espaço deveria ser aproveitado, e os chapéus poderiam tanto esconder o rosto de quem usasse ou alguém ao seu lado. Quanto às roupas, é certo pensar que eram as suas melhores, participar de um evento dessa importância demandava meses de preparação. O fotógrafo também não deveria estar no local por acaso, Santa Clara era uma pequena comunidade e, provavelmente, essa fotografia deveria ter sido concebida muito tempo antes de acontecer.

A significativa quantidade de cópias encontradas dessa fotografia, citadas por Fauth (2000), é um claro indício do valor atribuído a ela pelos descendentes. Míriam Moreira Leite (1993) escreve que os retratos de família estão intimamente ligados aos ritos de passagens, à mudança de situação ou troca social. Fotografias são feitas, em geral, em eventos como casamentos, batizados e em festejos. Nesse caso, a “festa” aparentemente buscou comemorar o êxito da emigração da grande “família valesana” e valorizou os elementos que lhes eram caros. Fotografias “marcam um intervalo de identificação social, da transição em que se atravessam fronteiras e limiares, o que lhes confere um caráter ambíguo e uma aura sagrada” (LEITE, 1993, p. 159), aura essa que, até hoje, os descendentes a conferem visto que, mesmo tendo se passado quase um século, tanto o fato quanto a imagem têm espaço de destaque nas lembranças do grupo. Quanto à ambiguidade do retrato, citado pela autora, podemos refletir sobre o que ele

pode ocultar, mas dificilmente saberemos identificar o não dito por detrás da imagem, visto que é muito tênue a linha que separa o real do ideal representado diante a câmara fotográfica nessa data festiva.

Dentro do mesmo tema, mas separadamente da imagem, foi transcrita a anotação presente no verso de uma das cópias dessa fotografia que “está em poder da família Bondan” e conforme o autor, possui uma “preciosa anotação”, que transcreveremos a seguir:

esta photographia foi tirada no dia 1º de agosto 1925, em comemoração da confederação Suíça, na mesma ocasião festejamos o cinquentenário da nossa chegada ao Brasil. Todos estes homens e mulheres creansa que se ve nesta photographia, são descendentes das 15 famílias que partiram de Saxon em 11 de abril de 1875 e chegaram aqui em Santa Clara 7º distrito de Montenegro em julho de 1875, esta casa foi feita pelo 1º colono Francisco Gedoz em 18. As Famílias representadas aqui são Bondan; Cottet; Gedo; Bruchez; Sauthier; Roduit; Dupont (de Vouvri); Denicol; Reuse; (Audibert; Cousseau; Fransais) e mais algum homem da Suíça Allemande e mais um Carrad de Fribourg (FAUTH, 2000, p. 159).

Optamos por não alterar o português desse trecho para podermos pensar um pouco no aprendizado da nova língua. O fato dessa anotação não ser feita em francês mostra uma profunda transformação, mostra a assimilação dos costumes da nova terra. Todorov (1999, p. 25) fez uma reflexão relevante sobre esse tema quando escreveu que “o indivíduo não vive uma tragédia ao perder a cultura de origem quando adquire outra; constitui nossa humanidade o fato de ter uma língua, não o de ter determinada língua”. Alguns filhos e netos de imigrantes mantiveram o dialeto de seus antepassados, mas isso se limitava a conversas entre a família. Aprender o português, o italiano e mesmo o alemão, a depender das pessoas com quem precisavam conviver, foi questão de sobrevivência.

Quanto ao teor da anotação, no verso da fotografia, ele não é questionado em momento algum, dados coletados na pesquisa e publicados no próprio livro mostram inconsistências. Um exemplo é referente a uma data única de partida do Valais: no verso da fotografia é afirmado que quem está na fotografia são “descendentes das famílias que partiram em 11 de abril de 1875”, mas, de acordo com a “Listagem da saída do Valais”³¹, a partida do

³¹ São reservadas sete páginas na publicação para reproduzir uma listagem “fornecida por Alexandre Carron quando das pesquisas realizadas no Rio Grande do Sul para a edição do livro *Nos Cousins d’Amérique*. Baseou-se em levantamentos realizados no Valais, por distritos (Martigny e Monthey) e por comunidades (Charrat, Saxon e Vouvry), abrangendo diversas emigrações do século XIX. [...] Foram selecionados somente as famílias que viajaram para o Rio Grande do Sul de 1874 a 1876” (FAUTH, 2000, p. 101).

grupo de imigrantes se dá em um intervalo de tempo de dois anos, de 1874 até 1876. Um exemplo que embasa essa problematização é a família Roduit estar citada no verso da foto, já que, de acordo com a listagem citada, eles partiram para o Brasil em 1874, e não em 1875. Outro documento que poderia ser acionado é a listagem de chegada de um grupo de imigrantes suíços que viajaram no Vapor Rivadavia e que aportou no Rio de Janeiro em 1875. Essa listagem foi localizada no Arquivo Nacional (FAUTH, 2000, p. 111-113) e é reproduzida parcialmente no livro. Trata-se de um documento rico em informações e que tem uma presença inerte entre as páginas.

Voltando às comemorações dos 50 anos de imigração, em seção posterior, na página 301 do livro, o assunto é retomado e o discurso pronunciado na festa pelo imigrante Rémy Dupont é transcrito. Esse discurso foi publicado em 16 de janeiro de 1926, no jornal *Nouvelliste Valaisan*³², na Suíça. No início da reportagem há a informação de que se trata da festa em comemoração ao cinquentenário da chegada dos primeiros imigrantes do Valais à Santa Clara, e consta a menção de que “são famílias de Vouvry e de Saxon, todos prosperam o que faz honrar o seu país”. Também existem detalhes sobre a realização de uma missa ao ar livre e de que, ao fundo do altar, havia uma bandeira suíça, como podemos verificar na fotografia. Informa-se também que, além desse discurso, foram proferidos mais quatro, um em alemão e três em português, que, provavelmente, se perderam no tempo.

O discurso de Dupont foi enviado por um “correspondente brasileiro” ao jornal valesano, o que reforça a ideia de que a comemoração estava sendo feita não só para os presentes, ela era também uma forma de afirmação. No discurso, ele fala do “grande Brasil hospitaleiro”, mas não se esquece do “belo país que os viu nascer ou que viu nascer os pais dos presentes”. E continua: “e, agora, vejamos o país onde nós estamos, os resultados de nossos esforços, de nossas dificuldades, de nossos trabalhos. [...] nós comemos nosso pão pelo suor de nossa fronte mas nossa família valesana se multiplicou como se multiplicam os ramos de uma oliveira”. O teor do discurso é o de quem lutou e, por meio do trabalho, alcançou o sucesso. Dupont também cita que os italianos também estavam comemorando o seu cinquentenário e que “eles têm razão de querer glorificar sua obra neste país; eles trabalharam, eles lutaram, eles transformaram regiões inteiras...”, mas não deixa de completar: “mas nós também, em relação ao nosso número restrito, podemos dizer que lutamos e transformamos as florestas em campos

³² Disponível em: <<https://www-e-newspaperarchives-ch.translate.goog/?a=d&d=NVE19260116-01&e=-----fr-20--1--txt-txIN-----0-----&xtr sl=fr&xtr tl=pt&xtr hl=pt-BR&xtr pto=sc>>. (Acesso em 13 abr. 2022.)

de cultura [...]. O compatriota suíço, o cultivador das montanhas do Valais, não cede aos outros em força e em valor, nem em bons costumes” (FAUTH, 2000, p. 301-302).

Observando o conjunto de documentos, tanto na fotografia quanto no discurso da festa dos 50 anos da imigração suíça para o Rio Grande do Sul, podemos perceber uma patente nostalgia e valorização no que se refere à Suíça e uma gratidão ao Brasil que os acolheu – principalmente ao analisarmos o discurso. A diversidade de línguas em que foram proferidos os discursos, a referência aos italianos na fala de Dupont e a anotação em português da fotografia, apontam também para outro caminho. Podemos perceber, por meio dessas informações, que rapidamente as referências identitárias estavam se mesclando e que esse evento pode ter sido pensado para os descendentes se reafirmarem como grupo. Como escreve Todorov (1999, p. 25), “condenar o indivíduo a continuar trancado na cultura de seus ancestrais pressupõe de resto que a cultura é um código imutável, o que é empiricamente falso: talvez nem toda a mudança seja boa, mas toda cultura viva muda”, principalmente quando o grupo se transfere para um meio social completamente diverso ao de sua origem. Esperar que os imigrantes permanecessem trancados em sua cultura é utópico, essa ação era inviável para a própria sobrevivência.

Outro momento marcante no que diz respeito às comemorações e que referenciamos no início do capítulo é a “Festa dos 125 anos”, que ocorreu no segundo semestre do ano de 2000 e na qual foi lançado o livro que é nosso objeto de pesquisa. Pela importância dada a esse evento pelo grupo de imigrantes, em junho de 2005, foi lançado o livro *Os suíço-valesanos no Rio Grande do Sul – 125 anos*, com o intuito de narrar o evento ocorrido cinco anos antes. Nas suas 200 páginas, foi montado um panorama dos festejos que reúne a transcrição detalhada da programação, fotografias de todos os eventos, registro dos participantes – destacando as comissões que vieram de fora do estado e de outros países – mensagens, transcrições de palestras, discursos e outras pequenas narrativas. No entanto, analisar esse material como um todo não é uma tarefa plausível para esta pesquisa.

A cada passo percorrido, mais passados e presentes são integrados à narrativa do grupo: “as celebrações são criadas e essa criação é parte integrante do processo de produção histórica. Celebrações esparramam-se para ambos os lados da historicidade”³³ (TROUILLOT,

³³ Para Trouillot (2016), “a carreira do poder na produção de narrativas alternativas começa com a criação conjunta de fatos e fontes, por pelo menos duas razões. [...] Primeiro, fatos jamais são desimportantes”, por menores que pareçam. “Segundo, fatos não nascem iguais: a produção de indícios sempre é também a criação de silêncios”. Nem sempre se percebem essas “ocorrências” desde o início, umas ficam registradas tanto no corpus social ou individual, algumas deixam indícios materiais, outras não. “O que aconteceu deixa indícios” de graus variados,

2016, p. 190), o que gera tanto acontecimentos e processos históricos quanto narrativas. Hugo Achugar (2006, p. 207), em seu livro *Planetas sem boca*, afirma que “toda memória, toda recuperação de memória, ou toda a comemoração, implica avaliar o passado”. O passado, aqui, estava sendo avaliado (heroico e romantizado), assim como o próprio futuro (incerto) enquanto eram construídas suas referências identitárias.

Por fim, podemos interpretar esses atos comemorativos como uma necessidade de registrar não só os seus sucessos como também a própria existência do grupo como um corpo integrado, mas também distinto ao meio que estava inserido, com um passado próprio do qual os descendentes não desejavam abrir mão.

4.3 Preservação da memória

Já se encaminhando para encerramento do livro, nos deparamos com a citação de poesia “Família & História”, de Júlio Dantas. De início, ela parece deslocada, mas não, ela está cuidadosamente encaixada no contexto.

Família & História
 Infelizes as famílias que não tem história.
 Não ter história é quase não ter nome;
 é quase não ter pátria.

Felizes, ao contrário, as famílias que tem história,
 porque lhes é dado o júbilo de a recordar,
 porque ela constituiu uma fonte fecunda,
 inesgotável e profunda, de suas energias morais;
 porque c cada passo que dão sentem, atrás de si,
 o registro da própria imortalidade.

Que é a vida, senão a história que começa?
 Que é a história, senão a vida que continua?

Júlio Dantas
 (FAUTH, 2000, p. 291)

“que limitam o alcance e o significado de qualquer narrativa histórica”, mas essa “materialidade do processo sócio-histórico (historicidade 1) define o cenário para futuras narrativas históricas (historicidade 2)” e a diferencia da ficção (TROUILLOT, 2016, p. 61), ou seja, para o autor, historicidade 1 é “aquilo que aconteceu”, a “história enquanto processo”; e historicidade 2 é “aquilo que se diz sobre o que aconteceu”, “história enquanto narrativa”.

Ela é posta logo após o capítulo “Escrevendo nossa História”, no qual ocorre uma “multiplicação das vozes”. Nesse espaço diferentes mãos deixam registros sobre suas famílias. A narrativa passa, então, a ser compartilhada, sai dos baús da memória individual, do núcleo familiar, para fazer parte da memória de um grupo. Deixa de ser o que os pais ou os avós contavam nos momentos de intimidade para ser um relato, que junto a outros, vai amarrando sentidos.

Michel Pollak (1992) destaca a multiplicidade de elementos formadores da memória, tanto individual, quanto coletiva. Para ele, a memória seria composta pelos “acontecimentos vividos pessoalmente, e em segundo lugar, [pelos] acontecimentos ‘vividos por tabela’, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade a qual a pessoa pertence” (POLLAK, 1992, p. 201). Entretanto, completa:

[...] ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros (POLLAK, 1992, p. 201).

Dentro desse conjunto de negociações, buscou-se reaver acontecimentos vividos, pessoalmente ou por tabela, que dessem sentido e pudessem contribuir com a construção de uma identidade para essa coletividade na atualidade.

Praticou-se, então, como nomeia Hugo Achugar (2006, p. 202), um “esforço fundacional” que

constitui-se sempre a partir de um tempo posterior ao tempo histórico, em que se supões foi realizado o mencionado esforço, já que o que é fundacional caracteriza-se como tal pelas gerações posteriores, quando começam a construir ou reconstruir o passado e localizar no passado, um momento que, talvez, não tivesse o significado que o presente lhe atribuiu, inventando, desse modo, o começo da memória.

Fauth (2000, p. 9) deixa claro, nas primeiras páginas do livro, que a “nossa geração” – que era composta em sua maioria de netos e bisnetos dos imigrantes – “assumiu o compromisso de recuperar a história valesana no Sul do Brasil”. Posto isso, fica claro que é o

presente que vai fazer escolhas para elencar elementos que consideram pertinentes para a construção desse passado do qual pretendiam alçar seus alicerces. Para dar início, refletem que “toda a luta de nossos avós se encontra coberta pela poeira do tempo”, já que “nem sempre havia tempo e condições de escrever a sua história no papel” (FAUTH, 2000, p. 11). Aqui, já fica nítido que é essa luta de um imigrante herói que irá surgir quando as camadas de poeira puderem ser removidas. Mesmo se baseando em documentos ou em outras pesquisas que tratam do tema da imigração, em vários momentos, é o caráter emotivo da narrativa que irá se sobrepor.

As camadas de narrativas que são apresentadas para se constituir o arcabouço de memórias do grupo vão buscar na Europa suas origens. Ao falar da “emigração em massa”, bibliografia sobre a imigração alemã é acionada, Fauth (2000) vai buscar em Jorge Luiz Cunha (2000) o ponto de partida para vislumbrar os motivos pelos quais seus antepassados decidiram deixar a sua terra natal, abandonar o conhecido e buscar a sobrevivência em um lugar desconhecido. Cunha (2000 *apud* Fauth, 2000, p. 26) afirma que

com todos os riscos e implicações das decisões desse tipo – exige razões suficientemente fortes. Razões que são principalmente econômicas: é a pobreza que produz a emigração, pelo menos a emigração em massa. São os pobres que emigram e fazem isso quando sua vida tradicional se torna difícil ou impossível. Juntam então seus últimos recursos, vendem seus trastes e partem em busca de um lugar onde supõe encontrar melhores condições de vida.

E a epopeia dos suíço-valesanos em busca desses lugares passa a ter espaço na construção da narrativa de autorrepresentação, baseada em uma fonte principal, os dois volumes do livro *Nos cousins d'Amérique*, escrito por Alexandre e Christophe Carron e publicados nos anos de 1986 e 1990, respectivamente.

O processo emigratório do Valais no século XIX inicia-se em 1819, com a turbulenta vinda de suíço-valesanos para Nova Friburgo-RJ. Depois de um longo intervalo, 1851 foi a vez de rumarem para o norte da África, porém, como afirma Fauth (2000, p. 38),

a Argélia foi o “fruto de uma ilusão”. Marcado pelas inóspitas condições geográficas e climáticas e ao abandono das autoridades, o projeto fracassou, fazendo com que muitos valesanos retornassem a Suíça. Entre esses estão incluídos alguns que anos depois emigraram para o Rio Grande do Sul, como membros das famílias Bruchez, Bondan, Denicol e Roduit.

Então, a narrativa de que a “imigração era a única esperança” é reforçada no texto quando, mesmo com o fracasso na Argélia que contou, inclusive, com o retorno de diversas famílias, já se buscavam novos horizontes, agora, com uma nova volta para a América. Ao abordar a emigração para a Argentina, que se inicia em 1855, é posto que, depois de um início difícil, a emigração para esse país acaba se consolidando, mas não se deixa de reforçar que “enquanto isso, no Valais o nível econômico permanecia baixo – assim restou até o final do século XIX – e as razões para emigrar continuavam” (FAUTH, 2000, p. 42).

Entram em cena então as tratativas da vinda dos suíço-valesanos que partem para o Brasil entre 1874 e 1876, em que todas as dificuldades e dramas desde a partida até a chegada são contados em detalhes. Outro aspecto da memória é identificado: dentre tantas adversidades, somente “imigrantes heróis” poderiam suportar tantas provações. Uma delas era a de que, na chegada, não havia muita escolha na tão sonhada terra, já que

os parâmetros da colonização já tinham sido estabelecidos, a começar pela exploração da policultura em pequenas propriedades, pela diversificação das origens étnicas e de nacionalidade dos colonos, a liberdade religiosa com a presença marcante de protestantes, ao contrário da intenção inicial. Além da dificuldade de comunicações que veio do início de Santa Maria de Soledade, a manteve isolada por mais de meio século, prolongando-se até 1908 quando, finalmente, foram colocados os trilhos da sonhada ferrovia, também prometida em Genebra aos Colonos valesanos em 1875... Aos valesanos que chegavam cabia adaptar-se (FAUTH, 2000, p. 82).

Além do mais,

a localização das novas colônias era outro problema. A imigração alemã ocupara as várzeas dos rios, principalmente dos Sinos e do Caí. [...] Além da floresta virgem, havia o relevo acidentado e inacesso pelas águas dos rios. O governo tinha que abrir estradas e não tinha recursos para tal. Os novos colonos, por consequência, teriam enormes dificuldades de trazer as mercadorias que necessitassem e de remeter a sua produção agrícola, atrasando sensivelmente a região (FAUTH, 2000, p. 84).

Então a conjunção entre memória e identidade que o grupo buscava forjar passava pelo fato de que havia uma grande “dificuldade de sobrevivência” das famílias em seu país de origem e, com isso, a “emigração era a única esperança”. Já em terras brasileiras, as adversidades eram tantas que somente “imigrantes heróis” seriam capazes de vencê-las.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, [...], em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades [...]. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis (POLLACK, 1989, p. 9).

Isso marcou um lugar na coletividade e deu ao grupo um referencial comum ao criar um relato da “história” dos avós que, “sem perceber [...] – com o heroísmo dos grandes e fortes – a estavam escrevendo todos os dias” (FAUTH, 2000, p. 11). Beatriz Sarlo (2007, p. 93) fala em pós-memória para descrever a forma como um passado não vivido, embora muito próximo, chega ao presente e reforça que é importante nos atentarmos ao ponto de que o fato nunca nos chega puro ou completo, pois

é preciso admitir também que toda experiência do passado é vicária, pois implica sujeitos que procuram entender alguma coisa colocando-se, pela imaginação ou pelo conhecimento, no lugar dos que viveram de fato. Toda a narração do passado é uma representação, algo dito “no lugar” de um fato.

Portanto, não é possível transmutar experiências em palavras e afirmar que essas são as próprias experiências. Ao tratar de uma autonarrativa e de uma escrita não acadêmica, mesmo que baseada no conhecimento, como demonstramos em diversas passagens, a imaginação tem um papel importante nesse buscar entender e ressignificar o passado não vivido pelos imigrantes oriundos do Valais e seus descendentes.

Então, por meio da escrita da ASVB, a memória e a história acabam por se unir e garantir, assim, um tipo de retenção do tempo, o que impede, de certa forma, o esquecimento por meio da construção de narrativas e possibilita a preservação e a transmissão de heranças identitárias e das tradições trazidas pelos seus antepassados.

A evocação do passado é necessária para afirmar a própria identidade, tanto a do indivíduo quanto a do grupo. Sem dúvida, um e outro também se definem por sua vontade no presente e seus projetos de futuro; mas não podem dispensar-se dessa primeira evocação. [...] Tal exigência de identidade é perfeitamente legítima: o indivíduo precisa saber quem é e a que grupo

pertence. [...] não se é um João-ninguém, não se corre o risco de ser engolido pelo nada (TODOROV, 2002, p. 195).

Ser membro de uma pequena comunidade e ver as memórias esvanecendo perante uma eminente perda de capacidade transmissão entre as gerações fez com que o grupo não mais aceitasse a condição de João-ninguém, descrita por Todorov (2002). Transformaram o esquecimento em diligência, para não ter seu passado engolido pelas narrativas vigentes e excludentes do final do século XX, que conferiam às duas grandes correntes imigratórias, alemães e italianas, o monopólio do passado na região da Serra Gaúcha. Posto isso, é pertinente pensar que “a revisão do passado está associada a uma necessidade de conhecer as origens, de averiguar filiações e pertencimentos, de precisar o momento inicial de indivíduos e coletividades” (ACHUGAR, 2006, p. 207), assim como lhes proporcionar a oportunidade de vislumbrar uma continuidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“No livro não é só o texto que ‘fala’: é todo o conjunto, incluindo o suporte físico e a aparência gráfica, que é interpretado pelo leitor. São diversos componentes do livro que se abrem para a leitura e a interpretação” (BELO, 2008, p. 102).

O objeto do nosso estudo foi a escrita de autorrepresentação produzida por descendentes de um pequeno grupo de suíços oriundos da região do Valais que aportaram em terras brasileiras em fins do século XIX e que tiveram, como destino, a colônia Santa Maria de Soledade, hoje município de Carlos Barbosa, no estado do Rio Grande do Sul. Para isso, fizemos uso de materiais publicados e editados pela ASVB, tendo como foco o livro *A imigração suíço-valesana no Rio Grande do Sul*, publicado no ano de 2000.

Dentre os principais resultados da nossa pesquisa, alguns pontos merecem destaque. Em primeiro lugar, há o caráter nostálgico da narrativa, pois são recorrentes as citações que misturam o anseio por algo diferente e por um passado que nem chegou a acontecer. Ou seja: um “revisitar” algo que está fora do alcance do vivido e que carrega também uma tristeza de não poder ter agência sobre esses passados. Da mesma forma, há um enaltecimento do presente, porém o presente da Suíça, de algo da escala do inatingível: uma mistura de admiração e supervalorização do estrangeiro. A nostalgia, portanto, está posta mais como um exercício de criação de um marco fundador do que da recordação propriamente dita de algo que foi vivido.

Na sequência, se destaca a percepção da importância das comemorações realizadas pelo grupo, com o intuito de reafirmar as memórias e também de celebrar seus ascendentes. Tais comemorações visavam um tipo de atestado de existência para os imigrantes suíço-valesanos, em busca de alcançar uma maior inserção da sua história e, com isso, garantir o reconhecimento da comunidade de uma forma mais ampla.

Outro aspecto observado, quando tratamos da conjunção entre memória e identidade que o grupo buscou forjar, foi a narrativa de autorrepresentação construída pelo grupo, que traz consigo uma perspectiva de superação e é conduzida de forma a criar uma linha de raciocínio que passa pelo fato de que havia uma grande “dificuldade de sobrevivência” das famílias em seu país de origem. Nesse sentido, a “emigração era a única esperança”. Já em terras brasileiras, as adversidades eram tantas que somente “imigrantes heróis” seriam capazes de vencê-las. Dentro dessa perspectiva romantizada, o papel do presente foi o de fazer escolhas

para elencar elementos que consideram pertinentes para a construção de um passado no qual pretendiam estabelecer seus alicerces e que lhes proporcionasse a oportunidade de vislumbrar uma continuidade.

A partir da análise da nossa fonte também podemos afirmar que, em certa medida, a noção de documentos na publicação estudada é ampla, pois comporta um leque diversificado de elementos e suas origens vão além dos baús individuais. Na maioria das vezes, são explorados e discutidos. Em outros casos, são considerados autossuficientes, visto que nem sempre estão ligados às narrativas, mas o que não pode deixar de ser registrado é o potencial dessa coleta documental para possíveis pesquisas futuras referentes à imigração suíço-valesana para o Rio Grande do Sul e ao tema da imigração de forma geral. A união de esforços resultou na reprodução de um banco de documentos variado e que pode ser explorado em outras pesquisas.

Ainda se tratando de documentos, por fim, destacamos o tratamento dado às imagens que são reproduzidas, em sua grande maioria, nas seções específicas de fotografias e pinturas. São mais de 60 páginas reservadas para a reprodução dessas imagens, o que representa 20% do livro. Apesar do espaço que lhes é conferido, elas não são interpretadas e figuram silenciosas entre as páginas, quase em caráter ilustrativo. Em geral, contam apenas com breves descrições e algumas poucas acompanhadas de “pequenas histórias”. O tratamento dado às imagens aqui lembra os primórdios da fotografia, quando ela era considerada como um porta-voz da verdade e, com isso, como escreve Annateresa Fabris (2004), vista como um espelho do real. No entanto, vale ressaltar que o fato de as imagens não passarem por um processo crítico na publicação não diminui o seu valor, visto que essa ação proporcionou uma sobrevivência a esses registros. Hoje, por estarem presentes em um novo suporte físico e de alcance alargado, existe a possibilidade de novas consultas e abordagens futuras.

Esta pesquisa traz algumas contribuições significativas pelo seu caráter de ineditismo: esse foi o primeiro trabalho acadêmico produzido sobre a imigração suíço-valesana para o Rio Grande do Sul. Nesse sentido, nossa pesquisa supre uma importante lacuna no campo de pesquisa sobre a imigração para o sul do Brasil ao contribuir para a ampliação da presença desse sujeito coletivo, outrora, excluído da produção acadêmica. Buscou também entender o que motiva escritas de autorrepresentação de sujeitos que não são historiadores.

Adicionalmente, vale destacar uma questão singular que vivi com relação a esse objeto de estudo: pude experimentar as diversas facetas desse processo de produção da história dos imigrantes suíço-valesanos para o Rio Grande do Sul. No início, como estudante dos

primeiros períodos do curso de História na Universidade de Caxias do Sul e integrante da ASVB. Nessa época, eu não tinha experiência como pesquisadora e vivenciei o processo ainda do ponto de vista da “história feita por não historiadores”, pois estava imersa no processo sem um distanciamento crítico ou maturidade acadêmica para análise do material. Hoje, depois de mais de 20 anos, revisitei um dos produtos finais desse projeto, o livro *A imigração suíço-valessana no Rio Grande do Sul* (FAUTH, 2000), no Programa de Pós-Graduação em História da UFOP. Isso me deu a oportunidade de analisar o livro de forma crítica e mais reflexiva. Agora, consigo perceber a importância de uma parceria entre a academia e sujeitos não historiadores. Não se trata de equiparar as escritas e pesquisas, mas de pensar que, de forma colaborativa, muito mais passados podem ser contemplados e divulgados de forma responsável e, assim, atender, de forma mais ampla, às demandas da sociedade. A academia pode cumprir o papel que discutimos anteriormente, de curadoria. Portanto, olhando para o meu passado e para o meu presente, para a minha relação com a ASVB e os livros produzidos, percebo um ciclo que se completa.

Com relação às limitações da pesquisa, vale destacar que, devido ao curto tempo em que se enquadra um curso de mestrado, somente um dos seis livros da ASVB foi analisado. Mesmo para esse livro, foram elencadas algumas categorias para análise, sem esgotar todo o seu potencial. Sugere-se, então, que outras pesquisas possam concluir a análise de todos os volumes, inclusive com o levantamento de novos aspectos, como a multiplicação de vozes presentes no texto quando são transcritos os relatos de história oral. Nossa pesquisa abre, portanto, um espaço acadêmico para uma exploração mais aprofundada sobre a imigração suíço-valessana para o Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo; BIANCHI, Guilherme; PEREIRA, Mateus. Popularizações do passado e historicidades democráticas: escrita colaborativa, performance e práticas do espaço. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 279-315, abr./jun. 2018.

ACHUGAR, Hugo. **Planetas sem boca**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. In: ALMEIDA, Juniele Rabelo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 19-28.

ALVES, Francisco das Neves (Org.). **Historiografia e cultura no Rio Grande do Sul: ensaios históricos**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2007.

ALVES, Francisco das Neves (org.). **Rio Grande do Sul: história, historiografia & memória**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1999.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. O direito à história: o(a)historiador(a) como curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. In: GUIMARÃES, Gêssica *et al.* (Orgs.). **Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p. 191-216.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011a.

ASSOCIAÇÃO SUÍÇO-VALESANA DO BRASIL. Disponível em: <<https://www.asvb.com.br>>. (Acesso em 20 jul. 2021.)

AUMONT, Jacques. **A imagem**. Trad. Estela dos Santos e Claudio C Santoro. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

AVILA, Arthur Lima de. Indisciplinando a historiografia: do passado histórico ao passado prático, da crise à crítica. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 35-49, jan./jun. 2018.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. **História do Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: Edições EST, 1995.

BELO, André. **História & leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BERGSON, Henri. A lembrança do presente e o falso reconhecimento. Trad. Jonas Gonçalves Coelho. **Trans/Form./Ação**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 95-121, 2006.

BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES. **Acesso e visibilidade às teses e dissertações brasileiras**. Disponível em: <<http://bdt.d.ibict.br/vufind/>>. (Acesso em 28 maio 2021.)

BOLLI, Christophe. Randonnaz, village disparu. **Les Cahiers de L'histoire locale**, v. 8. Fully: Monographic, 1995.

BORGES, Maria Elisa L. **História & Fotografia**. Belo Horizonte: Autentica, 2002.

BOYM, Svetlana. Mal-estar na nostalgia. **História da Historiografia**, n. 23, p. 153-165, abr. 2017.

BRANCHI, Ana Lia Dal Pont. **A etnização em Caxias do Sul**: a construção da narrativa da “diversidade” no desfile da festa nacional da uva de 2014. 2015. 159 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2015.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. **A escrita da História**: novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 7-38.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CANABARRO, Ivo. Fotografia, história, e cultura fotográfica: aproximações. **Estudos Ibero Americanos**, Porto Alegre, PUCRS, v. XXXI, n. 2, p. 23-39, dez. 2005.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 335 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHAUÍ, Marilena. Janela da alma, espelho do mundo. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 31-61.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Estudos de imigração italiana: tendências historiográficas no Brasil meridional. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH: 50 anos, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, jul. 2011, p. 1-9.

CORTE, Andréa Tela da. História de vida e imigração: as formas do passado. In: MATTOS, Maria Izilda Santos de; SOUZA, Fernando de; HECKER, Alexandre (Orgs.). **Deslocamentos e Histórias**: os portugueses, v. 1. 1. ed. Bauru-SP: Edusc, 2008, p. 155-170.

CUNHA, Jorge Luiz da. **Alemães**: uma etnia para a integração. Santa Cruz do Sul: Gazeta do Sul, 2000.

COSTA, Rovílio. **Imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: Educus, 1986.

DE GROOT, Jerome. **Consuming history**. London: Routledge, 2009.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizontes: Autêntica, 2006.

Enciclopédia Rio-Grandense. Porto Alegre: Regional, 1958, v. 5.

FAGUNDES, Antônio Augusto. **História do Rio Grande do Sul**. 6. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2010.

FABRIS, Annateresa. **Identidades virtuais: uma leitura do retrato fotográfico**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

FASOLT, Constantin. **The limits of history**. Chicago: Chicago University Press, 2004.

FAUTH, Adonis Valdir. **A imigração suíço-valesana no Rio Grande do Sul**, v. II. Santa Cruz do Sul, RS: Edição da Associação Valesana do Brasil, 2005.

FAUTH, Adonis (Org.) **Os suíço-valesanos no Rio Grande do Sul, 125 anos**. Carlos Barbosa, RS: Edição da Associação Valesana do Brasil, 2005.

FAUTH, Adonis Valdir. **A imigração suíço-valesana no Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul, RS: Edição da Associação Valesana do Brasil, 2000.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 8. ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. Qual a relação entre a história pública e o ensino de História. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. SP: Letra e Voz, 2011, p. 29-38.

FRANÇA, Vera Regina Veiga, OLIVEIRA, Luciana de (Orgs.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

FREIXO, Andre de Lemos; ABREU, Marcelo dos Santos; MATA, Sérgio. A nostalgia como problema metahistórico: uma introdução. **História da Historiografia**, n. 23, p. 138-141, abr. 2017.

Gazette du Valais. Disponível em: <<https://www-e--newspaperarchives-ch.translate.google/?a=d&d=NVE19260116-01&e=-----fr-20--1--txt-txIN-----0-----&xtr sl=fr&xtr tl=pt&xtr hl=pt-BR&xtr pto=sc>>. (Acesso em 13 abr. 2022.)

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HEYMANN, Luciana Quillet. O “devoir de mémoire” na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **Direitos e cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 15-43.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto/Museu de Arte do Rio, 2014.

INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre o movimento, conhecimento e descrição**. Trad. Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. (Coleção Antropologia)

IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e poder**: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914). 2. ed. Caxias do Sul: Educs, 2010.

IOTTI, Luiza Horn. Imigração e escravidão: o europeu poderia civilizar a província? **MÉTIS: história & cultura**, v. 13, n. 27, p. 61-70, jan./jun. 2015.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 3. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002.

KLEINBERG, Ethan; SCOTT, Joan Wallach; WILDER, Gary. **Teses sobre teoria e história**. Trad. Andre de Lemos Freixo e João Ohara. (não publicado)

LAVILLE, Christian; DIONE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Trad. Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITE, Miriam Lifchiz Moreira. **Retratos de família**: leitura da fotografia histórica. 3. ed. São Paulo: EDUSP-FAPESP, 1993.

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? O público e seus passados. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. SP: Letra e Voz, 2011, p. 31-52.

LIMA, Tatiane de. Os usos políticos do passado: o papel das Comissões Executivas na organização das comemorações do Biênio da Colonização e Imigração do Rio Grande do Sul. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS)**, Porto Alegre, n. 149, p. 171-182, dez. 2015.

LIMA, Tatiane de. **Os “usos políticos do passado” nas comemorações oficiais do biênio da colonização e imigração do Rio Grande do Sul (1974-1975)**. 2017. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – UNISINOS, São Leopoldo, 2017.

LISSOVSKY, Maurício. Rastros na paisagem: a fotografia e a providência dos lugares. **Comunicação e Cultura**, v. 9, n. 2, p. 281-300, ago. 2011.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História? Uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 15, p. 27-50, ago. 2014.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, n. 74, p. 135-154, 2017.

MIGOT, Aldo Francisco. **Carlos Barbosa**: presente, primórdios e pioneiros. Caxias do Sul: Bellas-Letras, 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 11, n. 28, p. 104-140, set./dez. 2018.

PAIVA, Eduardo França. **História & imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 9. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2014.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

Ponto de Cultura Casa das Etnias. Disponível em:

<<https://www.casadasetnias.com.br/sobre/>>. (Acesso em 24 set. 2020.)

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. A colonização alemã e italiana no Rio Grande do Sul: uma abordagem na perspectiva da História Comparada. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 5, n. 10, p. 203-225, dez. 2013.

SAMAIN, Etienne. Questões heurísticas em torno do uso das imagens nas Ciências Sociais. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Míriam L. Moreira (Orgs.). **Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas Ciências Sociais**. Campinas: Papyrus, 1998, p. 51-62.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabelo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 23-35.

SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 286- 309, jan./mar. 2018.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada de subjetividade**. Trad. Rosa Freire de Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo, v. 16, p. 297-325, fev. 1988.

SETH, Sanjay. Razão ou raciocínio? Clio ou Shiva? **História da Historiografia**, n. 11, p. 173-189, abr. 2013.

SHITTINO, Renata. O conceito de público e o compartilhamento da história. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabelo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 37-46.

SILVEIRA BAUER, Caroline; FELIZARDO NICOLAZZI, Fernando. O historiador e o falsário. Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. **Varia História**, v. 32, n. 60, p. 807-835, 2016.

SONTAG, Susan. **Sobre a fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TODOROV, Tzvetan. **Abusos da memória**. Espanha: Ariela, 1995.

TODOROV, Tzvetan. **O homem desenraizado**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999.

TODOROV, Tzvetan. **Memória do mal, tentação do bem**: indagações sobre o século XX. Trad. Joana Angélica D. Melo. São Paulo: Arx, 2002.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da História. Curitiba: Huya, 2016.

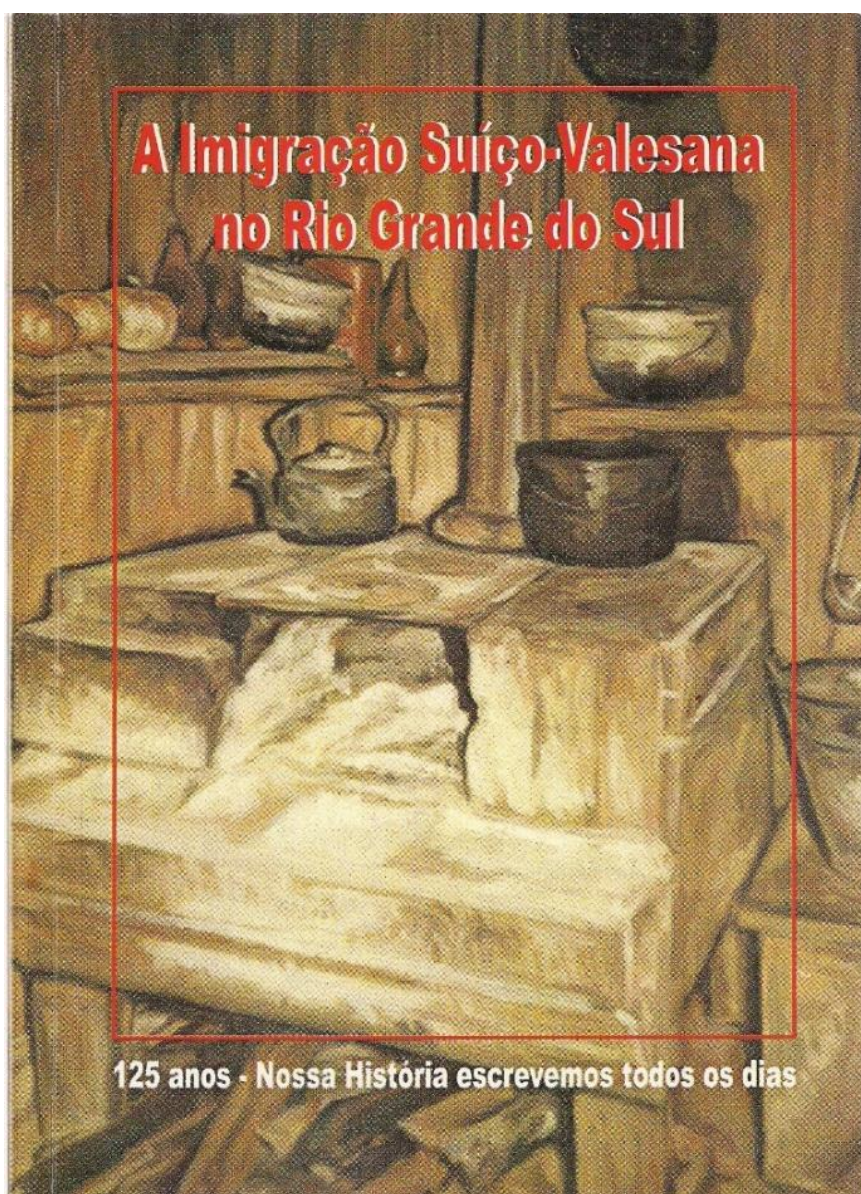
WEBER, Regina. Estudos étnicos no Rio Grande do Sul: análise historiográfica. In: RADUNZ, Roberto; HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti (Orgs.). **História e imigração**. Caxias do Sul: EDUCS, 2011.

VELLOSO, Monica Pimenta. Sensibilidades sociais e história de vida. **Revista de História e Estudos Culturais**, v. 6, n. 3, p. 1-12, 2009.

WHITE, Hayden. The practical past. **Historien**, v. 10, p. 10-19, 2010.

ANEXOS

Anexo A: Capa do livro *A imigração suíço-valesana no Rio Grande do Sul*, publicado no ano de 2000



Anexo B: Roteiro de entrevistas fornecido pelos organizadores da pesquisa aos coordenadores das famílias

ENTREVISTAS	
Orientação Geral	
<p>As entrevistas deverão ser feitas pelos próprios familiares com pessoa (s) de sua família, segundo o esquema e os questionários anexos. A pessoa a ser entrevistada deverá ser escolhida entre aquelas de mais idade e de preferência que tenham vivido no interior de Carlos Barbosa ou que conheçam mais a fundo a vida valesana, a própria e a de seus pais no começo do século.</p> <p>Não há preocupação literária. O importante é que sejam colocadas no papel as respostas que o entrevistado fornecer. A forma escrita ficará a critério do entrevistador. Essas entrevistas integrarão, posteriormente, o acervo do arquivo "Memória Valesana".</p> <p>Não se fixa o "tamanho da entrevista". Dá-se liberdade ao entrevistador. Os questionários anexos visam apenas facilitar a entrevista, como roteiro e quais os questionamentos que podem ser propostos. O entrevistado deve contar descontraidamente a sua história e o que sabe da história de seus pais e avós. Ao entrevistador cabe colocar tudo o que o entrevistado relatar.</p> <p>A entrevistas pode ser dividida em etapas. Uma sobre a vida escolar, outra sobre a vida familiar e, por fim, a vida comunitária.</p>	
I - INTRODUÇÃO	
(Cabeçalho que deverá integrar a entrevista)	
FAMILIA: _____	Data: _____
ENTREVISTADOR (nome): _____	
Local da Entrevista: _____	
ENTREVISTADO (dados pessoais):	
Nome: _____	
Nascimento: ____ / ____ /19 ____ - Local: _____ Religião: _____	
Residência atual: _____	
Há quantos anos ? _____ Morou em outras localidades antes ? _____ Onde ? _____	
Profissão: _____ Estado Civil: _____	
Cônjuge: _____ Nº de Filhos: _____	

ENTREVISTAS

II - QUESTIONÁRIO

■ Vida escolar (1ª Etapa)

Onde estudou ? A que distância a escola ficava de sua casa ? Como ia para a escola (a pé, a cavalo ...) ? Com que idade foi para a escola ? Quantos anos foi à escola ? Quem foram os seus professores ? Os professores eram da comunidade ? Tem boas lembranças dos professores ? Os alunos recebiam castigos ? Quais ? Como ? Quantos alunos havia na classe (sala) ? Qual era o tipo de escola (municipal, comunitária, particular, estadual ...) ? Que material usavam (livros, cadernos, lousa ...) ? As aulas eram em português (ou francês ?) ? Como eram os recreios ? Havia festas na escola ? Como eram as festas ? Quais as brincadeiras e jogos da sua infância (pião, piorra, bolita-de-gude, bilboquê, sapata ou amarelinha, brincadeiras de roda ? Outras ?) ? Tem boas recordações da Escola ? O que, por exemplo ? Havia escola que também servia de igreja ? Lembra fatos interessantes ou curiosos ocorridos na Escola ? Lembra de alguma comemoração especial na Escola ?

■ Vida familiar (2ª Etapa)

1. - Para pessoas que moram ou moraram na colônia:

Onde moravam ? Quantas pessoas constituíam a família dos pais do entrevistado ? Quantos irmãos e irmãs ? Como era a casa (madeira, pedras, tijolos...) ? Como foi construída ? A cozinha era separada ? Sabe por que ? Como era a mobília da casa ? Quem fez a mobília ? Quem fazia os trabalhos de carpintaria, marcenaria e ferraria em casa ? Descrever a casa e seus arredores (horta, jardim, pomar, chiqueiro, galinheiro, poteiro ...). A família trabalhava na agricultura ? As terras eram próprias ? Tinham roça ? O que plantavam ? Como era feito esse trabalho na roça ? Que ferramentas usavam ? Lembra de alguma praga na lavoura (ex. de gafanhoto...) ? Como a combatiam ? O que criavam ? Tinham animais domésticos ? Como eram as refeições (café, almoço e janta ?..) ? Faziam as refeições juntos ? Conversavam à mesa ? O que comiam no dia-a-dia ? Nos domingos havia comida especial ? Quem e como preparavam as refeições (fogão de tijolos ? à lenha ?) ? Como era a cozinha ? O que produziam (leite, pão, lingüiça, morcilha, melado, "kässchmier" ...) ? Que farinhas usavam ? Como a conseguiam ? Como conservavam os alimentos ? Onde obtinham a água ? Como era conservada ? O que aproveitavam da natureza (frutas, etc) ? O que compravam fora ? Onde compravam ? O que vendiam para fora ? Onde vendiam ? O que faziam com o dinheiro das vendas ? Tinha cooperativa ? Havia luz elétrica ? Se não havia, como as casas eram iluminadas (velas, lampiões ...) ? A que horas costumavam dormir e levantar ? Que roupas vestiam ? Quem e como faziam as roupas ? Usavam chapéus ? Era feito ou comprado ? Usavam sapatos, chinelos, tamancos... ? Quanto tempo durava um fatiota, um vestido ou um par de sapatos ? Quais as festas que havia em família (batizado, 1ª comunhão...) ? Como eram essas festas ? Como eram as festas de Páscoa e de Natal ? Ganhavam ninhos, brinquedos... ? Lembra de algum brinquedo que recebeu ? Contar como eram essas festas. Como as pessoas da família se locomoviam (cavalos, charretes, aranha...) ? O que os pais do entrevistado contavam da vida no tempo deles ? Que episódios interessantes seus pais contaram ?

ENTREVISTAS

■ Vida familiar (2ª Etapa)

2. - Para pessoas que nunca moraram na colônia:

Onde moravam ? Quantas pessoas constituíam a família dos pais do entrevistado ? Quantos irmãos e irmãs ? A família e o entrevistado trabalhavam em que ? Moravam em casa própria ? Tinham animais domésticos como cachorros, gatos ? Plantavam alguma coisa (horta, pomar, jardim ...) ? O que plantavam ? Criavam algum animal doméstico para alimentação (galinhas, porcos, cabra, vaca...) ? Produziam algum alimento em casa (leite, farinha, pão, lingüiça, morcilha, melado, "kässchmier" ...) ? Como conservavam os alimentos ? Onde obtinham a água ? O que aproveitavam da natureza (frutas, etc) ? Como eram as refeições na sua casa (café, almoço e janta ?) ? Faziam as refeições juntos ? Conversavam à mesa ? O que comiam ? Quem e como preparavam as refeições (fogão de tijolos ? à lenha ?) ? Nos domingos havia comida especial ? Havia luz elétrica ? Se não havia, como as casas eram iluminadas ? Escutavam rádio ? Quem e como faziam as roupas ? Quais as festas que havia em família (batizado, 1ª comunhão...) ? Como eram essas festas ? Havia festa de noivado ? Como eram as festas de Páscoa e de Natal ? Ganhavam ninhos, brinquedos...? Lembra de algum brinquedo que recebeu ? Contar como eram essas festas. Qual era a atividade (profissão) do entrevistado ? Contar como era o seu trabalho. O que os pais do entrevistado contavam da vida no tempo deles ? Que episódios interessantes seus pais contaram ?

■ Vida social e comunitária (3ª Etapa)

Como era a vida na comunidade ? Como eram os domingos e feriados ? Como se vestiam ? Havia futebol, bocha ou outro esporte ? Qual a atividade das mulheres nos domingos ? Que divertimentos havia na Comunidade ? Havia festas ? Como eram as festas ? Como eram os bailes ? Com que idade podiam ir aos bailes ? Quem acompanhava ? O que bebiam (gasosa, vinho, cerveja ...) ? Como eram os namoros, os noivados e os casamentos ? Como era a festa de casamento ? E se eram de religião diferente ? Quando casados, onde iam morar ? Como eram os batizados (havia festa, como eram escolhidos os padrinhos, quem fazia e onde eram feitos os batizados...) ? Como era ensinada a religião e a doutrina ? Com que idade fez a primeira comunhão e a crisma ? Eram obrigados a ir a igreja ? Rezavam em casa ? A igreja era perto ? Havia missas seguidamente ? Em que língua ? Havia padres próximos ? Na sua ausência, como faziam ? A igreja tinha sinos ? Havia a linguagem dos sinos (anunciando, por exemplo, a morte de uma pessoa) ? Como e onde eram os velórios ? Como os familiares e amigos eram avisados ? Como era o enterro ? Havia música ? Quem cantava ? Só o padre oficiava o enterro ? Quais as doenças mais comuns (gripe, verminose, coqueluche, crupe...) ? Como enfrentavam as doenças ? A que distância estava o médico mais próximo ? Usavam remédios caseiros ? Como tratavam a dor de dente, a dor de cabeça, a má digestão ? Como a comunidade ficava sabendo das novidades ? Escutavam rádio ? O que as pessoas liam ? Lembra de fatos interessantes ou curiosos daquele época na comunidade ?

AVB - Associação Valesana do Brasil

125 anos da Imigração Suíça / Valesana ao Rio Grande do Sul - 1875 - 2000

Anexo C: Indicações de fontes de pesquisa fornecidas pelos organizadores aos coordenadores das famílias

FONTES DE PESQUISA

Arquivo Público do Estado

- PRELIMINARES
- FONTES GENEALÓGICAS
 - Registro Civil
 - Habilitação para Casamento
 - Inventários e Testamentos
 - Outros documentos:
 - Tabelionatos
 - Registro de Imóveis
 - Poder Judiciário (processos cíveis, comerciais, criminais etc).
 - Poder Executivo (Secretarias de Estado)
- BIBLIOTECA

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

- Colonização do Rio Grande do Sul
- Documentação Administrativa
 - Requerimentos

AVB - Associação Valesana do Brasil

125 anos da Imigração Suíça / Valesana ao Rio Grande do Sul - 1875 - 2000

FONTES DE PESQUISA

Arquivo Público do Estado

PRELIMINARES

O Arquivo Público do Estado, criado em 1906, possui 18 milhões de documentos, de 1763 a 1992, dos municípios, distritos, vilas e povoados do Rio Grande do Sul. Tem endereço na rua Riachuelo, 1031, no centro de Porto Alegre. Tel (051) 227.1698 e fax (051) 224.3614. Funciona das 12h às 19h. As últimas buscas são feitas até às 18h. Na Internet, acessar por arqpub@procergs.com.br

O pesquisador tem acesso aos documentos originais, porém não lhe são fornecidas cópias.

FONTES GENEALÓGICAS

Registro Civil. Compreende 44 mil certidões de nascimento, casamento e óbito de 1929 a 1975. Permitem o levantamento de dados como: filiação, avós paternos e maternos, estado civil, profissão, domicílio, naturalidade etc. Para obter esses dados, o pesquisador deve informar o **município** e a **data** do feito.

Habilitação para Casamento. Documentação que os noivos apresentam ao juiz de Paz para casar. O Arquivo Público dispõe de 69.600 processos datados de 1890 a 1985. Oferecem dados como: nome dos noivos, filiação, estado civil, naturalidade, idade, data de nascimento, profissão, residência e/ou domicílio, e testemunhas. Em certos casos se encontram documentos pessoais como passaportes, atestados de batismo etc. Para obter esses dados, o pesquisador deve informar o **nome** ou **prenome dos noivos, a data e o local do casamento**.

Inventários e Testamentos. Documentos do Poder Judiciário do período de 1763 a 1971. Os **inventários** auxiliam em muito os genealogistas, por permitir elucidar até 3 gerações, fornecendo dados como a filiação do inventariado e os filhos destes e, em alguns casos, os netos e o nome da esposa. Além disso, ilustra a situação econômica da família quando do óbito. Importante situar a **data e o local do óbito, o nome do falecido e do provável inventariante**. Nos **testamentos** é expressa a vontade do testador e comumente reconhece filhos naturais. Para obter esses dados o pesquisador deve fornecer o **local, o cartório e a data** da realização do feito ou da morte.

Outros documentos. O Arquivo Público possui também a documentação relativa aos **Tabelionatos e Registro de Imóveis** (escrituras, contratos, procurações, certidões de imóveis e registros diversos). Do **Poder Judiciário** há 6.600.000 processos de espécies diversas (cíveis, comerciais, criminais etc.). Estão arranjados em ordem geográfica (de município), cartórios (varas), por assunto, em ordem numérica (do processo) e em ordem cronológica. Do **Poder Executivo** há a documentação administrativa das diversas Secretarias, entre outras.

Biblioteca. Está sendo constituída uma biblioteca de apoio onde poderão ser encontradas publicações sobre **imigração** italiana, alemã, polonesa, legislação estadual e trabalhos publicados por pesquisadores e genealogistas.

AVB - Associação Valesana do Brasil

125 anos da Imigração Suíça / Valesana ao Rio Grande do Sul - 1875 - 2000

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

■ Colonização do Rio Grande do Sul ■ Documentação Administrativa ■ Requerimentos

O Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - AHRS - existe desde 1913, ao se desmembrar do Arquivo Público. Mudou várias vezes de localização em Porto Alegre. Neste momento (agosto/99), está na rua Cristóvão Colombo, 1374, mas em breve deverá se instalar no antigo prédio dos Correios e Telégrafos, na Praça da Alfândega. Funciona das 9h às 15h, sem fechar ao meio-dia. Há um horário especial, aberto ao público, no 3º sábado de cada mês, também das 9 às 15h. Também podem ser agendadas visitas guiadas à noite para grupos de pessoas. Telefone: 346.4909.

O Arquivo Histórico contém 5 milhões de documento, em especial do Poder Executivo e das Secretarias de Estado, dos setores administrativos. Também possui a documentação sobre a colonização do Rio Grande do Sul.

Imigração Suíça

Aldo F. Migot ("História de Carlos Barbosa", p. 18 a 19) menciona como fontes de suas pesquisas no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, diversos documentos que podem auxiliar nas pesquisas da Imigração Valesana. Refere expressamente:

- Colonização de Conde d'Eu - contas correntes dos colonos - borradores nº 1 e 2 (1887);
- Mapa estatístico de 1884 da população de Conde d'Eu;
- Planta do território da Sociedade Montravel, Silveiro e Cia (maço 74, lata 298 do AHRS);
- Mapa da Colônia Santa Maria da Soledade (nº 101, sala 6, móvel 5);
- "Colonização" (maço 35, lata 289): "Montravel Agente de Colonização": "Nota dos primeiros colonos suíços chegados de Antuérpia, na Barca Elisabeth, no Rio Grande, e nesta cidade, no vapor Commercio, no dia 10 de novembro do cte. Anno" (1885);
- Colonização - Correspondência - Diversos (lata 298, maço 75);
- Colonização, C-179 - "1º livro da Colônia Conde d'Eu - lançamento da dívida dos Colonos".

Arquivo Nacional - Rio de Janeiro

A seção de consultas do Arquivo Nacional funciona na rua Azeredo Coutinho, 77 - Centro - CEP 20230-170 - Rio de Janeiro - RJ - Tel/fax (21) 509.0796. Horário: 8h30min às 18h, de 2ª a 6ª feira.

Dispõe de dados sobre as entradas de estrangeiros e imigrantes no Brasil. Possui as relações de passageiros de embarcações entradas no porto do Rio de Janeiro de **1875 a 1964**, contendo a data de entrada, nome da embarcação, porto de procedência, nomes dos passageiros, idade, estado civil, nacionalidade, profissão, instrução, destino, etc. (com algumas lacunas). Também possui as relações de entradas de imigrantes nas hospedarias da Ilha das Flores e do Pinheiro, e os registros da Agência Central de Imigração, no Rio de Janeiro, de **1873 a 1932**.

Os pedidos de certidões e cópias de documentos encaminhados via postal, fax ou e-mail devem conter, além das informações necessárias à localização, o nome e o endereço completos do solicitante, razão do pedido, número e órgão expedidor da identidade e assinatura.

Importante: Nelson Sauthier, associado da AVB, já obteve no Arquivo Nacional a relação dos imigrantes valesanos (parcial ?) que chegaram no navio francês "Rivadavia", vindo do porto de Havre. A relação integra esse caderno.

AVB - Associação Valesana do Brasil

125 anos da Imigração Suíça / Valesana ao Rio Grande do Sul - 1875 - 2000

Outros Arquivos e Cartórios

Arquivo Histórico da Santa Casa

- Rua Prof. Annes Dias, 285 - Porto Alegre - RS - tel. (51) 214.8503
- Dispõe de dois registros importantes no Centro de Documentação:
 - "Livros de Porta" - Nome, filiação, causa da doença, profissão e naturalidade do internado.
 - "Livro de Óbitos" - Mesmo sendo do interior, se o doente falecesse, era sepultado no Cemitério da Santa Casa, em Porto Alegre.

Arquivos e Cartórios na Região de Imigração Valesana

- **Cúria Diocesana de Caxias do Sul** - R. Sinimbu, 1756 - CEP 95020-003 - Tel. (54) 221.1183
- **Cúria Metropolitana - Porto Alegre** - R. Espírito Santo,95-CEP 90010-370-Tel. (51) 228.6199
- **Arquivos das Paróquias:**
 - Carlos Barbosa
 - Garibáldi
 - São Vendelino
 - São Salvador - (atual paróquia de Tupandi)
 - Outras ...
- **Arquivos das Capelas e Cemitérios de Carlos Barbosa:**
 - Santa Luiza
 - Santo Antônio de Santa Clara Baixa
 - Torino Baixo
 - Outras e outros da Região...
- **Cartórios de Registro Civil (nascimentos - casamentos - óbitos) :**
 - **Carlos Barbosa** - dados desde **1910**, quando ainda Cartório Distrital - Rua Presidente Getúlio Vargas, 62 - CEP 95185-000 - Tel. (54) 461.1726 - Titular : João Jesus Landrivec.
 - **Barão** (Comarca de Carlos Barbosa) - Cartório de Registros Públicos do Município de Barão - Dados a partir de **1889** - Tel. (51) 696.1050 - Titular do Cartório: Maria de Lourdes Bordignon.
 - **São Vendelino - 1903 a 1986** - Os livros estão agora no Cartório de **Bom Princípio** (comarca de São Sebastião do Caí). Bom Princípio, por sua vez, tem dados desde 1889 - Endereço: Rua Pio XII, 364 - Bom Princípio - CEP 95765-000 - Tel. (51) - 634.1380 - Titular do Cartório: Marcelo Barckert.
 - **Sta. Maria (Paraguaçu)** - Cartório do Registro Civil mencionado por Migot (p. 205 a 206) como de Carlos Augusto Schrammel, que existia entre Sta. Clara Baixa e São Vendelino - Cabe apurar em que Cartório estão estes livros, hoje.
- **Cartório de Registro de Imóveis:**
 - Montenegro
 - Garibáldi
- Museu Histórico Municipal de Montenegro
- Acervo Histórico e Cultural do Município de Garibáldi
- Arquivos de Prefeituras Municipais, como de Carlos Barbosa, e outras.
- Arquivos particulares (documentos, escrituras, passaportes, cartas familiares, fotos...)
- Livros de atas de sociedades, associações, clubes...
- Livros de atas das sociedades das capelas, cemitérios, escolas...

AVB - Associação Valesana do Brasil

125 anos da Imigração Suíça / Valesana ao Rio Grande do Sul - 1875 - 2000